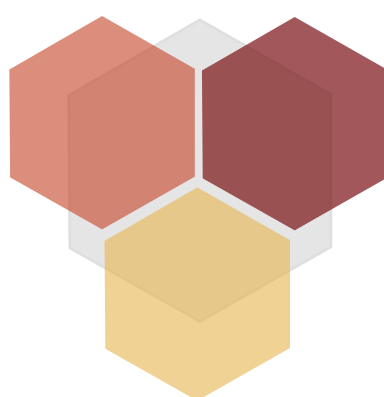


Relatório Anual 2015

Plano Estratégico
da Justiça do Trabalho
2015 - 2020



Relatório Anual

2015

**Plano Estratégico
da Justiça do Trabalho**

Composição do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Membros Natos

Ministro Antonio José de Barros Levenhagem

Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho

Vice-Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Ministro João Batista Brito Pereira

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Membros Eleitos

Dora Maria da Costa

Ministra do Tribunal Superior do Trabalho

Fernado Eizo Ono

Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

Guilherme Augusto Caputo Bastos

Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

Carlos Coelho de Miranda Freire

Representante da Região Nordeste

Altino Pedrozo dos Santos

Representante da Região Sul

Edson Bueno de Souza

Representante da Região Centro-Oeste

Francisco José Pinheiro Cruz

Representante da Região Norte

Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos

Representante da Região Sudeste

Apresentação

Resultado da ativa participação dos Tribunais Regionais do Trabalho sob a coordenação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho para o período 2015-2020, aprovado por meio da Resolução CSJT nº 145, de 22/11/2014, e revisado pela Resolução CSJT nº 157, de 27/11/2015, reflete a preocupação do Judiciário Trabalhista em aperfeiçoar suas formas de atuação em prol da realização de justiça no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Assim, a execução do referido plano foi realizada ao longo de 2015 com o empenho e comprometimento dos Tribunais em desenvolver ações que possibilitassem a concretização dos objetivos traçados para o 1º ano de sua implantação.

Este relatório baseou-se nos dados extraídos do Sistema de Gestão Estratégica - Sigest entre os dias 25/1/2016 e 4/2/2016, a partir do cadastramento mensal realizado pelas Cortes Regionais no sistema, desconsiderando, nesse caso, os indicadores iGovPessoas, iGovTI e iGov, que terão a primeira mensuração em 2016.

Os resultados demonstram os desempenhos auferidos pelos Tribunais Regionais do Trabalho na execução do plano, de modo que poderão alicerçar a adoção de medidas corretivas ou de aperfeiçoamento destinadas a promover um melhor rendimento nas metas fixadas e, conseqüentemente, o cumprimento dos objetivos estratégicos.

Em 2015, o índice de alcance das metas da Justiça do Trabalho, o qual mensura a efetividade de execução do plano estratégico, foi de 54 pontos, indicando um aproveitamento de 78,26%, quando a expectativa mínima seria de 80%. No entanto, deve-se analisar a atuação individualizada dos tribunais para que desempenhos expressivos sejam reconhecidos e situações de alerta possam ser identificadas e tratadas, objetivando-se que as Cortes Regionais evoluam em conjunto.

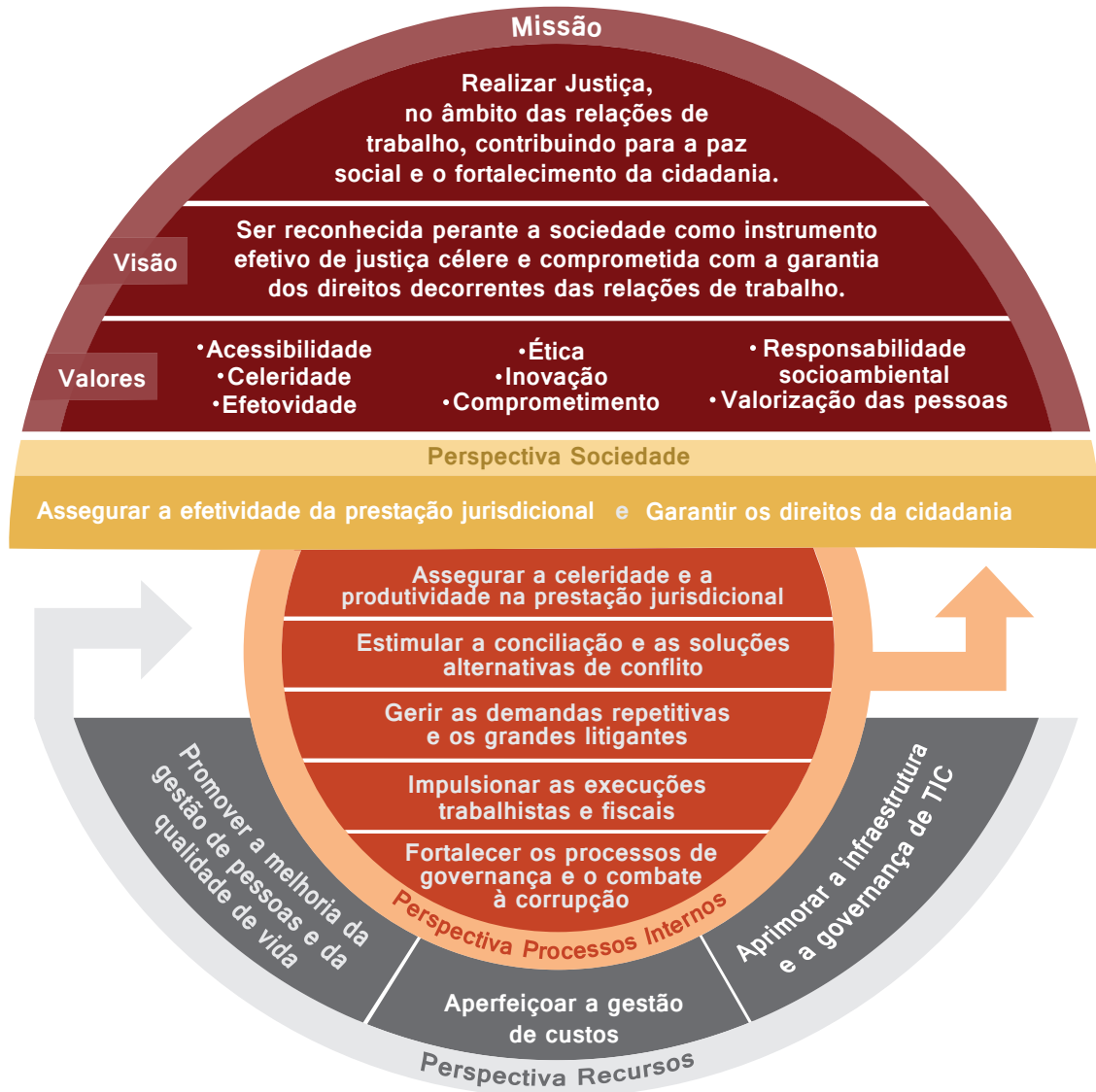
Espera-se que o panorama apresentado em 2015 contribua para estimular magistrados, gestores, servidores e demais colaboradores a continuarem empenhados em desenvolver e adaptar o Judiciário do Trabalho às constantes evoluções e tendências por que passa a sociedade brasileira, de modo a ser reconhecido como instrumento efetivo de justiça célere e comprometido com a garantia dos direitos decorrentes das relações de trabalho.



Sumário

Mapa Estratégico.....	6
Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado-IEOD.....	7
Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância-TMDP2.....	14
Tempo Médio de Duração do Processo - 1ª Instância-Fase Conhecimento-TMDP1c.....	20
Índice de Processos Julgados-IPJ.....	27
Índice de Processos Antigos-IPA.....	35
Índice de Ações Coletivas Julgadas-IACJ.....	44
Índice de Conciliação-Fase de Conhecimento-ICONc.....	58
Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes-ICP.....	66
Índice de Execução-IE.....	74
Índice de Alcance das Metas-IAM.....	81

Mapa Estratégico da Justiça do trabalho



Perspectiva Recursos
Aperfeiçoar a gestão de custos

Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)

Fórmula: IEOD = (Valor Efetivamente Liquidado do Orçamento Disponibilizado/Total do Orçamento Disponibilizado)*100

Meta 2: aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013 em:

12 pontos percentuais para aqueles TRTs que obtiverem média de até 60%;

2015	2016	2017	2018	2019	2020
2 pp	4 pp	6 pp	8 pp	10 pp	12 pp

10 pontos percentuais para aqueles TRTs que obtiverem média de 60,01% até 65%;

2015	2016	2017	2018	2019	2020
1 pp	2 pp	4 pp	6 pp	8 pp	10 pp

5 pontos percentuais para aqueles TRTs que obtiverem média superior a 65%.

2015	2016	2017	2018	2019	2020
0,5 pp	1 pp	2 pp	3 pp	4 pp	5 pp

O objetivo do Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado é proporcionar melhor aproveitamento do orçamento dos Regionais, de modo a promover o planejamento adequado do gasto público. Para realizar a programação da execução é necessário que o órgão avalie preliminarmente suas demandas e priorize-as de forma a aprimorar as condições de trabalho e a prestação jurisdicional.

O orçamento disponibilizado aos vinte e quatro TRTs foi de R\$ 1.905.709.366,36. Executaram-se R\$ 1.369.282.151,77. Assim o IEOD da Justiça do Trabalho em 2015 foi 71,85%, 11,89 pontos percentuais acima da meta do período (59,96%), calculada a partir da mesma metodologia adotada para os Regionais. Ou seja, executaram-se R\$ 226.618.815,70 além do fixado.

Meta 2

IEOD da Justiça do Trabalho – Resultado acumulado (jan a dez de 2015 – em dias)



Assim como no panorama geral do Judiciário do Trabalho, o cumprimento das metas individuais dos tribunais também é satisfatório. Apenas quatro TRTs não cumpriram suas metas em 2015, três com resultados até 10% inferiores aos valores previstos e um com valor abaixo de 90% do estabelecido.

Farol	Resultado acumulado de jan a dez de 2015	Quantidade de TRTs com resultados compreendidos no intervalo
●	$R \geq 100\%$	20
●	$90\% \leq R < 100\%$	3
●	$R < 90\%$	1

Cumprimento da meta 2 da Justiça do Trabalho por região geográfica

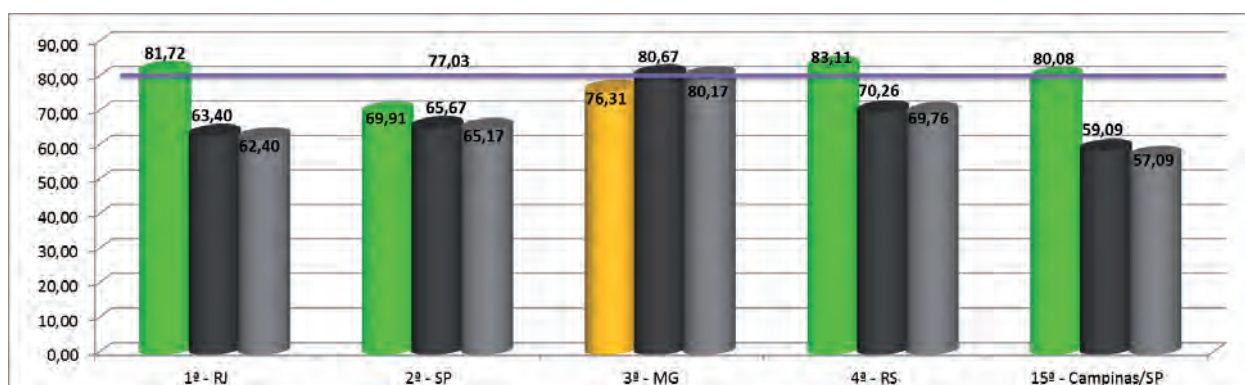


■ R ≥ 100% ■ 90% ≤ R < 100% ■ R < 90% - Resultado acumulado de jan a dez de 2015

No grande porte, o valor do orçamento disponibilizado foi de R\$ 941.564.041,69, o que representa 49,41% de todo o orçamento da Justiça do Trabalho.

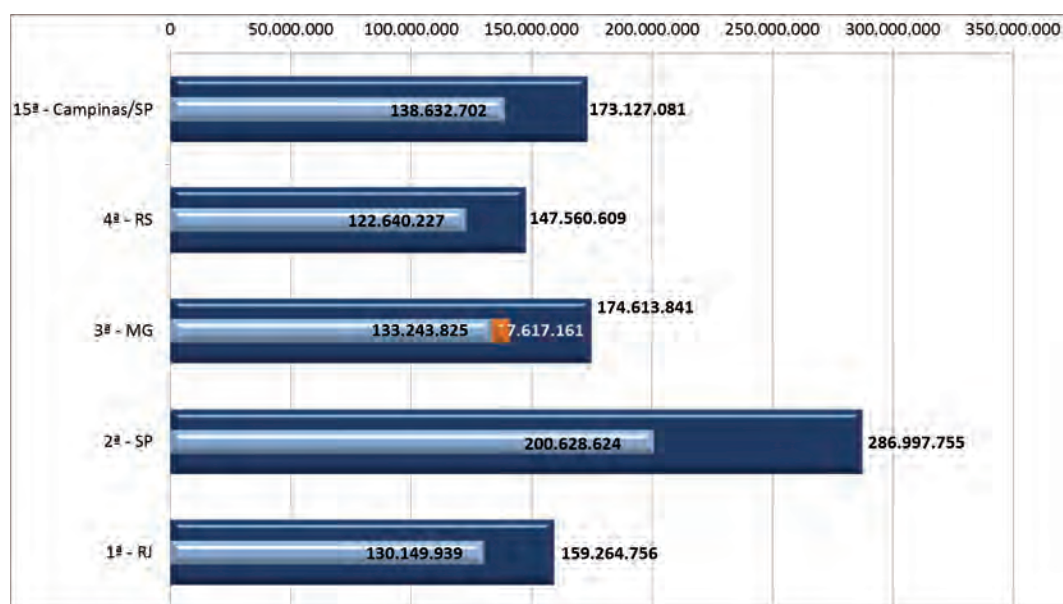
O percentual liquidado por esse grupo foi de 77,03% (R\$ 725.295.316,66) e somente o TRT da 3ª Região deixou de executar o total que deveria para atingir a meta.

IEOD – Resultado acumulado por TRT – Grande porte (%)



■ R >= 100% ■ 90% <= R < 100% ■ R < 90% ■ Meta de 2015 ■ Média 2011/2012/2013 — IEOD acumulado do grande porte de jan a dez de 2015

Grande porte – Orçamento disponibilizado X Liquidado X A liquidar

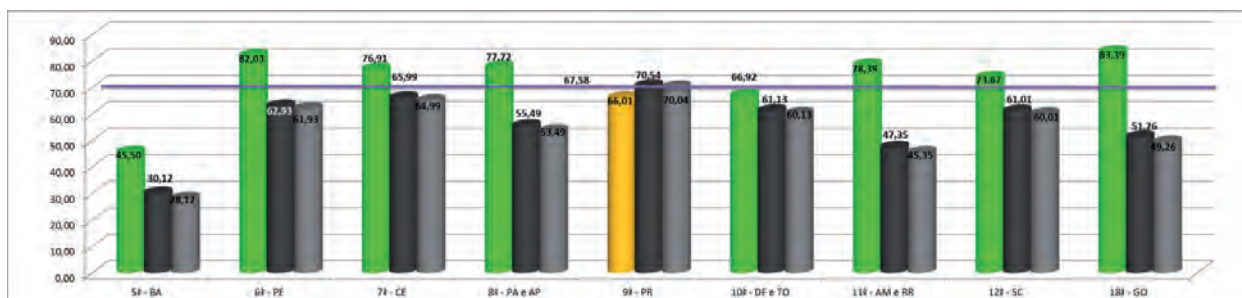


■ Total do orçamento disponibilizado ■ Total efetivamente liquidado em 2015 ■ Montante não liquidado da meta de 2015

Meta 2

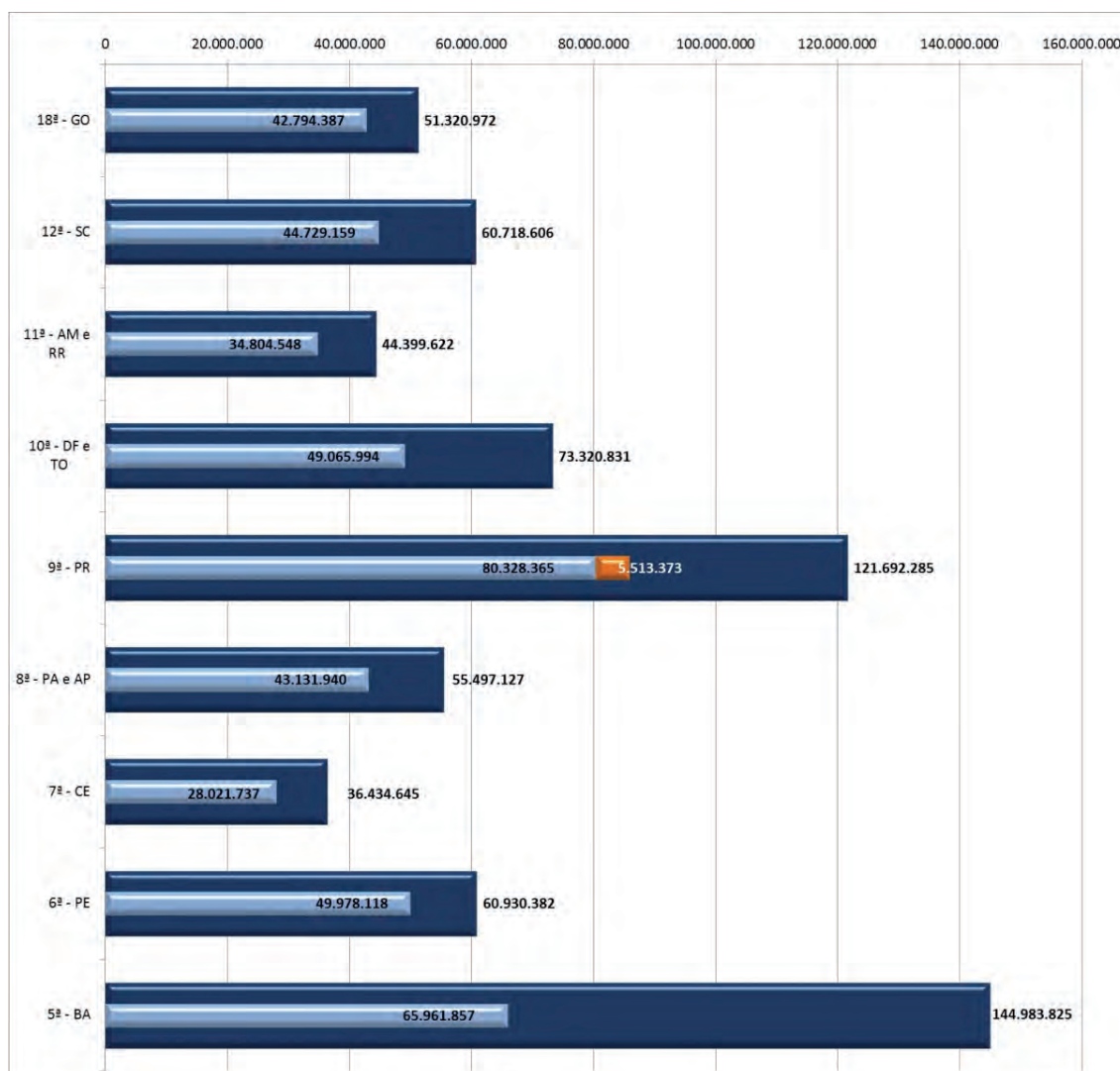
Ao médio porte foi disponibilizada uma dotação de R\$ 649.298.294,67, da qual se executou 67,58% (R\$ 438.816.105,31). No grupo apenas o TRT da 9ª Região não alcançou o estabelecido, deixando de executar 5.513.372,63 do montante delimitado pela meta.

IEOD – Resultado acumulado por TRT – Médio porte (%)



■ R >= 100%
 ■ 90% <= R < 100%
 ■ R < 90%
 ■ Meta de 2015
 ■ Média 2011/2012/2013
 — IEOD acumulado do médio porte de jan a dez de 2015
 Resultado acumulado de jan a dez de 2015

Médio porte – Orçamento disponibilizado X Liquidado X A liquidar

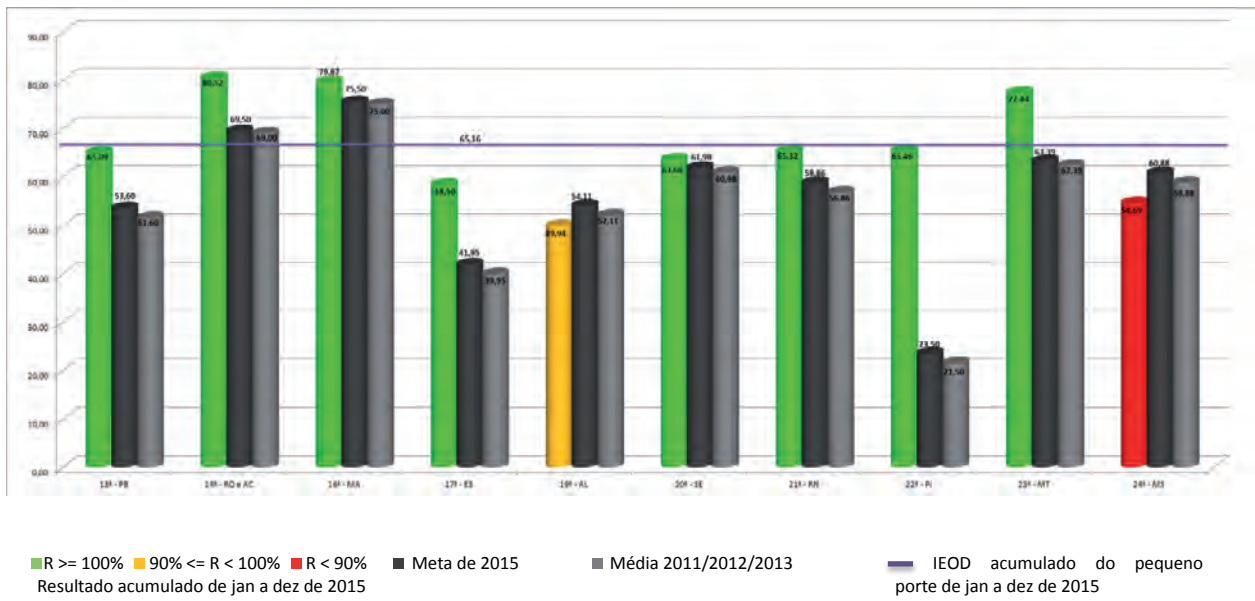


■ Total do orçamento disponibilizado
 ■ Total efetivamente liquidado em 2015
 ■ Montante não liquidado da meta de 2015

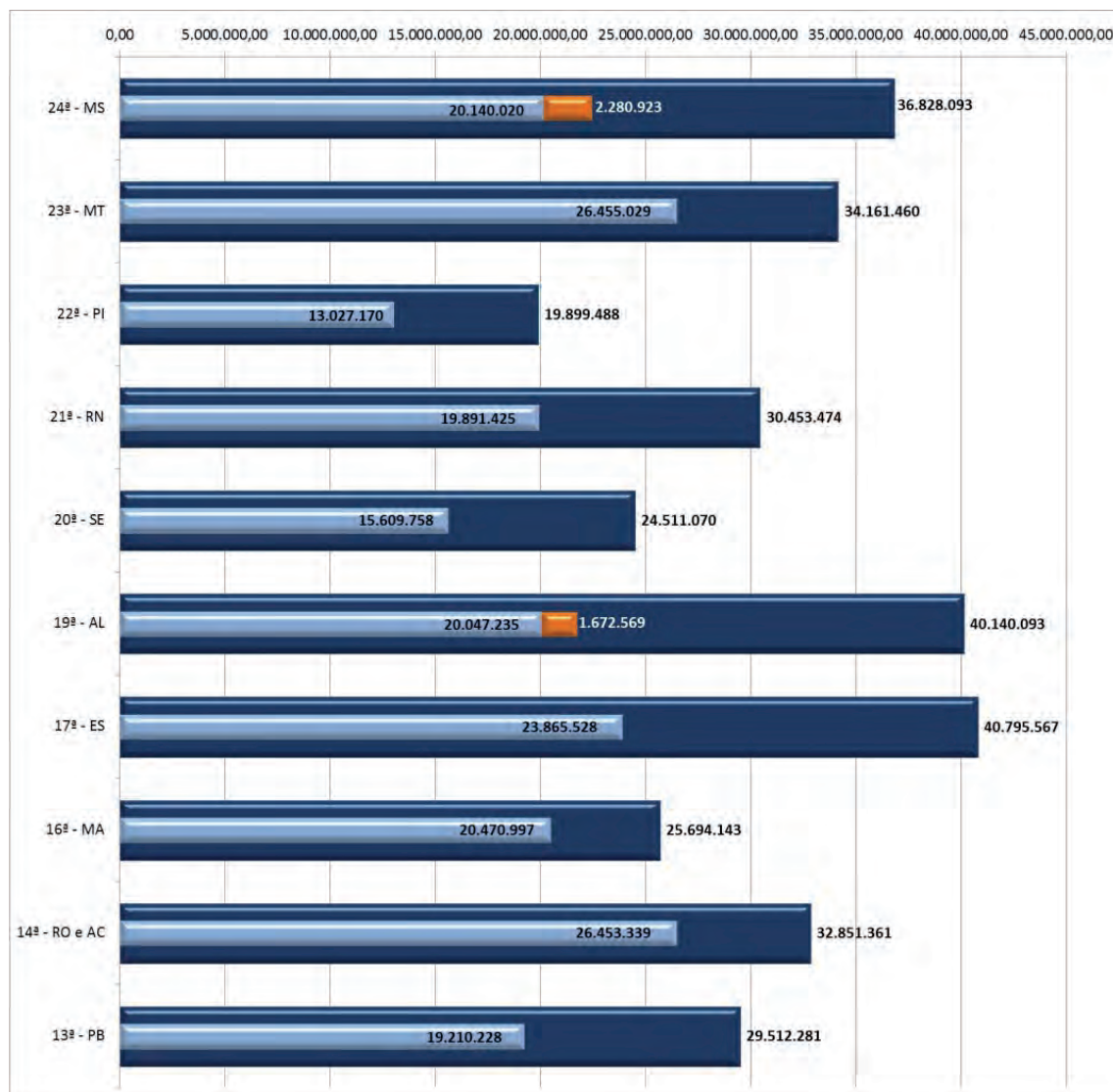
O valor disponibilizado ao pequeno porte corresponde a R\$ 314.847.030,00. Desse montante foram liquidados R\$ 205.170.729,80 (65,16% - IEOD). Nesse grupo, dois tribunais não atingiram suas metas individuais, deixando de executar em conjunto R\$ 3.953.492,63.

Meta 2

IEOD – Resultado acumulado por TRT – Pequeno porte (%)



Pequeno porte – Orçamento disponibilizado X Liquidado X A liquidar



■ Total do orçamento disponibilizado
 ■ Total efetivamente liquidado em 2015
 ■ Montante não liquidado da meta de 2015

Observação: os TRTs da 14ª e da 22ª Regiões não validaram os valores de dotação e liquidação do orçamento disponibilizado referentes aos seus tribunais, o que poderá acarretar pequena variação nos dados apresentados nesse relatório.

Meta 4

Perspectiva Processos Internos

Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)

Fórmula: $TMDP2 = \text{Somatório(Data da Baixa - Data da Autuação)}/\text{Baixados}$

Meta 4*: reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2014:

Para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio de até 200 dias, em 5%, até 2020;

2015	2016	2017	2018	2019	2020
0%	1%	2%	3%	4%	5%

Para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio de 201 a 300 dias, em 10%, até 2020;

2015	2016	2017	2018	2019	2020
1%	2%	4%	6%	8%	10%

Para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio acima de 300 dias, em 20%, até 2020.

2015	2016	2017	2018	2019	2020
3%	6%	9%	12%	16%	20%

*A meta 4 equivale à meta específica da Justiça do Trabalho “Reduzir o tempo médio de duração do processo – 2º grau”, aprovada no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário.

O TMDP2 mensura o número médio de dias que um processo tramita no 2º grau de jurisdição desde a data de autuação das ações originárias e recursais até a data da baixa.

A meta da Justiça do Trabalho em 2015, utilizando-se a mesma metodologia adotada para a fixação das metas dos Tribunais Regionais, seria 238 dias. Esse valor corresponde à redução de 1% da linha de base de 2014 (241 dias).

O TMDP2 do Judiciário do Trabalho de janeiro a dezembro de 2015 foi 233 dias, 5 dias abaixo do que seria o valor previsto (238 dias).

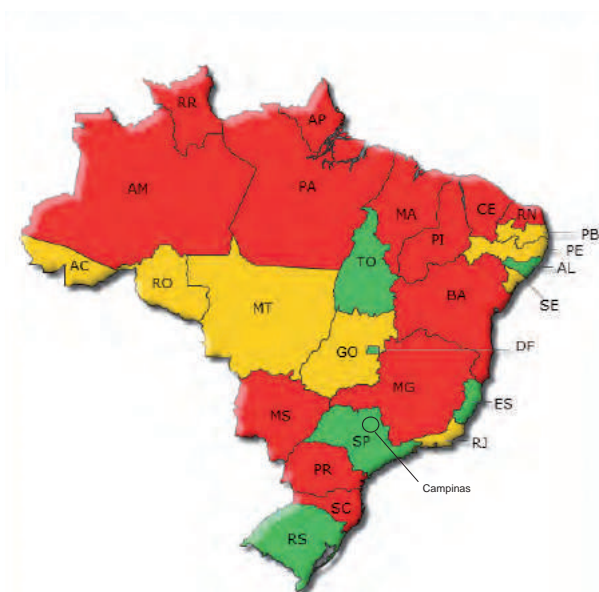
TMDP2 da Justiça do Trabalho – Resultado acumulado (jan a dez de 2015 – em dias)



O cálculo considerou a quantidade de processos baixados por todos os TRTs de janeiro a dezembro deste ano, 613.227 processos, número inferior ao realizado em 2014 (624.001).

No entanto, ao se comparar o tempo médio dos dois anos, verifica-se a diminuição de 8 dias, queda de 3,32%, uma vez que o TMDP2 nesse período de 2014 foi 241 dias.

Cumprimento da meta 4 da Justiça do Trabalho por região geográfica



■ R <= 100% ■ 100% < R <= 110% ■ R > 110% - Resultado acumulado de jan a dez de 2015

Meta 4

A análise individual do alcance da meta pelos Tribunais Regionais demonstra que apenas seis conseguiram conquistar média igual ou inferior à meta estabelecida para 2015, sete obtiveram resultados até 10% acima da meta e a maioria, onze, apresentaram TMDP2 superior a 110% da meta.

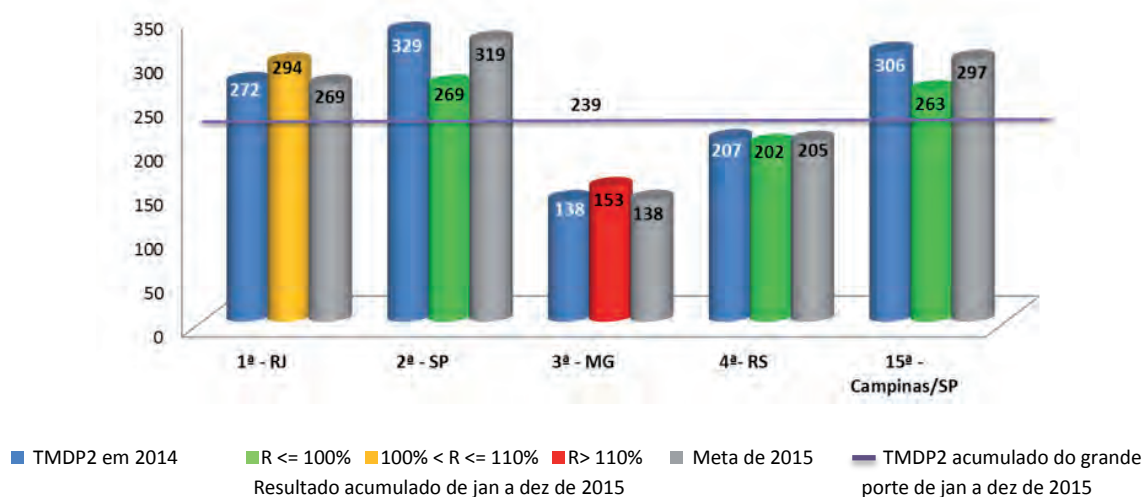
Farol	Resultado acumulado de jan a dez de 2015	Quantidade de TRTs com resultados compreendidos no intervalo
●	$R \leq 100\%$	6
●	$100\% < R \leq 110\%$	7
●	$R > 110\%$	11

Verificando-se o desempenho do grande porte, observa-se uma queda de 2.106 processos no número de baixados de 2014 para 2015. No primeiro ano contabilizou-se uma baixa processual de 397.862 contra 395.756 no segundo ano.

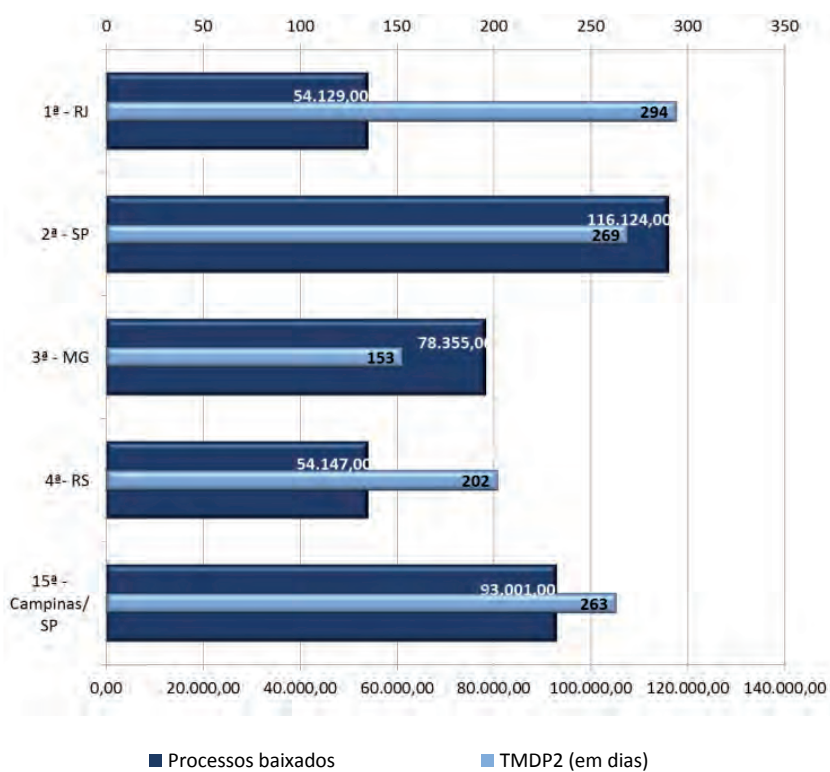
Contudo, comparando-se os dois exercícios, houve uma diminuição de 27 dias no tempo médio do porte, que decaiu de 266 dias no ano retrasado para 239 dias no ano passado.

Individualmente, apenas três Cortes Regionais atingiram as metas propostas.

TMDP2 – Resultado acumulado por TRT – Grande porte (em dias)



Grande Porte - Quantidade de processos baixados X TMDP2 (jan a dez de 2015)

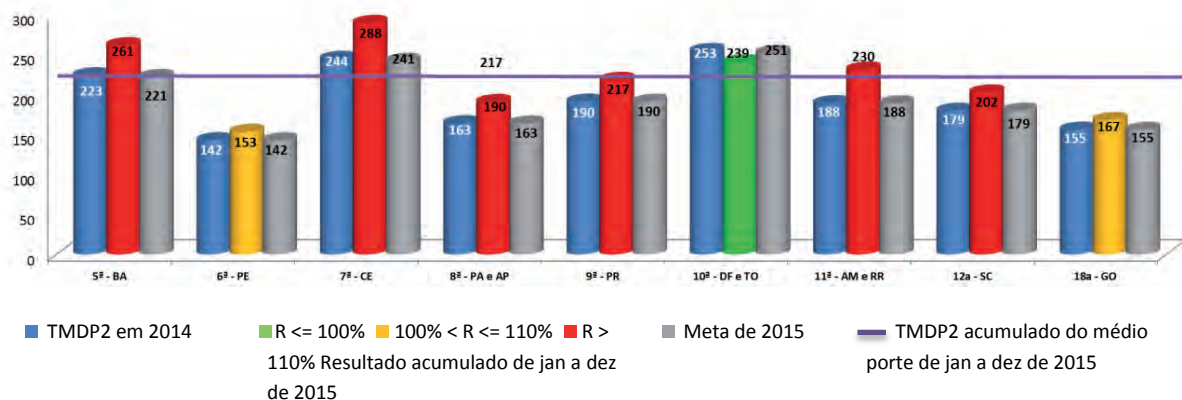


No que diz respeito ao médio porte, foram baixados 145.660 processos em 2015 e 161.474 em 2014, representando uma queda de 15.814 processos.

Além disso, o TMDP2 do porte sofreu um acréscimo de 23 dias, saindo de 194 dias em 2014 e passando para 217 dias em 2015.

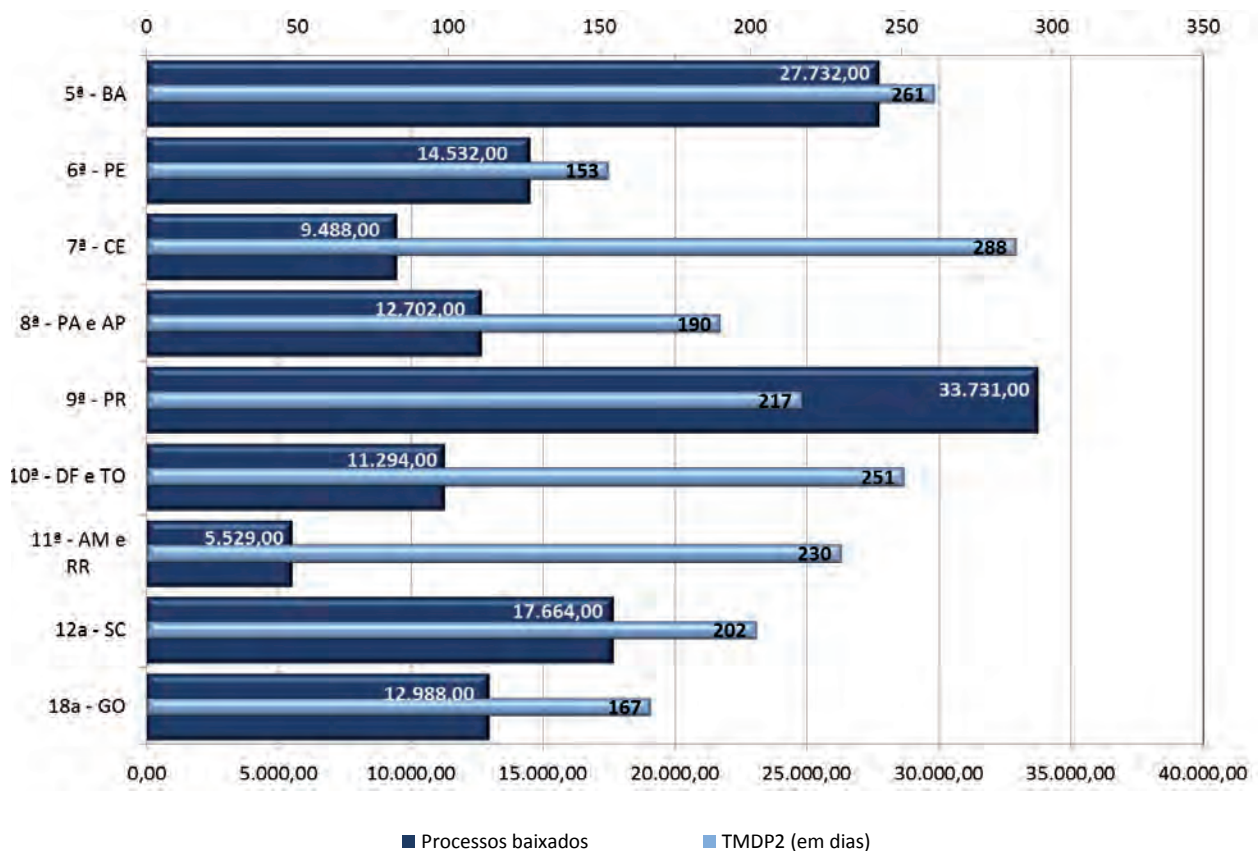
Nesse grupo, apenas o TRT da 10ª Região cumpriu a meta estabelecida.

TMDP2 – Resultado acumulado por TRT – Médio porte (em dias)



Meta 4

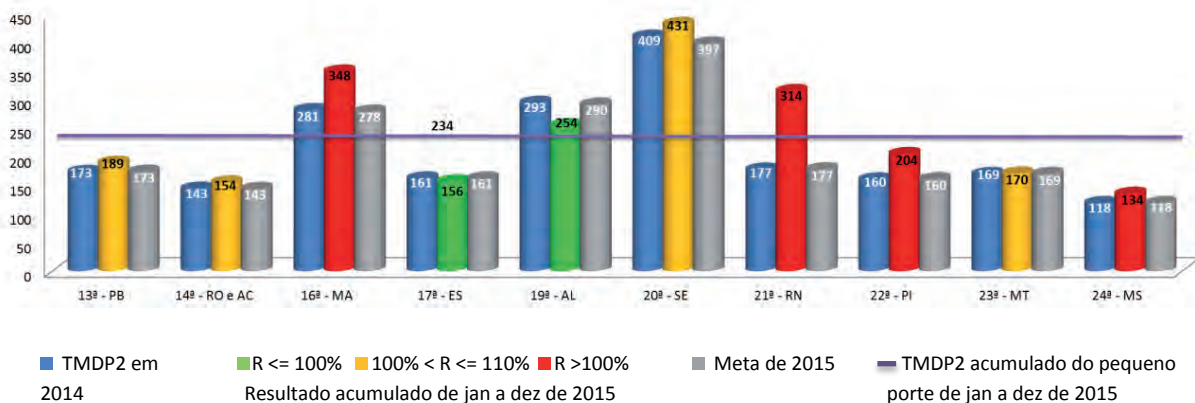
Médio Porte - Quantidade de processos baixados X TMDP2 (jan a dez de 2015)



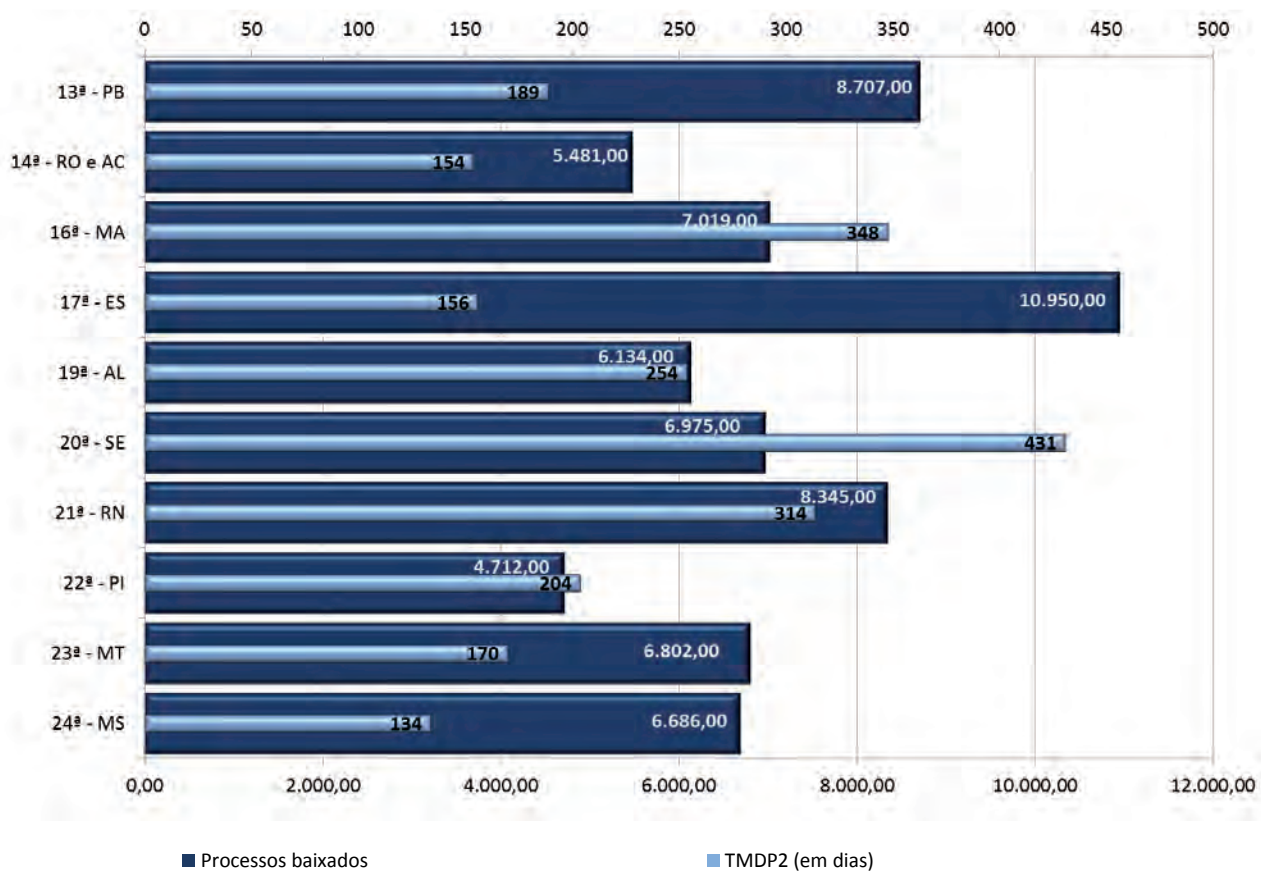
No pequeno porte, o número de processos baixados aumentou 7.146, subindo de 64.665 em 2014 para 71.811 em 2015. Contudo, o TMDP2 também sofreu aumento, partindo de 201 dias em 2014 para 234 dias no ano passado. Uma dilatação de 33 dias.

Note-se que apenas dois dos dez tribunais do grupo cumpriram as metas individuais.

TMDP2 – Resultado acumulado por TRT – Pequeno porte (em dias)



Pequeno Porte - Quantidade de processos baixados X TMDP2 (jan a dez de 2015)



Perspectiva Processos Internos

Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Tempo Médio de Duração do Processo – Fase de Conhecimento - 1ª Instância (TMDP1c)

Fórmula: $TMDP1c = \text{Somatório(Data da Prolação da Sentença – Data do Ajuizamento da Ação) / Processos com Prolação de Sentenças}$

Meta 5*: reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2014:

Para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio de até 200 dias, em 5%, até 2020;

2015	2016	2017	2018	2019	2020
0%	1%	2%	3%	4%	5%

Para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, em 10%, até 2020.

2015	2016	2017	2018	2019	2020
1%	2%	4%	6%	8%	10%

*A meta 5 equivale à meta específica da Justiça do Trabalho “Reduzir o tempo médio de duração do processo – 1º grau”, aprovada no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário.

O TMDP1c mensura o número médio de dias que um processo tramita no 1º grau de jurisdição desde o ajuizamento da ação até a prolação da sentença.

A meta da Justiça do Trabalho em 2015, a partir da mesma metodologia utilizada para a fixação das metas dos Tribunais Regionais, seria manter o valor apurado como linha de base em 2014, 195 dias, pois esse valor classificou o Judiciário do Trabalho na faixa de 1 a 200 dias. A aludida meta prega uma redução de 5% até 2020, exigindo que em 2015 não haja acréscimo no tempo médio em relação ao número encontrado no ano anterior.

Meta 5

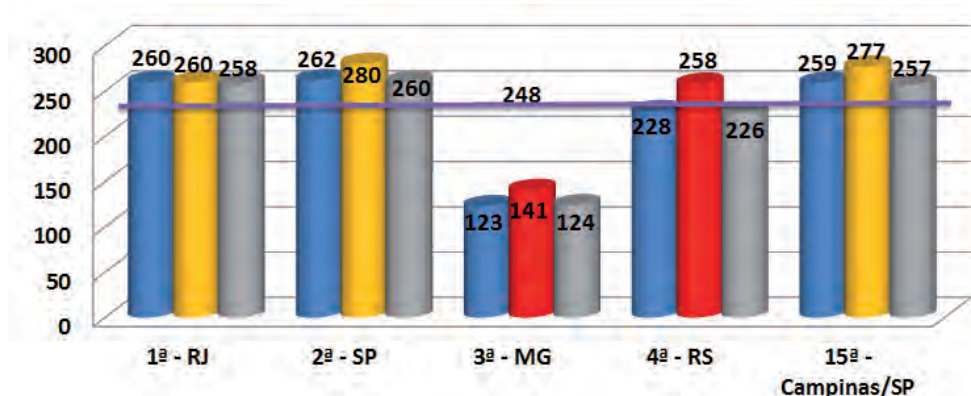
No mesmo sentido, a análise individual do alcance da meta pelos Tribunais Regionais, demonstra que apenas quatro conseguiram conquistar média inferior à meta de 2015, oito apresentaram resultados até 10% acima da meta e doze obtiveram TMDP1c 110% maior que a expectativa.

Farol	Resultado acumulado de jan a dez de 2015	Quantidade de TRTs com resultados compreendidos no intervalo
●	$R \leq 100\%$	4
●	$100\% < R \leq 110\%$	8
●	$R > 110\%$	12

No caso do grande porte foram prolatadas 1.385.807 sentenças em 2015, número superior ao apurado no ano anterior (1.039.541) em 346.266.

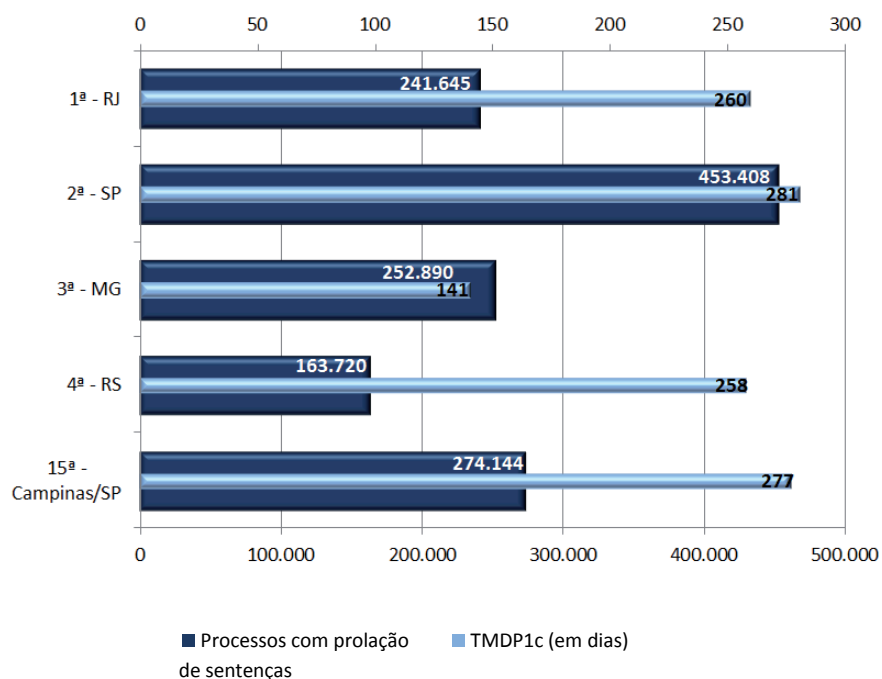
Apesar do aumento de produtividade, observou-se que o tempo médio de duração do processo no 1º grau de jurisdição aumentou 27 dias, partindo de 221 dias em 2014 para 248 dias em 2015.

TMDP1c – Resultado acumulado por TRT – Grande porte (em dias)



■ TMDP1c de 2014 ■ R ≤ 100% ■ 100% < R ≤ 110% ■ R > 110% ■ Meta de 2015 ■ TMDP1c acumulado do grande porte de jan a dez de 2015

Grande porte - Quantidade de processos com prolação de sentenças X TMDP1c (jan a dez de 2015)

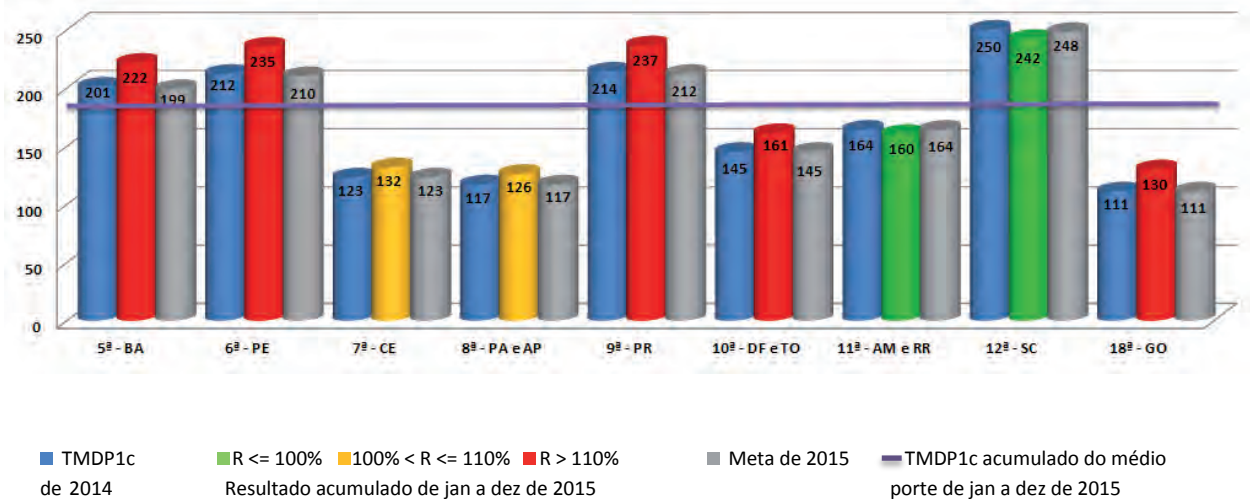


Em 2015 os tribunais de médio porte aumentaram o número de prolações de sentenças em 85.594, contabilizando, juntos, 734.852 sentenças em 2015 contra 649.258 em 2014.

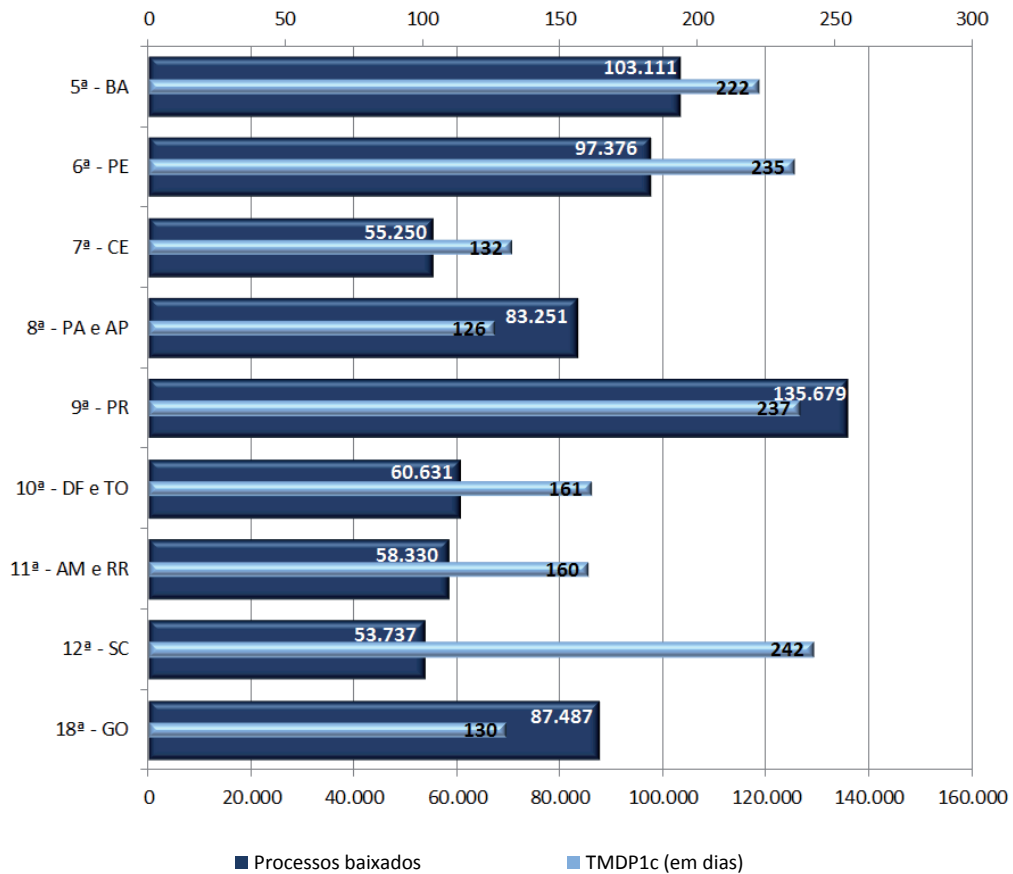
Já em relação ao tempo médio de duração do processo na 1ª instância registrou-se aumento de 13 dias, uma vez que o TMDP1c do ano passado foi de 189 dias e o de 2014 de 176 dias.

Meta 5

TMDP1c – Resultado acumulado por TRT – Médio porte (em dias)



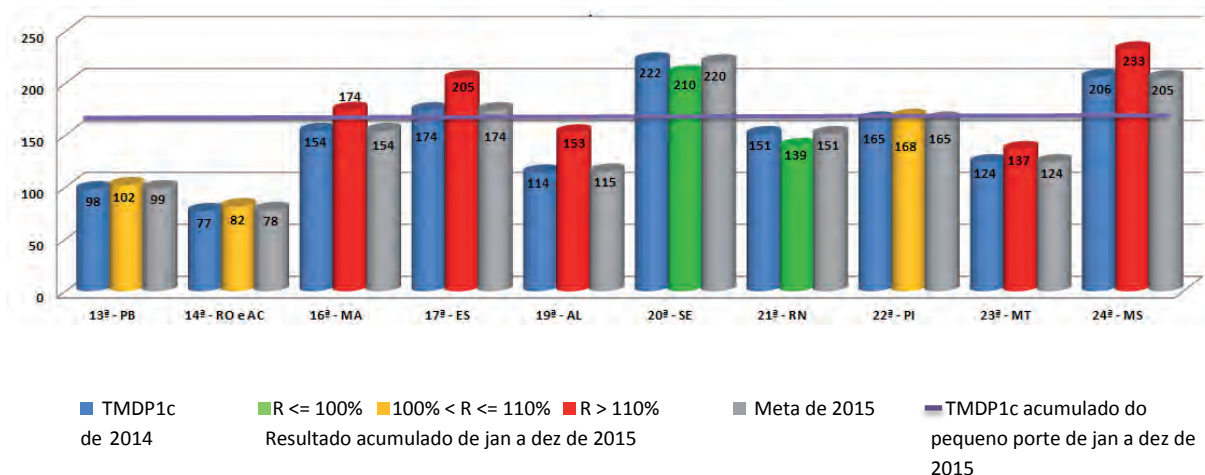
Médio porte - Quantidade de processos baixados X TMDP1c (jan a dez de 2015)



Assim como nos outros dois grupos analisados anteriormente, no pequeno porte, de 2014 para 2015, houve evolução do quantitativo de prolações de sentenças, com 281.197 sentenças no primeiro ano e 310.753 no segundo ano. Uma diferença de 29.556 sentenças.

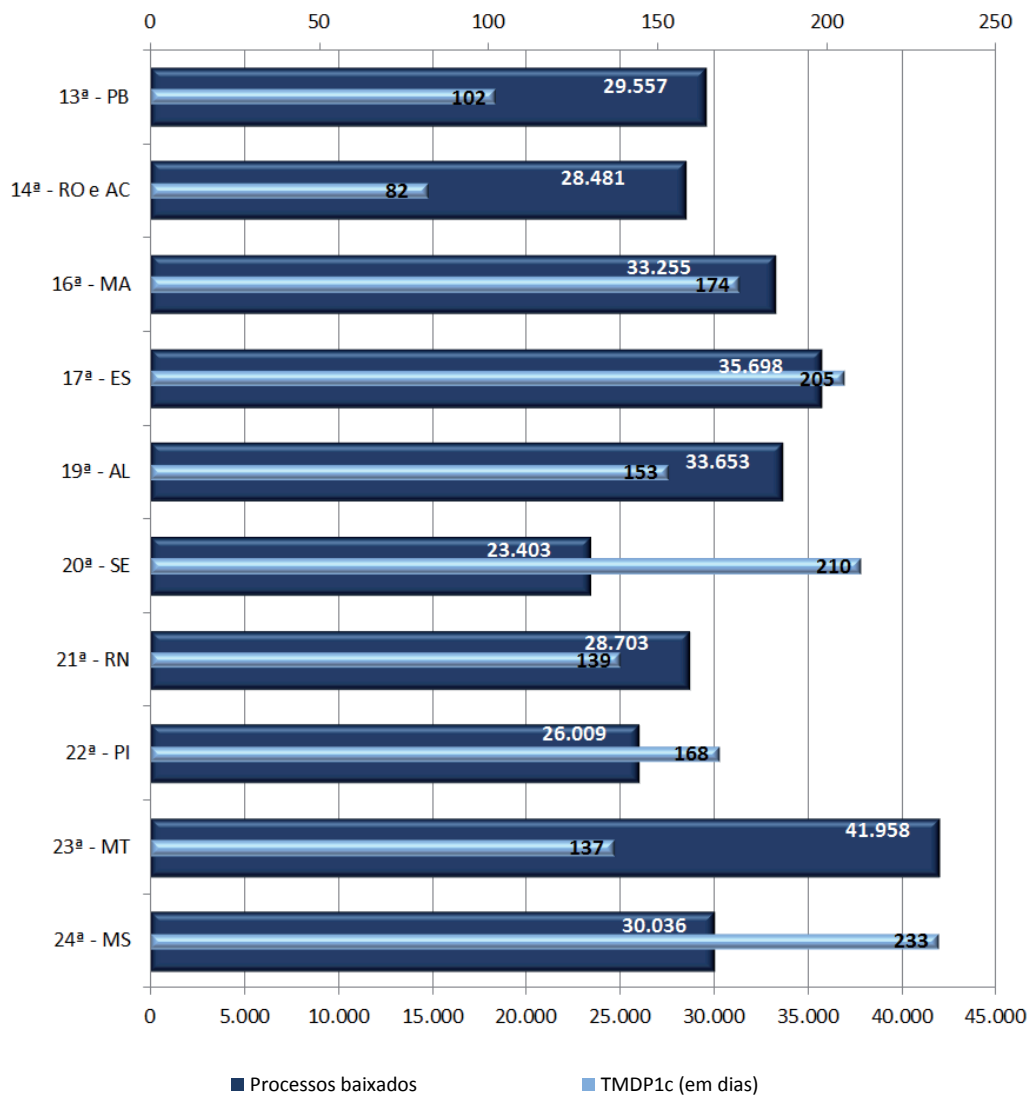
Contudo, da mesma forma, nesse grupo percebe-se o alargamento do tempo médio de duração do processo, que subiu de 148 dias para 159 dias comparando-se os dois anos em comento.

TMDP1c – Resultado acumulado por TRT – Pequeno porte (em dias)



Meta 5

Pequeno porte - Quantidade de processos baixados X TMDP1c (jan a dez de 2015)



Perspectiva Processos Internos

Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Indicador: Índice de Processos Julgados (IPJ)

Fórmula: $IPJ = (N^{\circ} \text{ de processos de conhecimento julgados} / N^{\circ} \text{ de processos de conhecimento distribuídos}) > 1$

Meta 6*: julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

*A meta 6 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho equivale à Meta Nacional 1 do Poder Judiciário, aprovada no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário.

O IPJ busca assegurar que o número de processos julgados na fase de conhecimento de 1º e 2º graus da Justiça do Trabalho seja maior que o número de distribuídos, de modo a não ampliar o acervo, mas diminuí-lo.

De janeiro a dezembro de 2015, a relação entre a quantidade de julgados e a de distribuídos, somando-se todos os TRTs, foi de 95,34%, 4,66 pontos percentuais aquém da expectativa de 100%.

IPJ da Justiça do Trabalho – Resultado acumulado (jan a dez de 2015 - %)

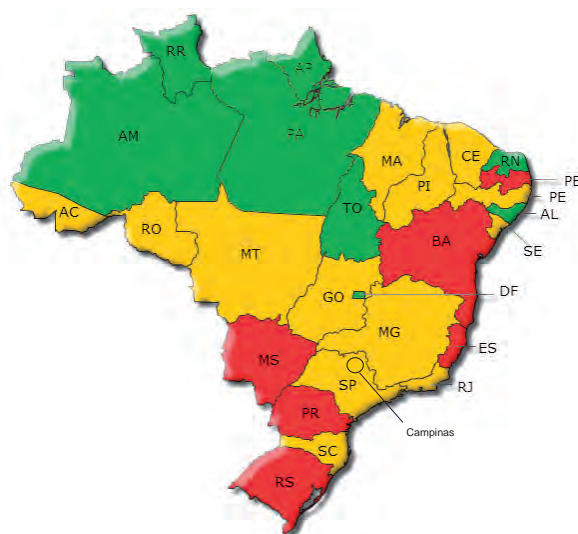


Nesse período julgaram-se 3.161.055 processos, quando o quantitativo deveria ter sido superior em 154.267 julgados, uma vez que o número de distribuídos foi 3.315.322.

Meta 6

Entre os Tribunais Regionais, apenas cinco cumpriram a meta, julgando mais processos do que a quantidade distribuída no ano, 13 alcançaram um índice até 10% inferior ao esperado e 6 obtiveram resultado inferior a 90% da meta estabelecida.

Cumprimento da meta 6 da Justiça do Trabalho considerando as regiões geográficas

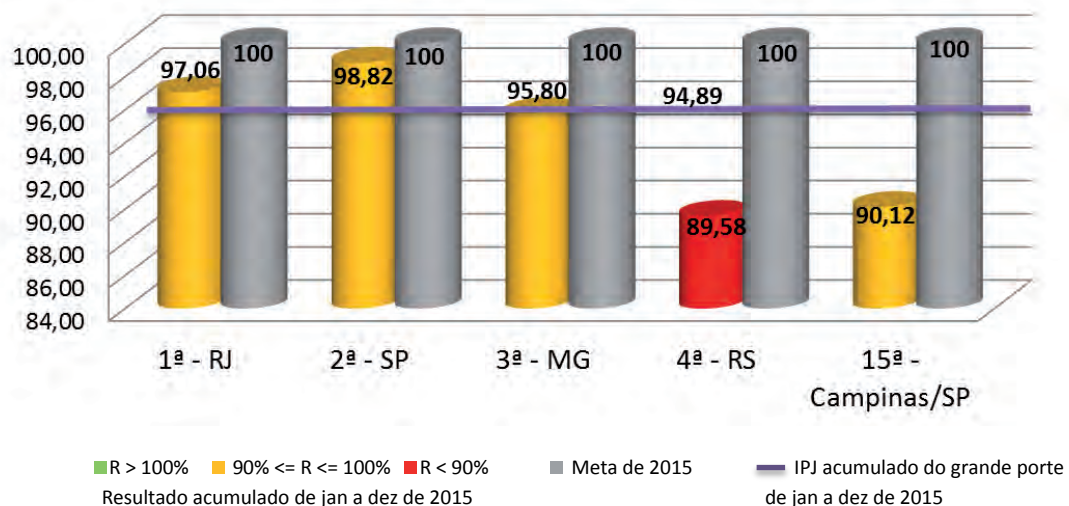


■ R = 100% ■ 90% <= R < 100% ■ R < 90% - Resultado acumulado de jan a dez de 2015

Farol	Resultado acumulado de jan a dez de 2015	Quantidade de TRTs com resultados compreendidos no intervalo
●	$R \geq 100\%$	5
●	$90\% \leq R < 100\%$	13
●	$R < 90\%$	6

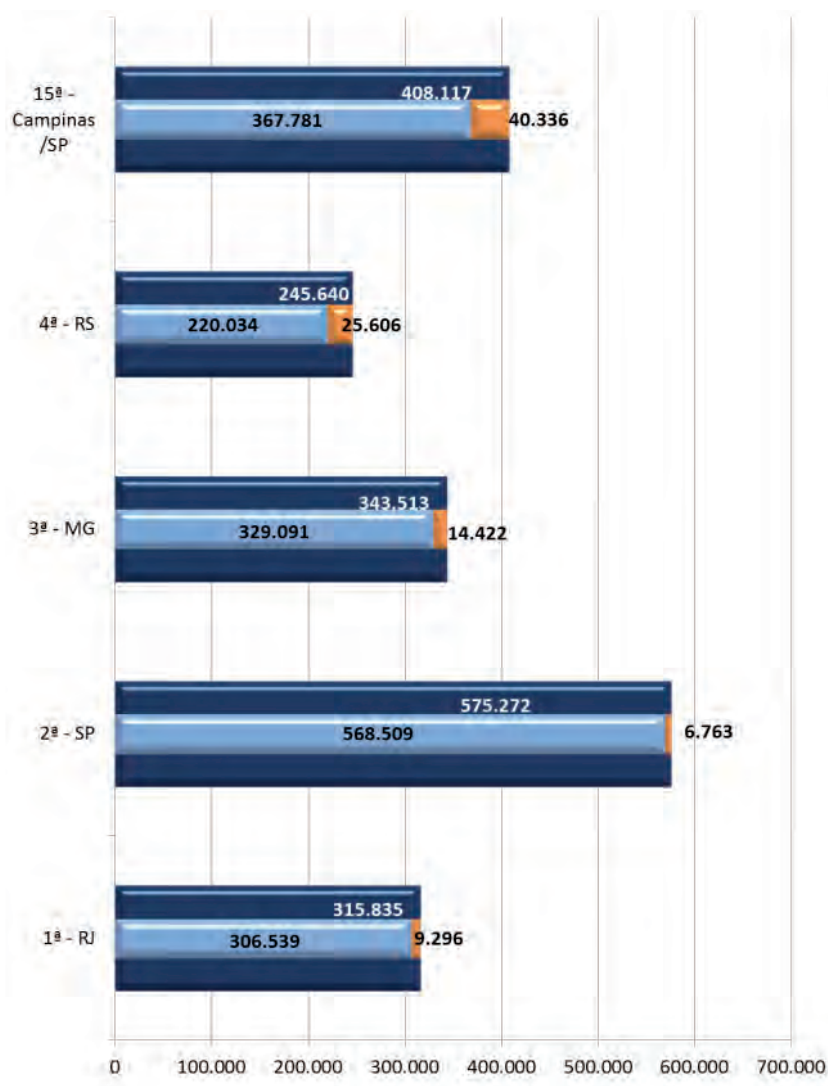
O grande porte, que contabilizou 1.888.377 processos distribuídos (aproximadamente 56,96% da distribuição da Justiça do Trabalho), foi responsável por cerca de 56,69% dos julgados da meta 6, com o julgamento de 1.791.954 processos, o que retornou um IPJ de 94,89% para esse grupo. Restaram pendentes 96.423 processos distribuídos entre os cinco tribunais do grande porte para o cumprimento da meta de 2015.

IPJ – Resultado acumulado por TRT – Grande porte (%)



Meta 6

Grande porte - Processos distribuídos X julgados X a julgar

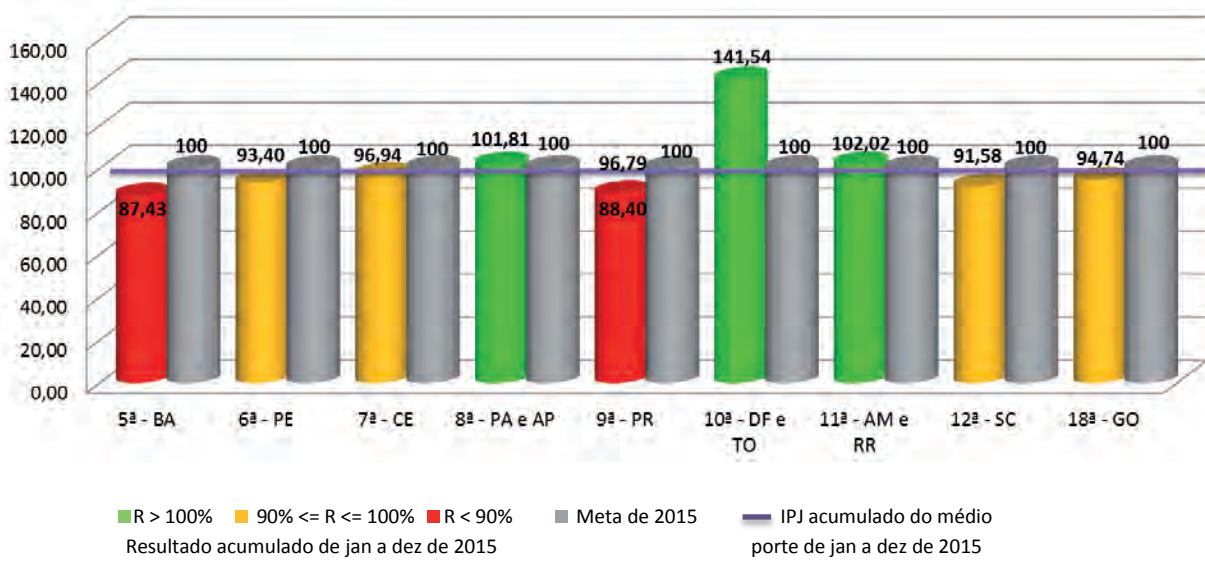


■ Número de processos distribuídos em 2015 ■ Número de processos julgados em 2015 ■ Saldo de processos a julgar para atingir a meta de 2015

A distribuição processual do médio porte foi de 1.015.367 processos, 30,63% do total recebido pela Justiça do Trabalho nessa meta, tendo julgado 982.842 processos, 31,09% da soma dos três portes. Desse modo, obtém-se um IPJ de 96,79%.

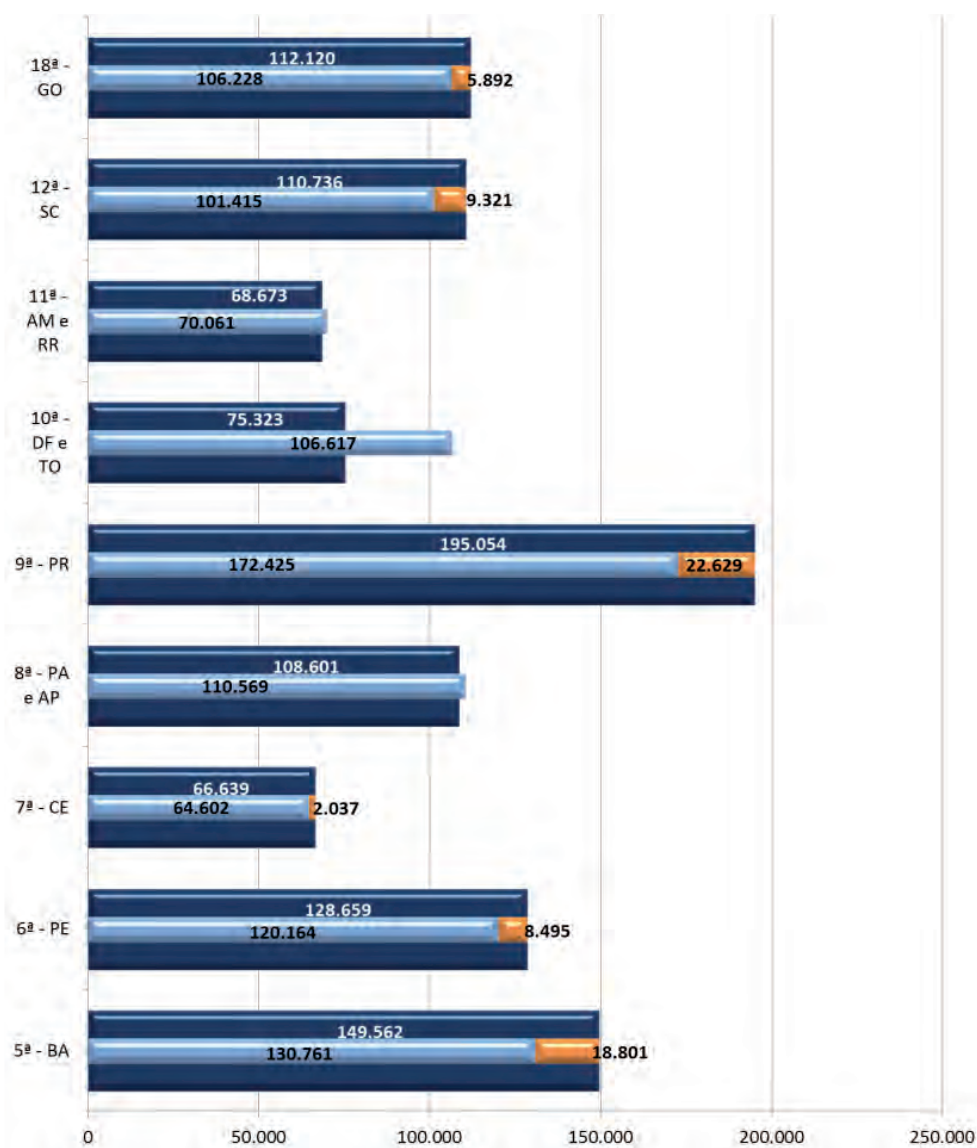
Restaria ao médio porte julgar 32.525 processos, número que se dilui entre seis dos nove tribunais considerados.

IPJ – Resultado acumulado por TRT – Médio porte (%)



Meta 6

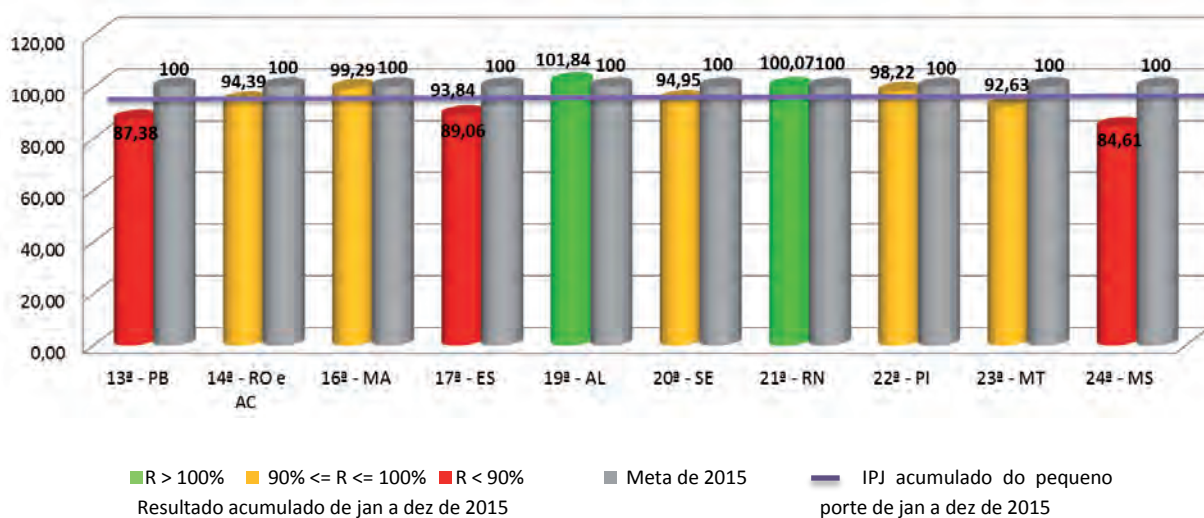
Médio porte - Processos distribuídos X julgados X a julgar



■ Número de processos distribuídos em 2015 ■ Número de processos julgados em 2015 ■ Saldo de processos a julgar para atingir a meta de 2015

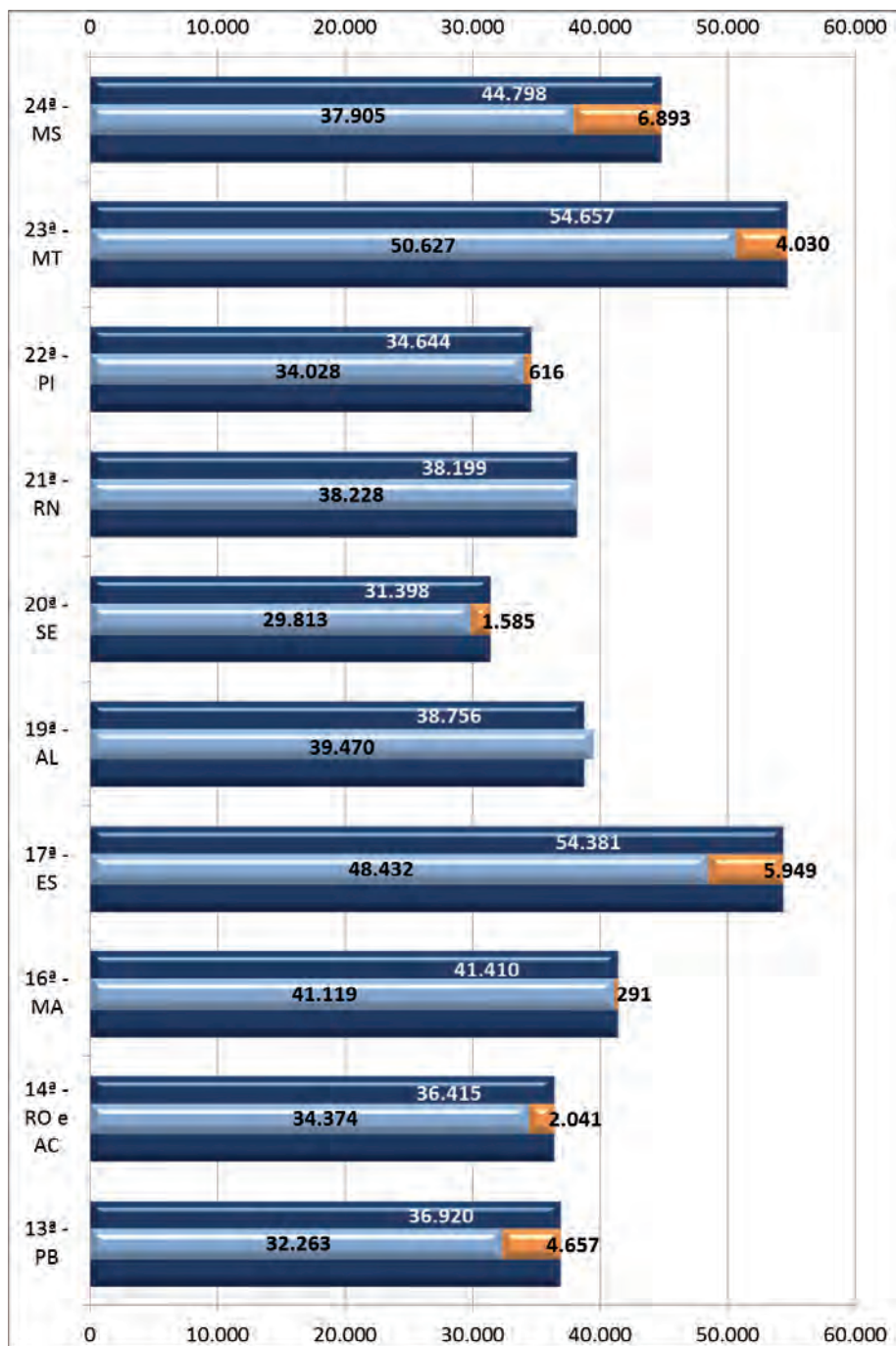
Quanto ao pequeno porte, verifica-se que foram distribuídos 411.578 processos, 12,41% em relação à soma de todos os TRTs na meta 6. Desses, julgaram-se 386.259 processos, 12,22% do total de julgados dessa meta. O resíduo do grupo foi de 25.319 processos em 2015 e o IPJ de 93,84%.

IPJ – Resultado acumulado por TRT – Pequeno porte (%)



Meta 6

Pequeno porte - Processos distribuídos X julgados X a julgar



■ Número de processos distribuídos em 2015 ■ Número de processos julgados em 2015 ■ Saldo de processos a julgar para atingir a meta de 2015

Perspectiva Processos Internos

Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Índice de Processos Antigos (IPA)

Fórmula: $IPA = (\text{Processos antigos julgados} / \text{Processos antigos distribuídos}) \times 100$

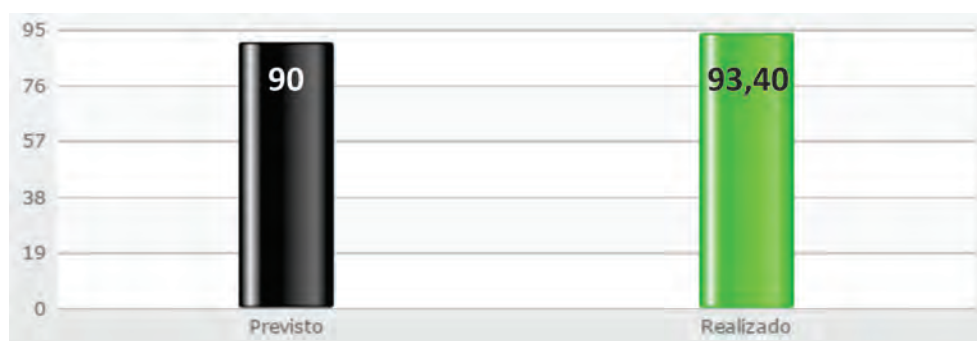
Meta 7*: identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, nos 1º e 2º graus.

*A meta 7 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho equivale à Meta Nacional 2 do Poder Judiciário, aprovada no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário.

O Índice de Processos Antigos calcula o percentual de processos distribuídos até 31/12/2013 que em 2015 foram identificados e julgados no 1º e 2º graus.

Esperava-se julgar até dezembro do ano passado 90% dos processos identificados na Justiça do Trabalho. Contudo, o resultado obtido superou a expectativa em 3,40 pontos percentuais, alcançando 93,40% de julgados.

IPA da Justiça do Trabalho – Resultado acumulado (jan a dez de 2015 - %)



Considerando-se todos os TRTs, foram identificados 1.350.486 processos antigos pendentes de julgamento. Constatou-se que desses, até dezembro de 2014, haviam sido julgados 1.063.549 e em 2015, 197.792, totalizando 1.261.341 processos, 45.904 a mais do que o estimado para se alcançar a meta de 2015, estabelecida em 90% (1.215.438) do montante detectado. A partir do desempenho observado, em

Meta 7

2016, existem 89.145 processos distribuídos até 31/12/2013 pendentes a julgar.

Conclui-se, portanto, que a Justiça do Trabalho iniciou 2015 necessitando julgar apenas 11,25% dos processos antigos, uma vez que 78,75% da meta já havia sido cumprida em 2014.

Cumprimento da meta 7 da Justiça do Trabalho por regiões geográficas



■ R >= 100% ■ 90% <= R < 100% ■ R < 90% - Resultado acumulado de jan a dez de 2015

A análise dos resultados obtidos pelos TRTs individualmente revela que, dos vinte e quatro TRTs, vinte atingiram a meta fixada para 2015 e quatro tiveram resultados acumulados entre 82% e 89,5%.

Farol	Resultado acumulado de jan a dez de 2015	Quantidade de TRTs com resultados compreendidos no intervalo
●	R >= 100%	20
●	90% <= R < 100%	4
●	R < 90%	0

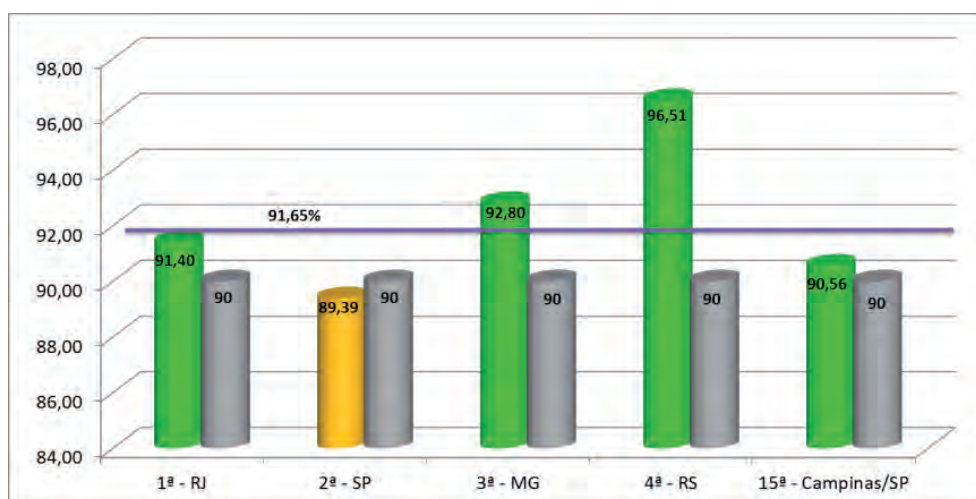
O grande porte foi o responsável pelo maior número de julgados na meta 7, com 721.747 processos antigos resolvidos, o que representa 57,22% de todos os processos julgados na Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

A partir do número de julgados e do quantitativo de processos distribuídos até 31/12/2013 pendentes de julgamento em janeiro de 2015 (787.509), o grupo obteve um IPA de 91,65%.

Dessa forma, restaram, em 2016, 65.762 processos antigos referentes ao período abarcado pela meta.

Observando-se os dados apresentados pelo porte, verifica-se que o TRT da 2ª Região ficou apenas 0,61 pontos percentuais aquém da meta de 90% e que os demais Tribunais obtiveram resultado positivo.

IPA – Resultado acumulado por TRT - Grande porte (%)

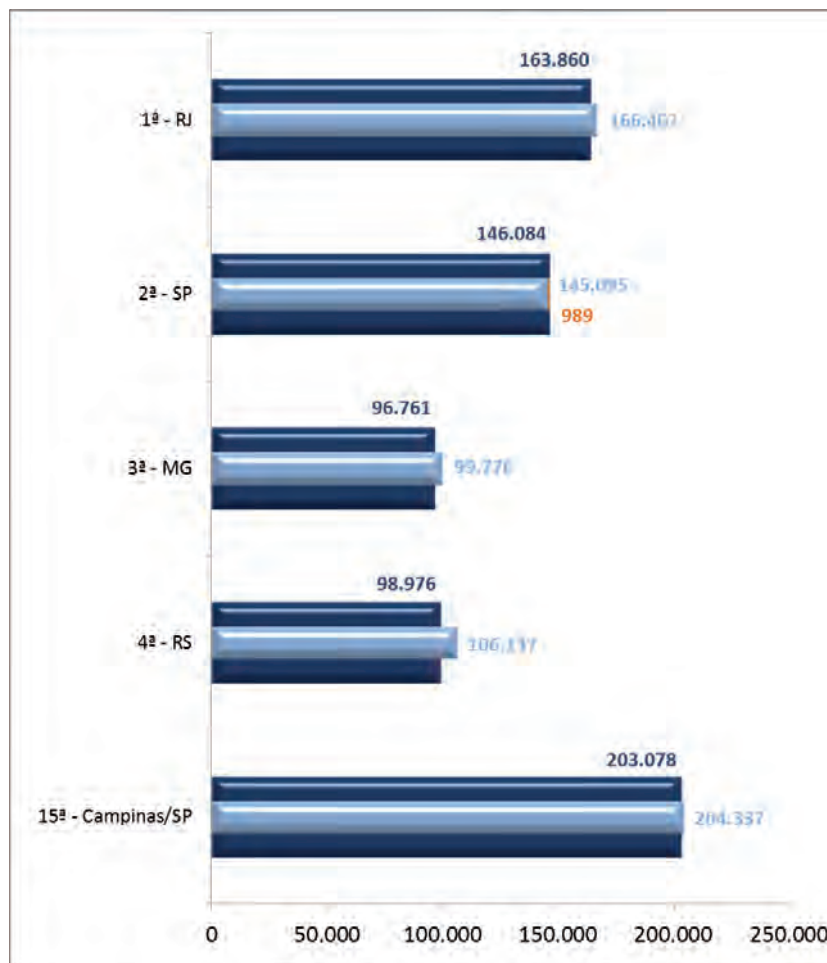


■ R >= 100% ■ 90% <= R < 100% ■ R < 90%
Resultado acumulado de jan a dez de 2015

■ Meta de 2015

— IPA acumulado do grande porte de jan a dez de 2015

Grande porte - Processos distribuídos X Julgados X A julgar



■ Número equivalente a 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013

■ Número de processos julgados até dez de 2015

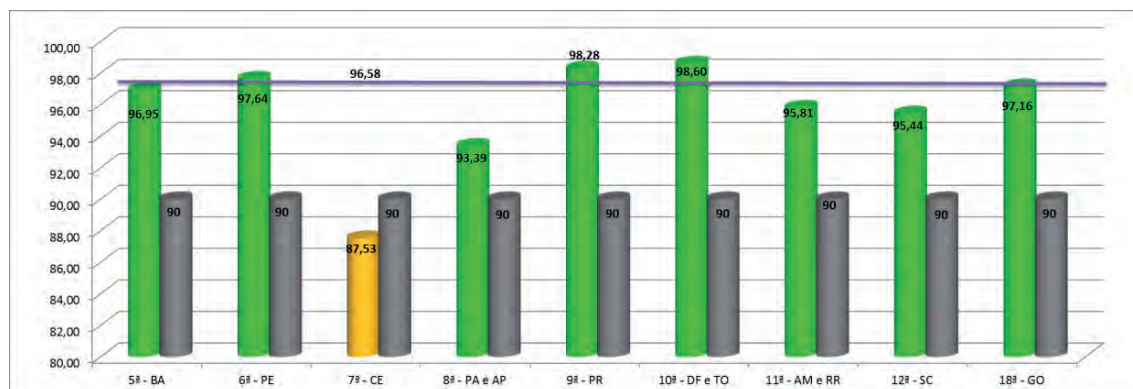
■ Número de processos a julgar para atingir a meta 2015 de 90%

Dos 444.690 processos distribuídos ao médio porte até 31/12/2013 que estavam pendentes de julgamento em janeiro de 2015, já foram julgados 429.494 processos. Esse panorama fez com que o índice de processos antigos julgados do médio porte fosse estabelecido em 96,58%, 6,58 pontos percentuais (29.273 processos) acima da meta de dezembro, que é de 90%.

Nesse contexto, identificam-se ainda 15.196 processos distribuídos até 31/12/2015 pendentes de julgamento em 2016.

Após a análise dos números do médio porte, percebe-se que apenas o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região não alcançou a meta estabelecida para o ano de 2015 (90%), tendo, contudo, atingido resultado apenas 2,47 pontos percentuais abaixo do esperado.

IPA – Resultado acumulado por TRT - Médio porte (%)



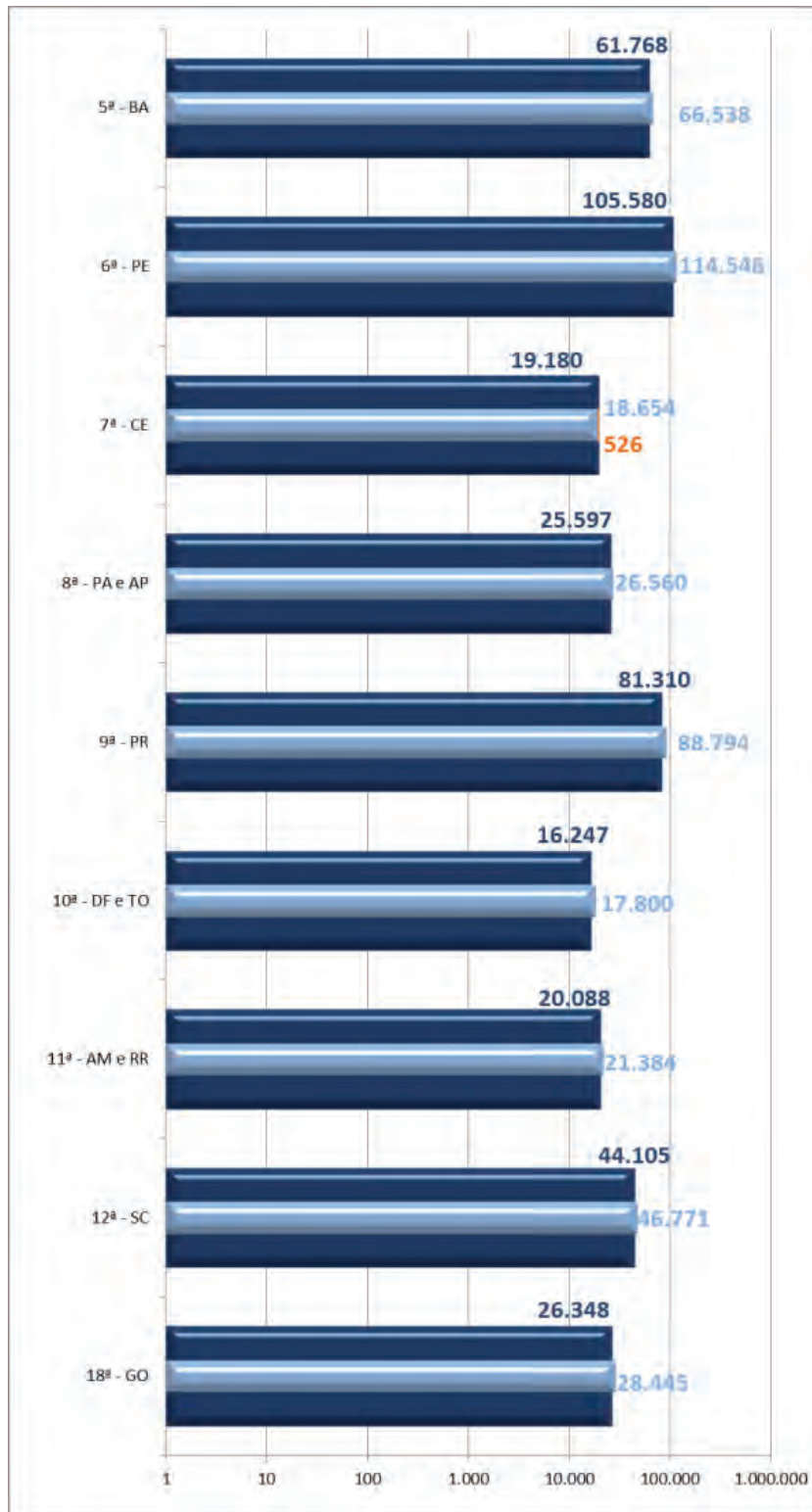
■ R >= 100%
 ■ 90% <= R < 100%
 ■ R < 90%
 Resultado acumulado de jan a dez de 2015

■ Meta de 2015

— IPA acumulado do médio porte de jan a dez de 2015

Meta 7

Médio porte - Processos distribuídos X Julgados X A julgar



■ Número equivalente a 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013

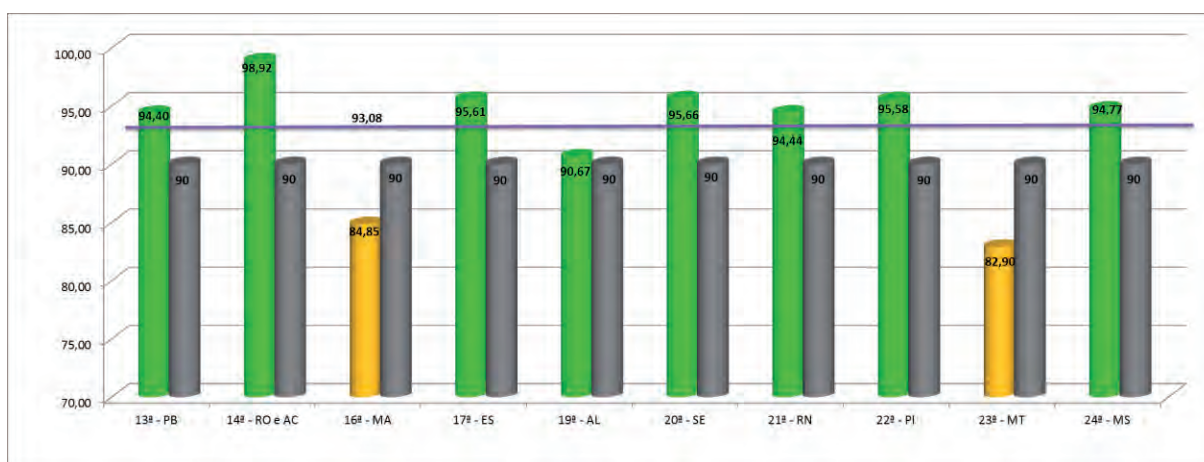
■ Número de processos julgados até dez de 2015

■ Número de processos a julgar para atingir a meta 2015 de 90%

No pequeno porte dois TRTs não atingiram a meta de 2015. Os oito Regionais restantes superaram os 90%.

Dos 118.287 processos antigos do 1º e 2º grau do pequeno porte, julgaram-se 110.100, determinando um IPA de 93,08% para o grupo. Ou seja, solucionaram-se 3.642 processos acima do estabelecido, o que resultou na permanência de 8.187 processos distribuídos até 31/12/2015 pendentes em 2016.

IPA – Resultado acumulado por TRT - Pequeno porte (%)

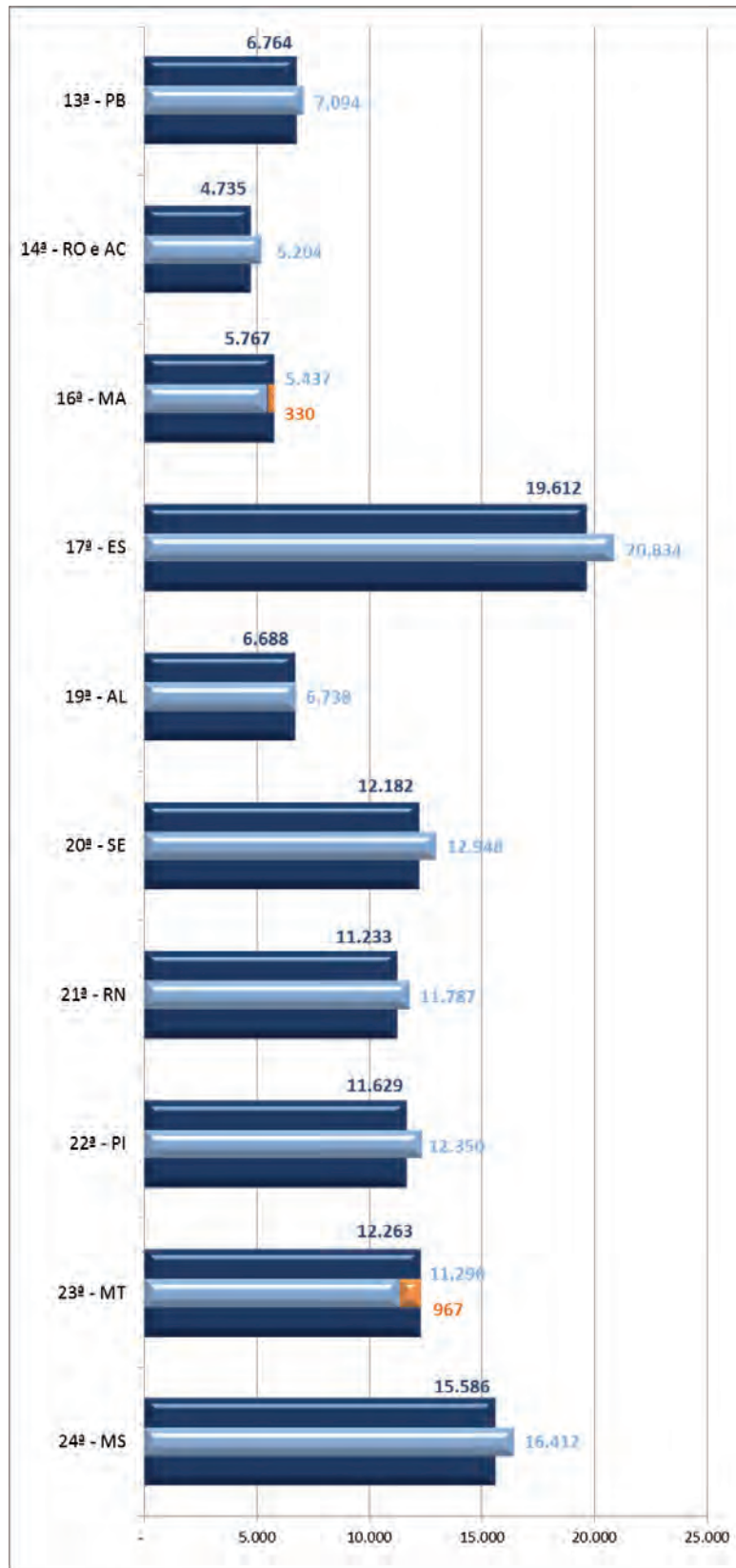


■ R >= 100% ■ 90% <= R < 100% ■ R < 90%
Resultado acumulado de jan a dez de 2015

■ Meta de 2015 ■ IPA acumulado do pequeno porte de jan a dez de 2015

Meta 7

Pequeno porte - Processos distribuídos X Julgados X A julgar



■ Número equivalente a 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013

■ Número de processos julgados até dez de 2015

■ Número de processos a julgar para atingir a meta 2015 de 90%

Importante ressaltar que em 2015 o grande porte julgou 133.021 processos, o médio, 51.395, e o pequeno, 13.376. Esses valores representam respectivamente 18,43%, 11,96% e 12,14% dos processos antigos julgados em cada grupo. A grande maioria do acervo da meta 7 já havia sido julgada até dezembro de 2014, conforme a seguir: 588.726 (81,57%) processos no grande porte, 378.099 (88,03%) no médio e 96.724 (87,85%) no pequeno.

Perspectiva Processos Internos

Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ)

Fórmula: $IACJ = (Ações\ coletivas\ julgadas / Ações\ coletivas\ distribuídas) \times 100$

Meta 8*: identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 no 1º grau e até 31/12/2013 no 2º grau.

*A meta 8 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho equivale à Meta Nacional 6 do Poder Judiciário, aprovada no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Resultados do 1º grau:

O Índice de Ações Coletivas Julgadas para o 1º grau de jurisdição tem o objetivo de extinguir os processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos até 31/12/2012.

De janeiro a dezembro de 2015, o IACJ – 1º grau acumulado da Justiça do Trabalho foi 96,17%, quando o previsto seria 100%.

IACJ – 1º grau da Justiça do Trabalho – Resultado acumulado (jan a dez de 2015 - %)



Para tanto, foram julgados 6.332 processos dos 6.584 distribuídos até 2012 que estavam pendentes de julgamento. Deixaram de ser julgados, portanto, 252 processos do montante necessário para alcançar a meta.

Ressalta-se, porém, que do montante julgado 4.802 e 1.052 processos tiveram julgamento, respectivamente, em 2013 e 2014. Ou seja, em 2015 julgaram-se apenas 478 ações coletivas.

Cumprimento da meta 8 do 1º grau de jurisdição da Justiça do Trabalho considerando as regiões geográficas



■ R = 100% ■ 90% <= R < 100% ■ R < 90% - Resultado acumulado de jan a dez de 2015

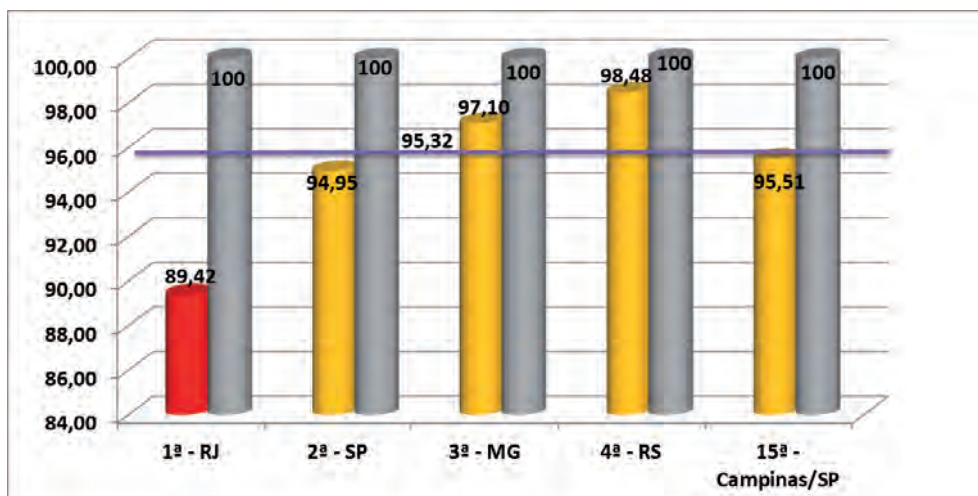
A observação do cumprimento das metas individuais pelos Tribunais Regionais demonstra que dez alcançaram suas metas e onze atingiram valores de 90% a 99,99% do previsto e três obtiveram resultados menores que 90% do estabelecido.

Farol	Resultado acumulado de jan a dez de 2015	Quantidade de TRTs com resultados compreendidos no intervalo
●	R >= 100%	10
●	90% <= R < 100%	11
●	R < 90%	3

No grande porte, o total de ações coletivas computadas distribuídas até 2012 pendentes de julgamento foi de 3.868, tendo sido julgadas 3.687, sendo 2.433 ações coletivas em 2013, 683 em 2014 e 571 em 2015, o que gerou um IACJ – 1º grau de 95,32%. Faltaram ser julgados 181 processos distribuídos.

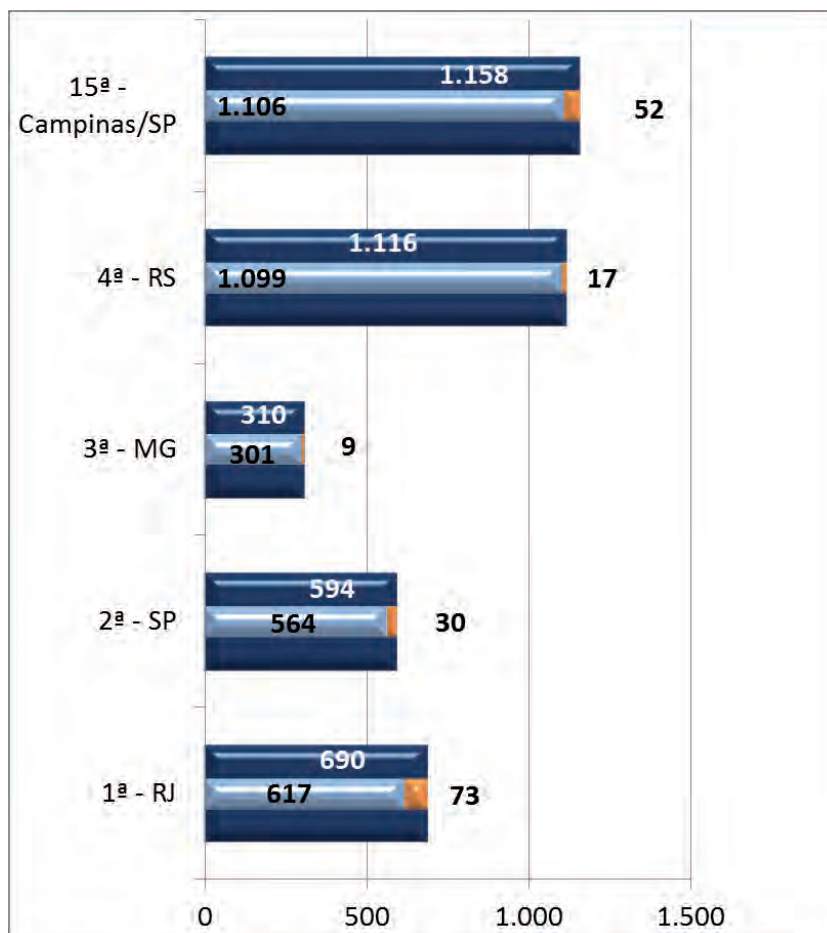
Meta 8

IACJ – 1º grau – Resultado acumulado por TRT – Grande porte (%)



■ R = 100%
 ■ 90% <= R < 100%
 ■ R < 90%
 ■ Meta de 2015
 — IACJ – 1º grau acumulado do grande porte de jan a dez de 2015

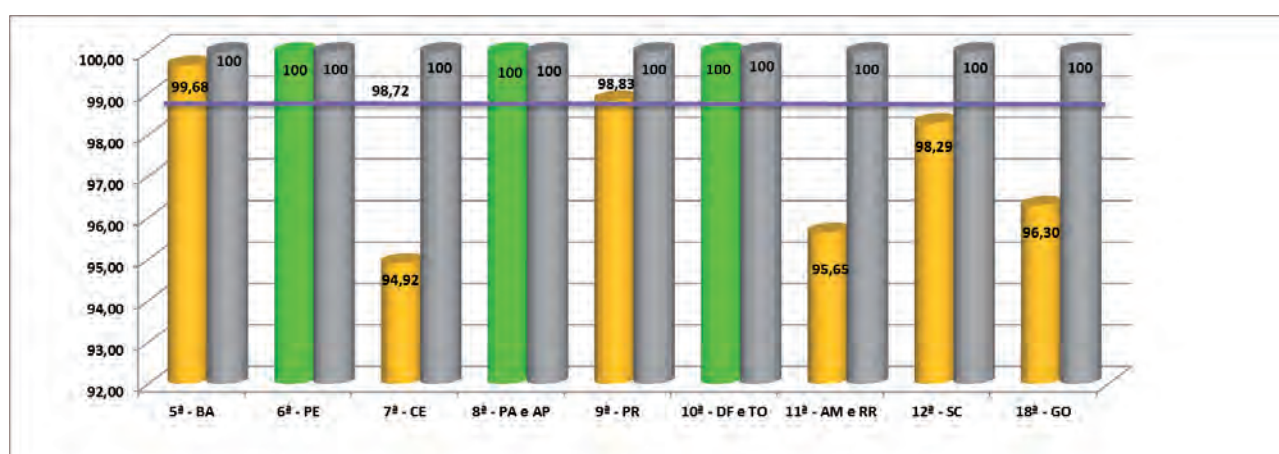
Grande porte – Ações coletivas distribuídas X Julgadas X A julgar



■ Número de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012
 ■ Número de ações coletivas julgadas até dez de 2015
 ■ Número de ações coletivas a julgar para atingir a meta de 2015

No caso do médio porte, estavam pendentes de julgamento 1.790 ações coletivas distribuídas aos tribunais do grupo até 2012. Dessas, julgaram-se 1.767. Entretanto, 1.387 ações foram julgadas em 2013, 215 em 2014 e apenas 165 em 2015. Assim, o IACJ do grupo foi de 98,72%, restando sem julgamento 23 processos para o cumprimento da meta.

IACJ – 1º grau – Resultado acumulado por TRT – Médio porte (%)

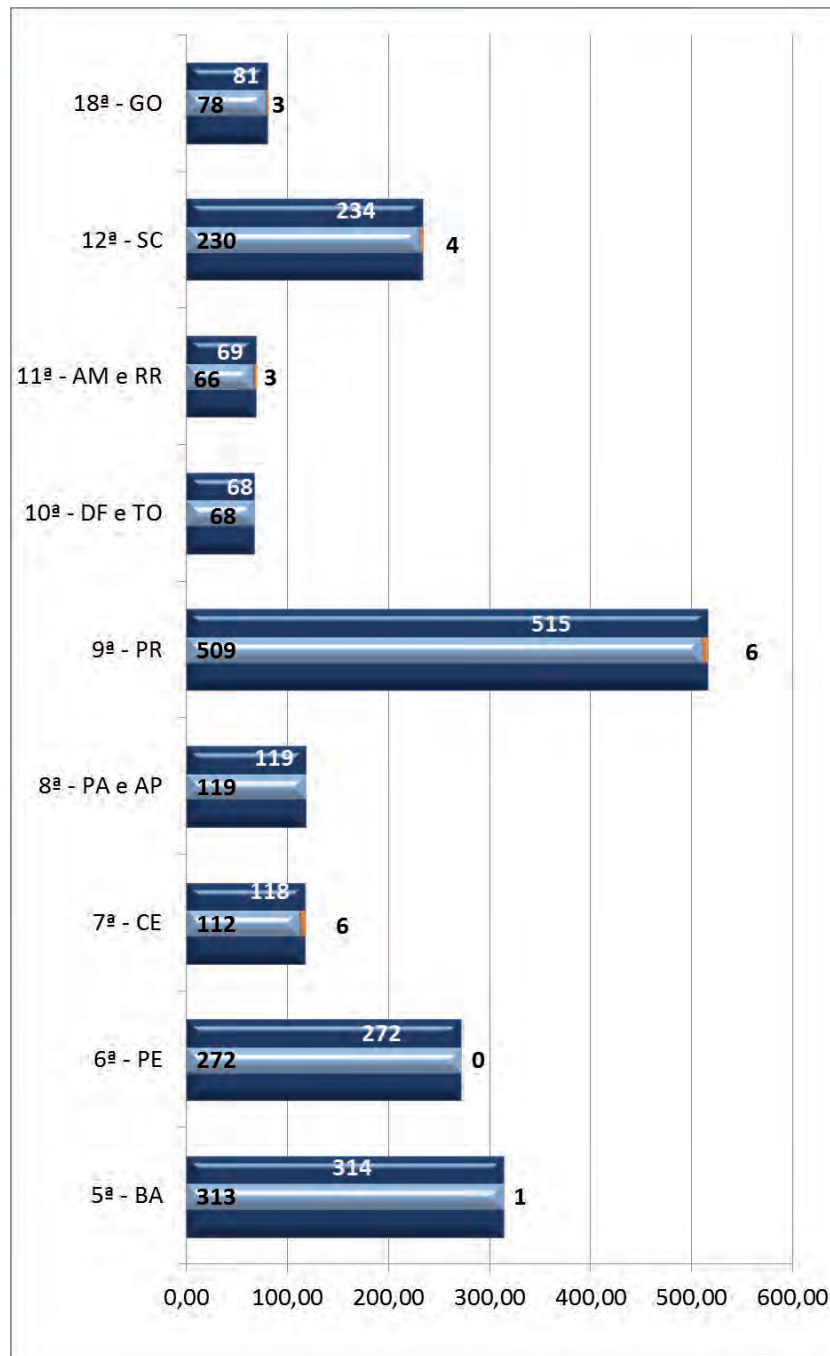


■ R = 100% ■ 90% <= R < 100% ■ R < 90%
Resultado acumulado de jan a dez de 2015

■ Meta de 2015

— IACJ – 1º grau acumulado do médio porte de jan a dez de 2015

Médio porte – Ações coletivas distribuídas X Julgadas X A julgar



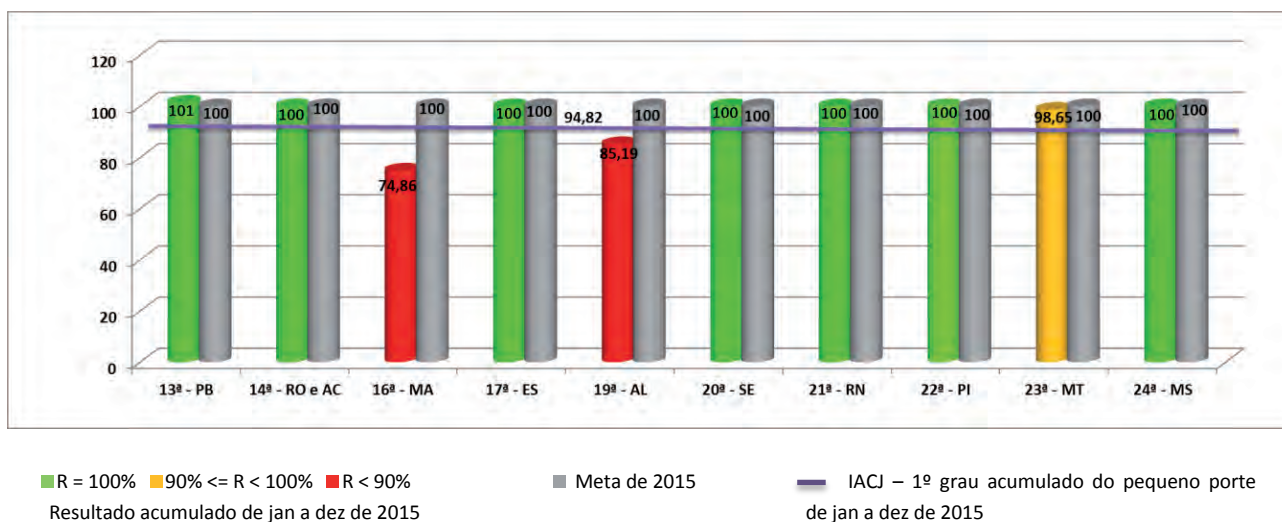
■ Número de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012

■ Número de ações coletivas julgadas até dez de 2015

■ Número de ações coletivas a julgar para atingir a meta de 2015

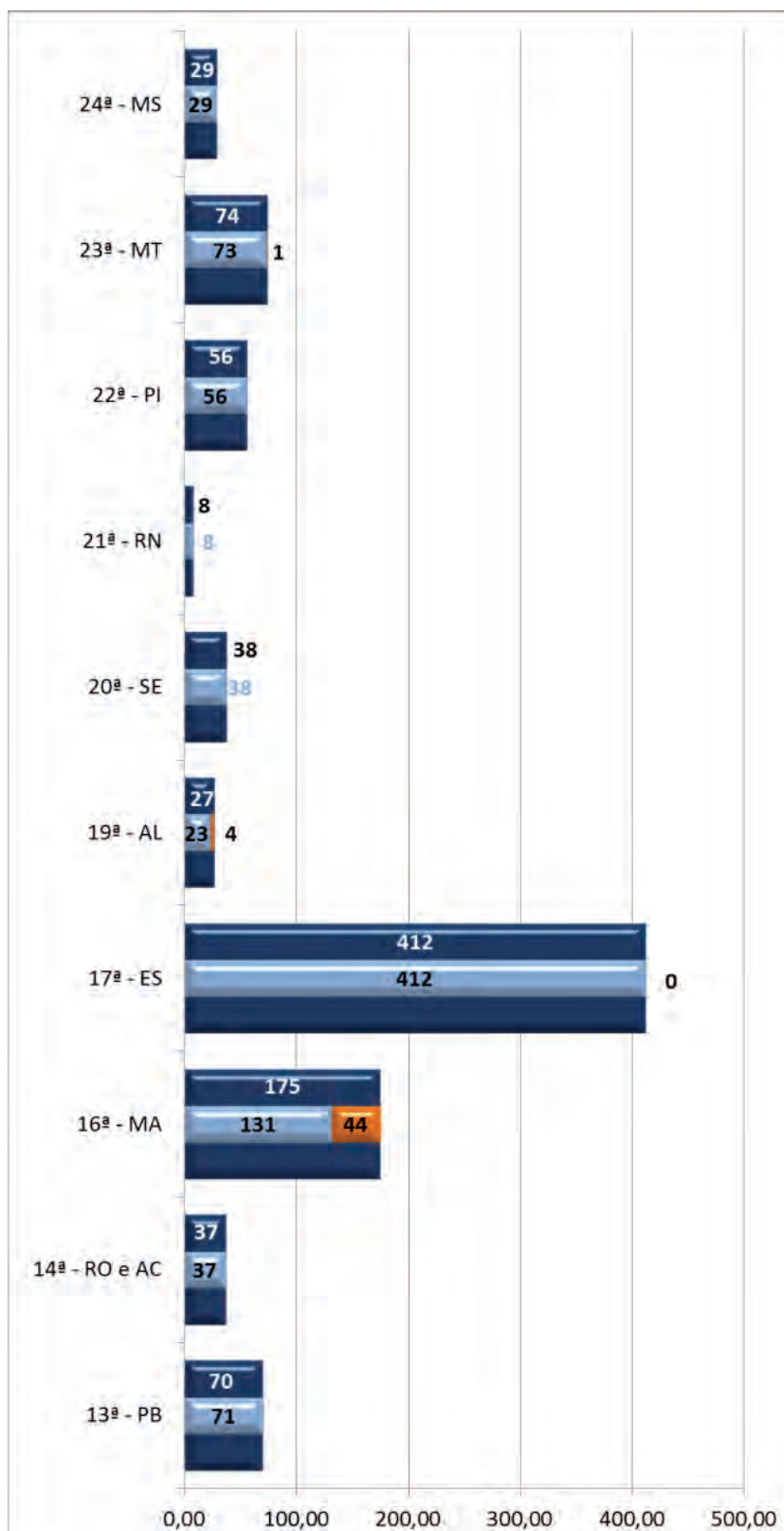
Em relação ao pequeno porte, estavam pendentes de julgamento 926 ações coletivas distribuídas até 2012, das quais se julgaram 878. Dessas, 655 julgadas em 2013, 154 em 2014 e 69 em 2015. Permaneceram sem julgamento, desse modo, 48 processos. Assim, o IACJ do grupo foi de 94,82%.

IACJ – 1º grau – Resultado acumulado por TRT – Pequeno porte (%)



Meta 8

Pequeno porte – Ações coletivas distribuídas X Julgadas X A julgar



■ Número de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012

■ Número de ações coletivas julgadas até dez de 2015

■ Número de ações coletivas a julgar para atingir a meta de 2015

Resultados do 2º grau:

O Índice de Ações Coletivas Julgadas para o 2º grau de jurisdição tem o objetivo de extinguir os processos de conhecimento em ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

IACJ – 2º grau da Justiça do Trabalho – Resultado acumulado (jan a dez de 2015 - %)



Os TRTs como um todo tinham 4.770 ações coletivas distribuídas até 2013 pendentes de julgamento. Dessas, julgaram-se 4.295, 475 a menos do que o esperado para a meta de dezembro. Dos julgamentos, 4.037 ocorreram em 2014 e apenas 258 em 2015.

Cumprimento da meta 8 do 2º grau de jurisdição da Justiça do Trabalho considerando as regiões geográficas



■ R = 100% ■ 90% <= R < 100% ■ R < 90% - Resultado acumulado de jan a dez de 2015

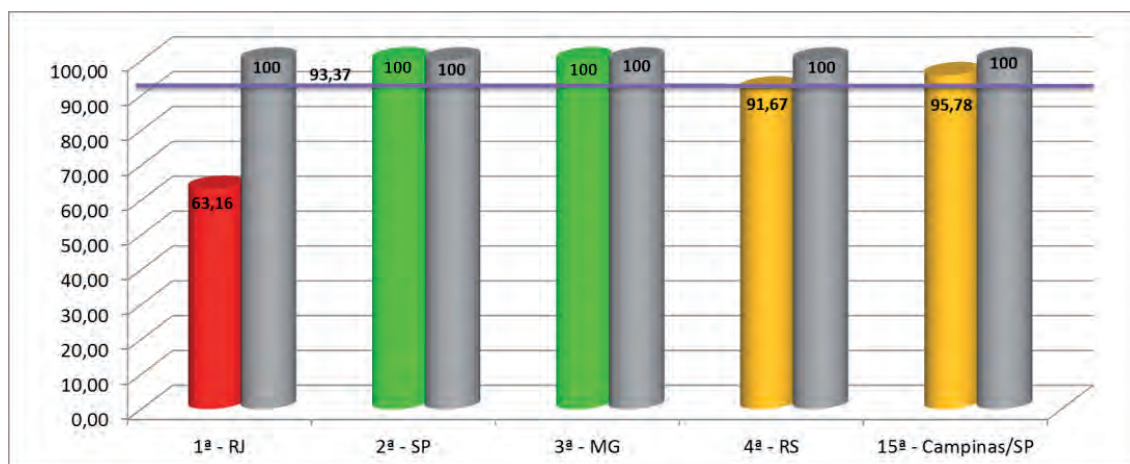
Meta 8

A análise pormenorizada dos TRTs indica que dezoito cumpriram a meta de dezembro, três têm resultados até 10% abaixo do previsto, três obtiveram valores mais de 10% inferiores ao estabelecido e um não possuía processos pendentes para a meta.

Farol	Resultado acumulado de jan a dez de 2015	Quantidade de TRTs com resultados compreendidos no intervalo
●	$R \geq 100\%$	18
●	$90\% \leq R < 100\%$	3
●	$R < 90\%$	3

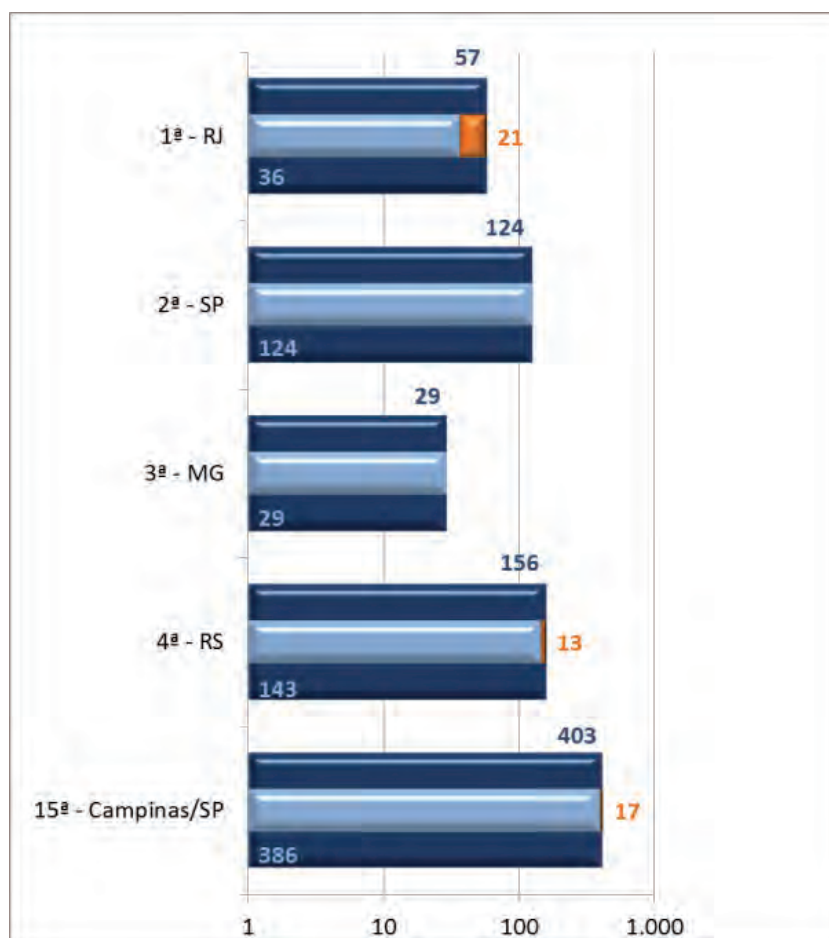
O grande porte tinha 769 ações coletivas no 2º grau pendentes de julgamento, julgou 718, 562 em 2014 e 156 em 2015. Deixaram de ser julgados 51 processos. A partir desse panorama, o IACJ – 2º grau do grupo foi 93,37%.

IACJ – 2º grau – Resultado acumulado por TRT – Grande porte (%)



■ R = 100%
 ■ 90% <= R < 100%
 ■ R < 90%
 ■ Meta de 2015
 — IACJ – 2º grau acumulado do grande porte de jan a dez de 2015

Grande porte – Ações coletivas distribuídas X Julgadas X A julgar



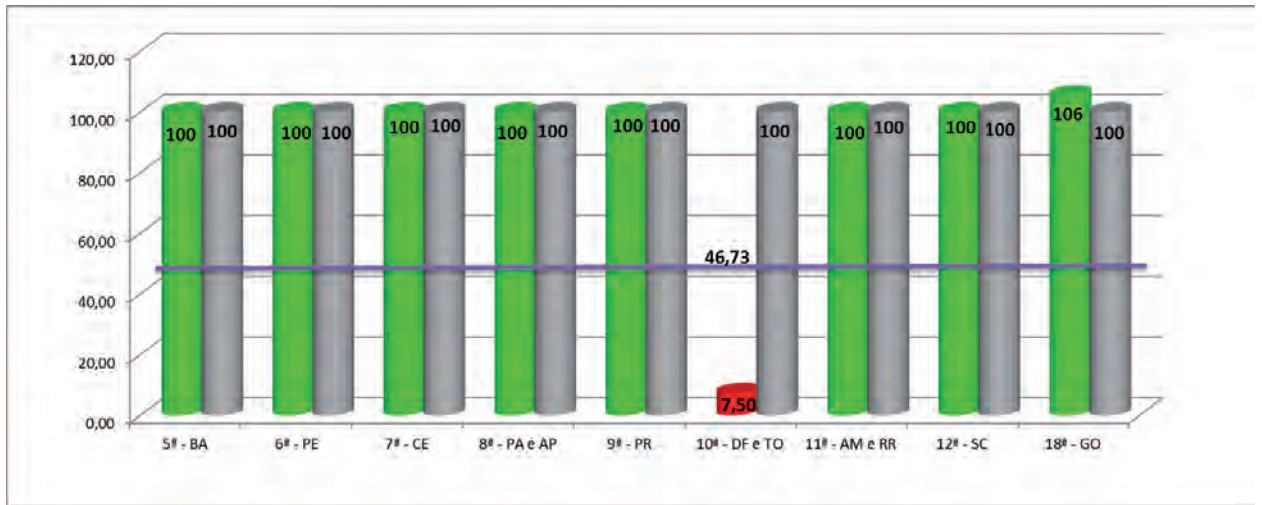
- Número de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013
- Número de ações coletivas julgadas até dez de 2015
- Número de ações coletivas a julgar para atingir a meta de 2015

No caso do médio porte, foram computadas 764 ações coletivas distribuídas até 2013 pendentes de julgamento. Julgaram-se 357, das quais 317 em 2014 e 40 em 2015. Deixaram de ser julgados, portanto, 407 processos. Desse modo, o IACJ – 2º grau do porte foi 46,73%.

Deve-se ressaltar que o índice do porte foi influenciado pelo resultado do TRT da 10ª Região, que deveria julgar 440 ações coletivas, contudo julgou apenas 33 processos em 2014 e não computou nenhum julgamento em 2015.

Meta 8

IACJ – 2º grau – Resultado acumulado por TRT – Médio porte (%)

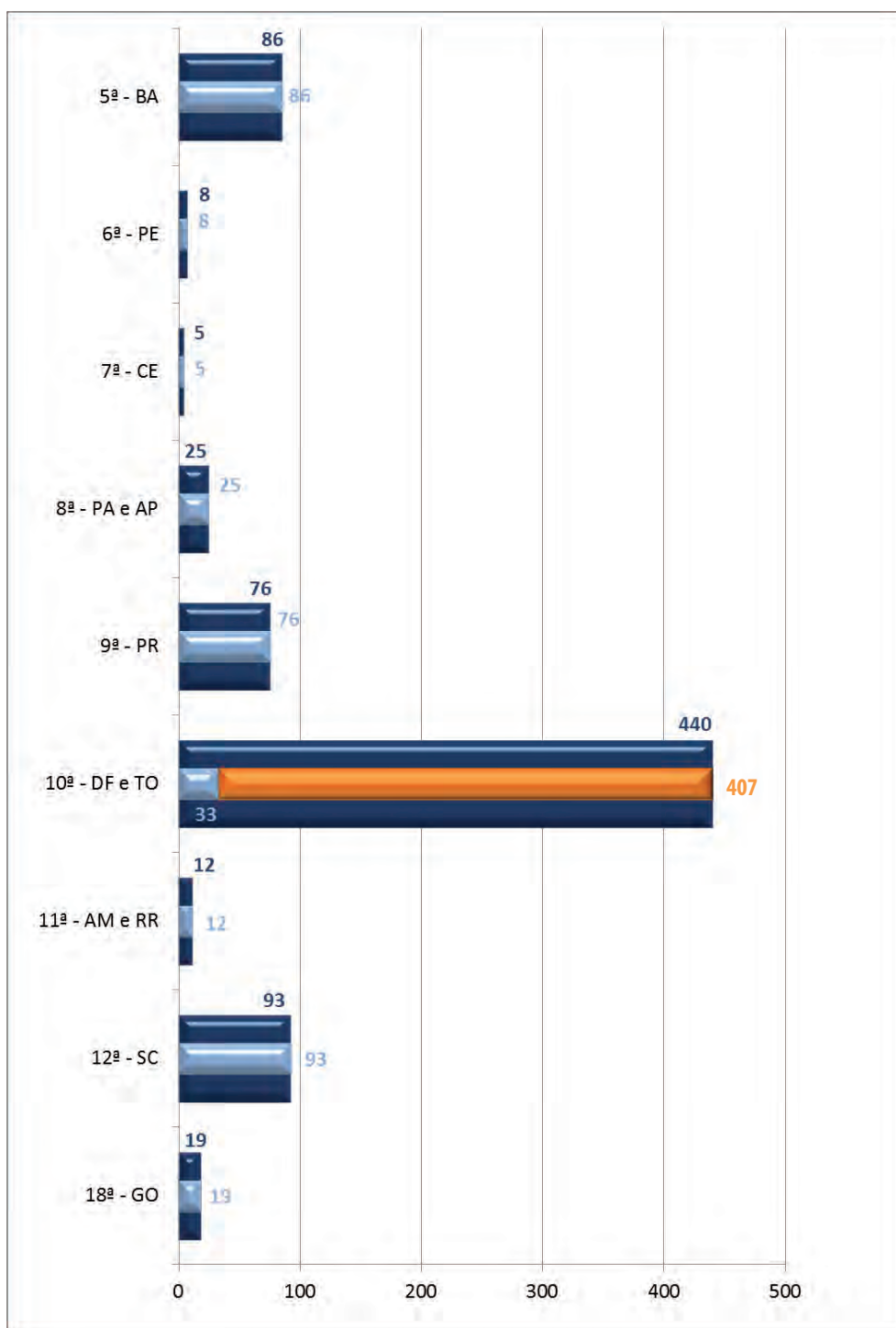


■ R = 100% ■ 90% <= R < 100% ■ R < 90%
Resultado acumulado de jan a dez de 2015

■ Meta de 2015

— IACJ – 2º grau acumulado do médio porte de jan a dez de 2015

Médio porte – Ações coletivas distribuídas X Julgadas X A julgar



■ Número de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

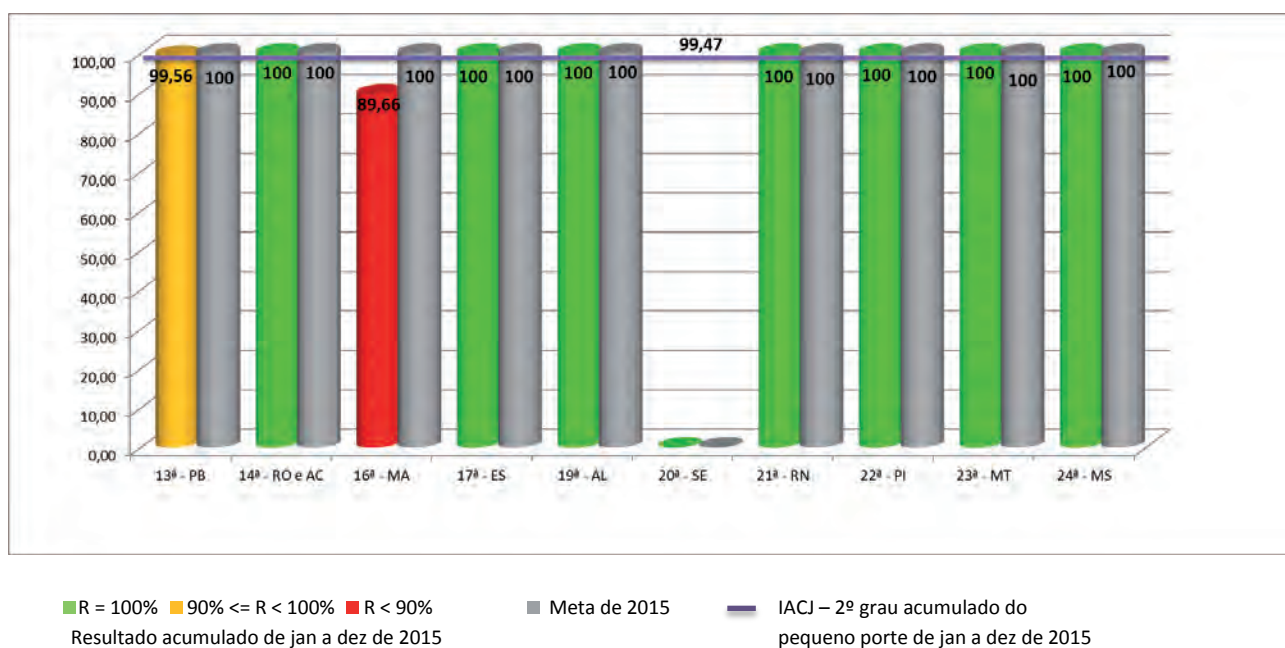
■ Número de ações coletivas julgadas até dez de 2015

■ Número de ações coletivas a julgar para atingir a meta de 2015

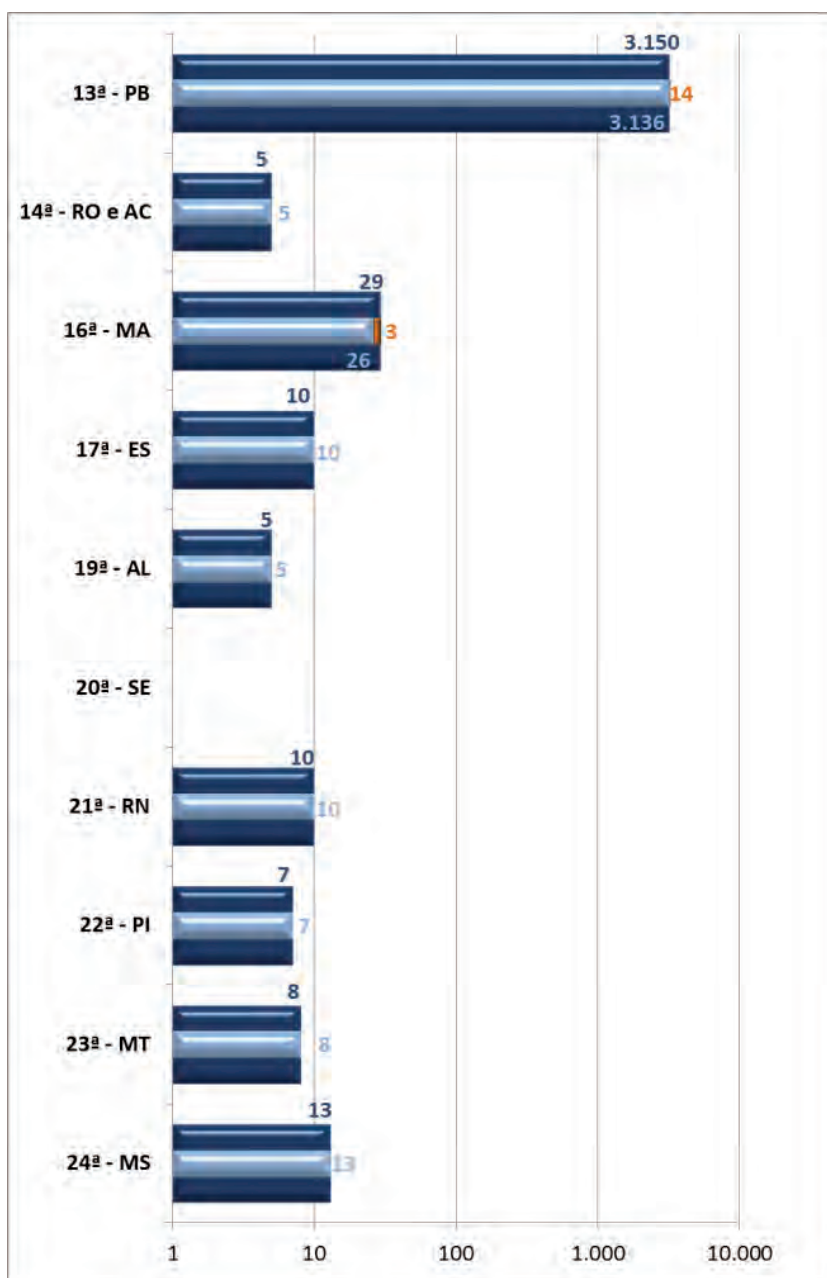
Meta 8

O pequeno porte identificou 3.237 ações coletivas distribuídas até 2013 pendentes de julgamento, das quais 3.150 pertenciam ao TRT da 13ª Região. Julgou 3.220, sendo que 3.136 foram julgadas por este último Regional. Do montante julgado pelo grupo, 3.158 processos tiveram julgamento em 2014 e apenas 62 em 2015. Restaram sem julgar apenas 17 processos, ficando o IACJ – 2º grau do porte em 99,47%.

IACJ – 2º grau – Resultado acumulado por TRT – Pequeno porte (%)



Pequeno porte – Ações coletivas distribuídas X Julgadas X A julgar



■ Número de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

■ Número de ações coletivas julgadas até dez de 2015

■ Número de ações coletivas a julgar para atingir a meta de 2015

Observação: o TRT da 20ª Região não possuía processos pendentes nessa meta.

Meta 9

Perspectiva Processos Internos

Estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito

Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc)

Fórmula: $ICONc = \text{Conciliações} / \text{Solucionados}$

Meta 9*: aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 10 pontos percentuais, até 2020.

2015	2016	2017	2018	2019	2020
1 pp	2 pp	4 pp	6 pp	8 pp	10 pp

*A meta 9 equivale à meta específica da Justiça do Trabalho “Aumentar a conciliação na fase de conhecimento”, aprovada no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário.

O Índice de Conciliação na fase de conhecimento tem o intuito de aumentar o número de processos judiciais solucionados por conciliação no 1º grau de jurisdição.

O ICONc da Justiça do Trabalho no ano de 2015 foi 38,89%, quando o previsto, de acordo com a média do biênio 2013/2014 (39,72%) verificada para o índice a partir do número de conciliações e soluções dos vinte e quatro tribunais nesse período, seria de 40,72%.

ICONc da Justiça do Trabalho – Resultado acumulado (jan a dez de 2015 - %)



Portanto, o Judiciário do Trabalho ficou 1,83 pontos percentuais abaixo do esperado. Juntas as Cortes Regionais solucionaram no 1º grau 2.556.776 processos no ano de 2015. Desses, 994.356 foram sentenças homologatórias de acordo. Ou

seja, foram realizadas 46.763 conciliações a menos do que seria necessário para alcançar a meta do ano (1.041.119).

Já no mesmo período de 2014 haviam sido solucionados 2.428.180 processos no 1º grau de todos os TRTs, dos quais apenas 960.815 foram resolvidos por conciliação. Desse modo, o ICONc da Justiça do Trabalho naquele ano foi 39,57%.

Nota-se, pois, que apesar de o Índice de Conciliação ter decaído 0,68 pontos percentuais de 2014 para 2015, o número de solucionados aumentou em 128.596 e ocorreram 33.541 conciliações a mais em 2015.

A análise individualizada dos TRTs demonstra que apenas quatro cumpriram a meta, dezesseis apresentaram resultados até 10% abaixo do esperado e quatro têm ICONc menor que 90% do previsto.

Farol	Resultado acumulado de jan a dez de 2015	Quantidade de TRTs com resultados compreendidos no intervalo
●	$R \geq 100\%$	4
●	$90\% \leq R < 100\%$	16
●	$R < 90\%$	6

Cumprimento da meta 9 da Justiça do Trabalho por região geográfica

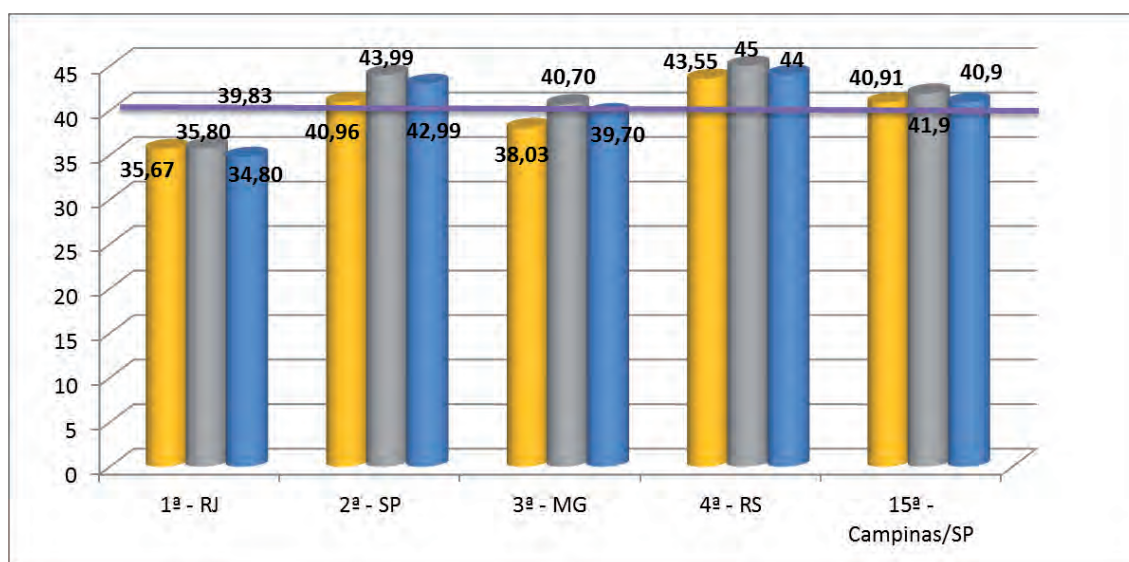


■ $R \geq 100\%$ ■ $90\% \leq R < 100\%$ ■ $R < 90\%$ - Resultado acumulado de jan a dez de 2015

O 1º grau do grande porte solucionou 1.453.915 processos no ano de 2015, dos quais 579.037 foram por conciliação. Assim, o ICONc do grupo atingiu 39,83%.

Constata-se, pois, uma melhora na produtividade, uma vez que em 2014 foram solucionados 1.388.755 processos, sendo 557.563 por conciliação, o que retornou um ICONc de 40,18%. No entanto, a relação percentual das duas variáveis sofreu um pequeno decréscimo de um ano para o outro.

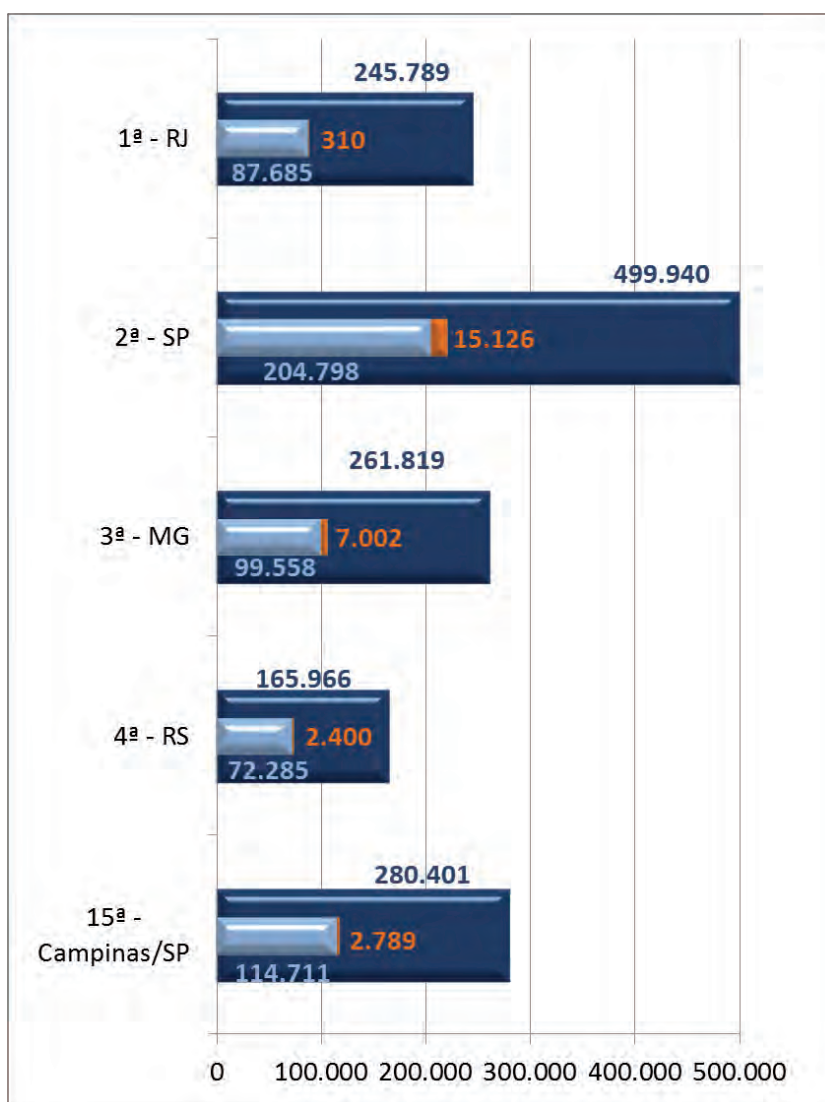
ICONc – Resultado acumulado por TRT – Grande porte (%)



■ R >= 100%
 ■ 90% <= R < 100%
 ■ R < 90%
 ■ Meta de 2015
 ■ Média 2013/2014
 — ICONc acumulado do grande porte de jan a dez de 2015

Para cumprirem as metas individuais de 2015, os TRTs deveriam, juntos, somar 606.664 sentenças homologatórias de acordo. Contudo, deixaram de conciliar 27.627 processos divididos entre os cinco Regionais do porte.

Grande porte – Processos solucionados X Processos Solucionados por conciliação



■ Número de processos solucionados em 2015 ■ Número de processos solucionados por conciliação em 2015 ■ Número de processos solucionados que deveriam ter sido resolvidos por conciliação para alcançar a meta de 2015

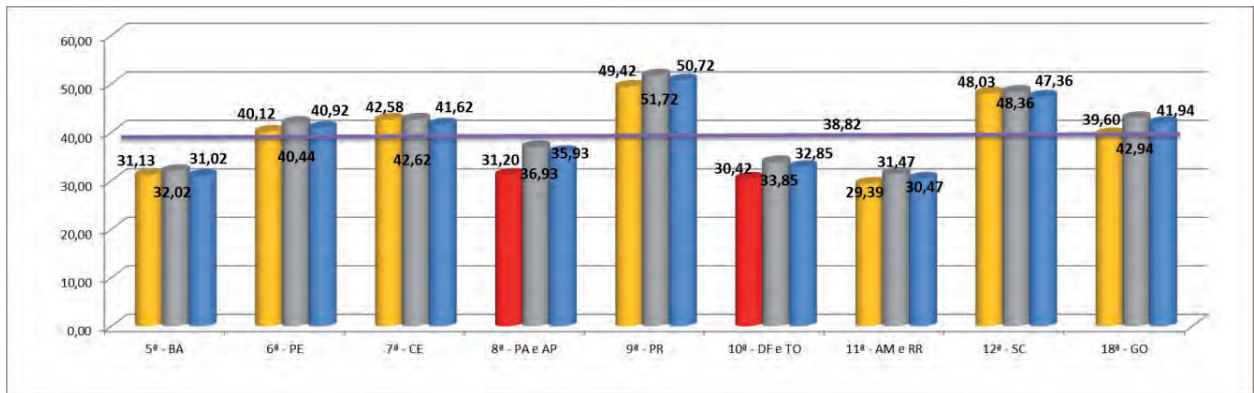
As Varas do Trabalho do médio porte solucionaram em conjunto 785.672 processos em 2015, sendo 305.002 por conciliação. Dessa maneira, o ICONc do porte foi de 38,82%.

Em 2014, o número de solucionados do porte foi de 733.089 e o de conciliações de 294.146, gerando um índice de 40,12%.

Logo, percebe-se o crescimento do número de solucionados em 52.583 processos e da quantidade de sentenças homologatórias de acordo em 10.856, enquanto o percentual de conciliação decresceu 1,3 pontos.

Meta 9

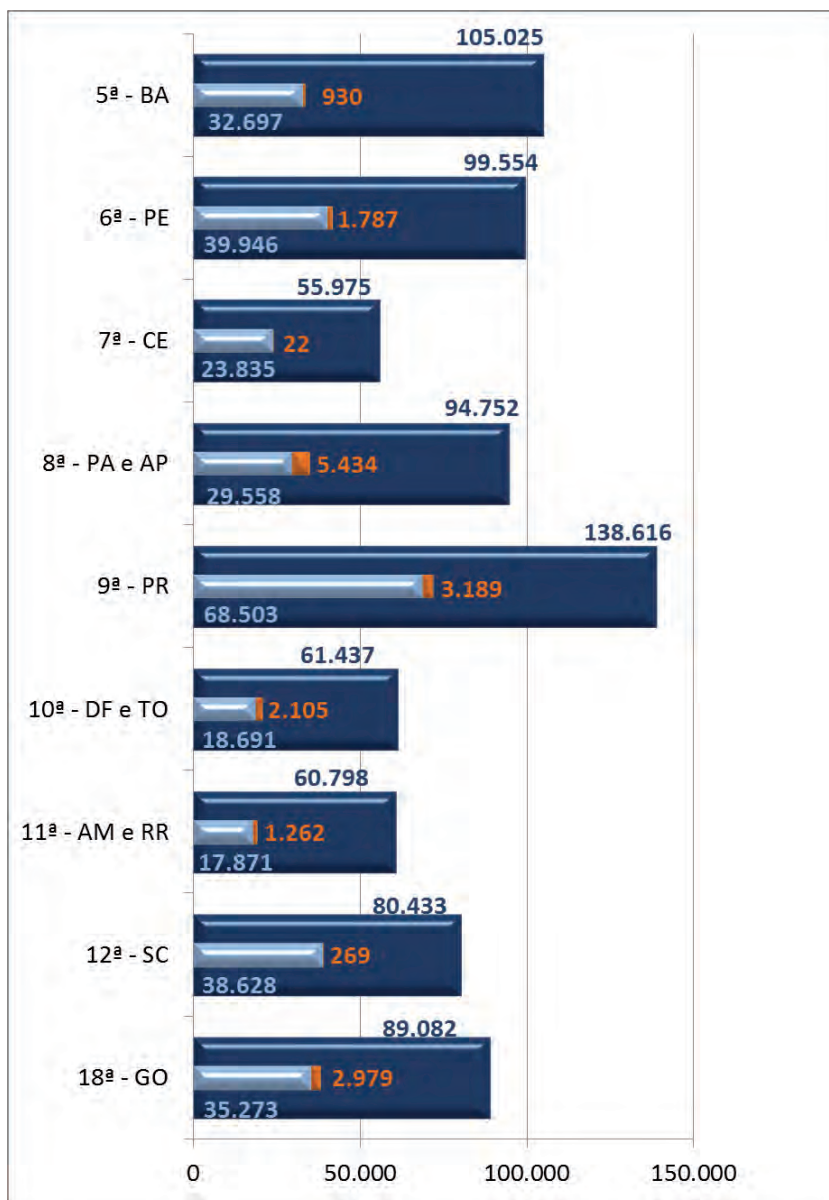
ICONc – Resultado acumulado por TRT – Médio porte (%)



■ R >= 100% ■ 90% <= R < 100% ■ R < 90% ■ Meta de 2015 ■ Média 2013/2014 ■ ICONc do médio porte em 2015
Resultado acumulado de jan a dez de 2015

Percebe-se que, assim como no grande porte, nesse grupo nenhum TRT atingiu a meta estabelecida para o ano de 2015, sendo que seis TRTs diminuíram o ICONc em relação ao biênio 2013/2014.

Médio porte – Processos solucionados X Processos Solucionados por conciliação



■ Número de processos solucionados em 2015

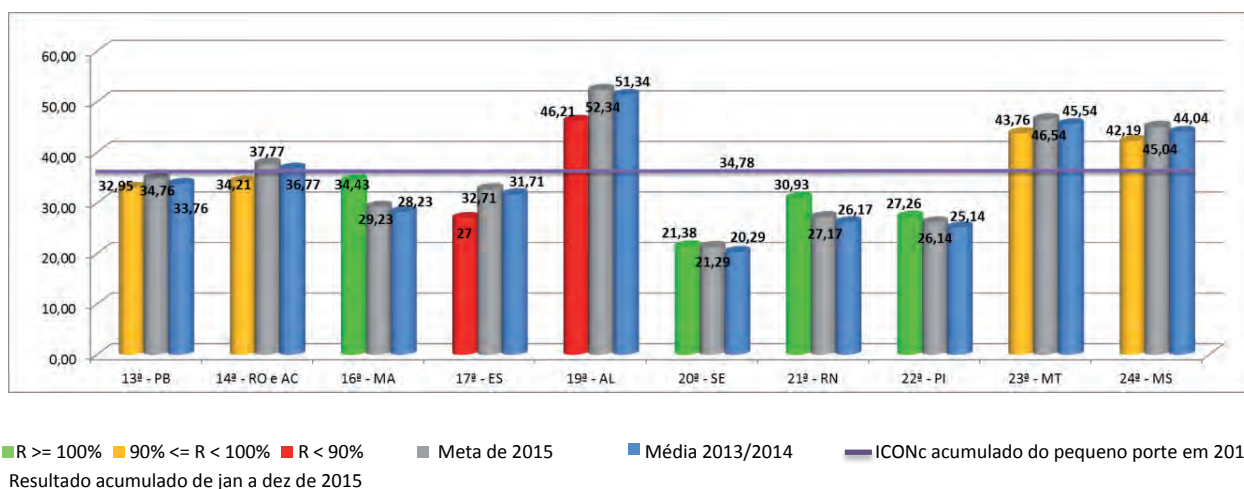
■ Número de processos solucionados por conciliação em 2015

■ Número de processos solucionados que deveriam ter sido resolvidos por conciliação para alcançar a meta de 2015

As Varas do Trabalho dos TRTs do pequeno porte juntas solucionaram 317.189 processos. Desse total, 110.317 foram por conciliação. Portanto, o índice de conciliação do porte foi 34,78%. Apesar de ser o ICONc mais baixo dentre os portes, somente nele há regionais que atingiram a meta estipulada para o ano.

Observa-se que, em 2015, dos dez tribunais do grupo, quatro alcançaram a meta, quatro apresentam resultados 10% abaixo do esperado e dois TRTs têm ICONc menor do que 90% do previsto.

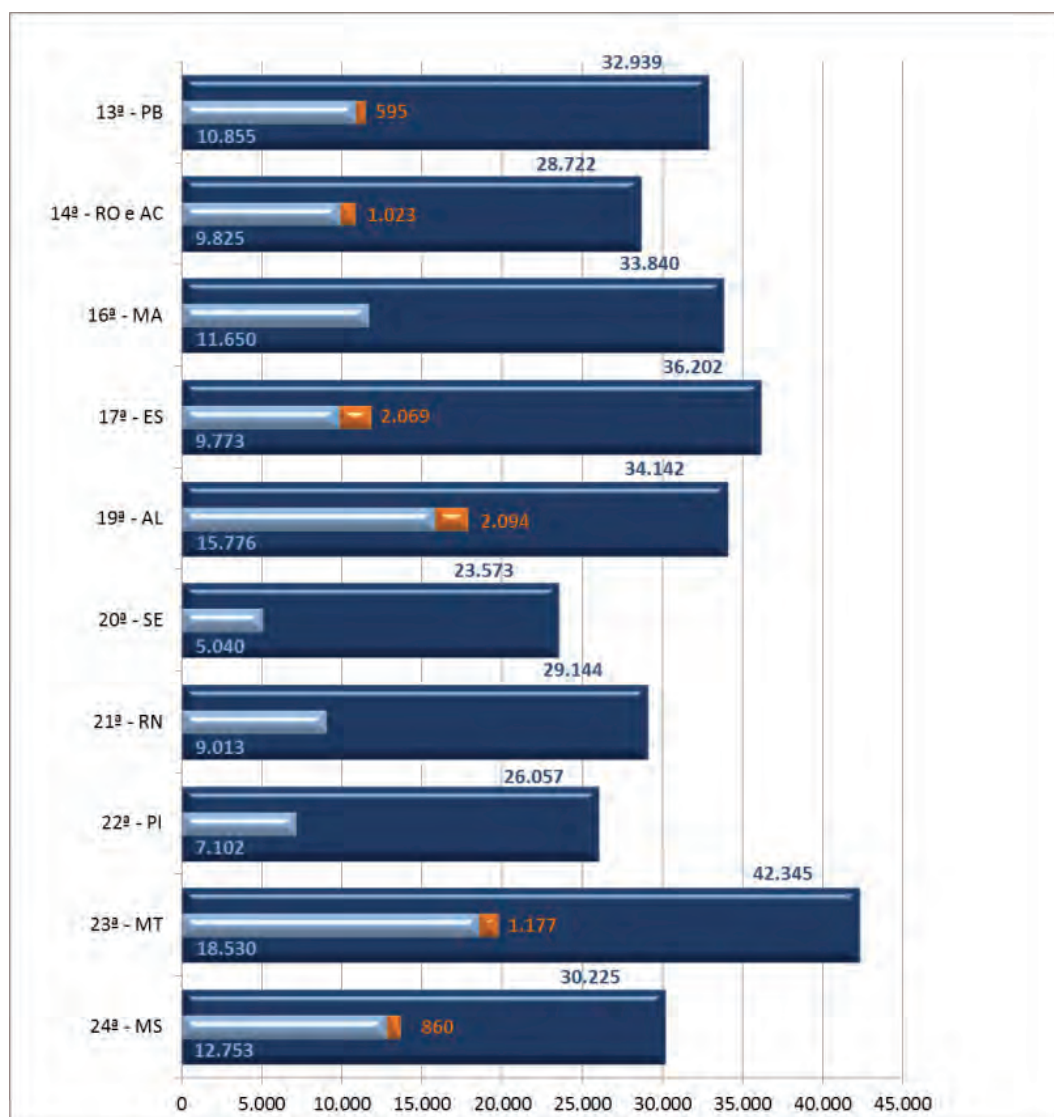
ICONc – Resultado acumulado por TRT – Pequeno porte (%)



No ano de 2014, o 1º grau do porte considerado solucionou 306.336 processos e, deles, conciliou 109.106. Relacionando-se esses dados com os de 2015, constata-se uma diferença evolutiva de 10.853 e 1.211, respectivamente. No entanto, o ICONc naquele ano foi 35,61%, número maior do que o verificado em 2015.

Logo, conquanto o percentual de conciliações tenha diminuído, o panorama geral melhorou pelo aumento do quantitativo de acordos e de soluções.

Pequeno porte – Processos solucionados X Processos solucionados por conciliação



- Número de processos solucionados em 2015
- Número de processos solucionados por conciliação em 2015
- Número de processos solucionados que deveriam ter sido resolvidos por conciliação para alcançar a meta de 2015

Perspectiva Processos Internos

Gerir as demandas repetitivas e os grandes litigantes

Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes (ICP)

Fórmula: $ICP = P7.3 * k / (P7.3 + \Sigma P7.4 + \Sigma P7.5 - \Sigma P7.6 - \Sigma P7.7) * 100$

Onde:

- k em 2015 = 0,985
- k em 2016 = 0,98
- k em 2017 = 0,96
- k em 2018 = 0,94
- k em 2019 = 0,92
- k em 2020 = 0,90

Meta 10: identificar e reduzir em 10% o acervo dos dez maiores litigantes em relação a 2014.

2015	2016	2017	2018	2019	2020
1,5%	2%	4%	6%	8%	10%

*A meta 10 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho equivale à Meta Nacional 7 do Poder Judiciário, aprovada no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário.

O Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes – ICP identifica as dez pessoas físicas e/ou jurídicas com maior número de litígios nos Tribunais Regionais do Trabalho, seja ocupando o polo passivo, seja ocupando o polo ativo da relação processual. Por meio desse indicador torna-se possível conhecer o quantitativo de processos pendentes de julgamento dos dez maiores litigantes em cada Regional, considerando-se o total do 1º e 2º graus em conjunto.

O objetivo do referido indicador é reduzir, em 2015, 1,5% do resíduo encontrado em 31/12/2014 e julgar os novos processos que entrarem no tribunal no mês de referência.

Embora os segmentos de atuação desses referidos litigantes variem entre os vinte e quatro TRTs, observa-se que na Justiça do Trabalho estão concentrados princi-

palmente nos seguintes setores: bancos, produtoras de petróleo, gás e eletricidade, mineradoras, construtoras, empresas públicas, siderúrgicas, telefônicas, união federal, governos estaduais, prefeituras, multinacionais, montadoras de automóveis, sindicatos, usinas de álcool, produtoras de alimentos, bem como pessoas físicas.

De acordo com as informações prestadas pelos tribunais, o Judiciário Trabalhista apresentava um resíduo de 211.565 processos relativos aos grandes litigantes em 31/12/2014. Em 2015 entraram no cômputo da meta mais 254.924 processos, totalizando, portanto, 466.489 processos. Desse modo, somando-se a redução de 1,5% do resíduo encontrado (3.173) aos processos distribuídos no ano passado (254.924), a meta de 2015 foi estabelecida em julgar 258.097 processos.

O desempenho da Justiça do Trabalho no julgamento de tais ações superou os 100% de cumprimento da meta em aproximadamente 1 ponto percentual. O número de julgados no ano em apreço foi de 260.578 processos, 2.481 além do esperado.

ICP da Justiça do Trabalho – Resultado acumulado (jan a dez de 2015 - %)



Não obstante o bom resultado da Justiça do Trabalho, analisando-se o desempenho individual dos TRTs na meta verifica-se que treze tribunais alcançaram 100% de cumprimento do valor previsto, quatro atingiram valores de 90% a 99,99% e sete obtiveram percentuais abaixo de 90%.

Farol	Resultado acumulado de jan a dez de 2015	Quantidade de TRTs com resultados compreendidos no intervalo
●	R ≤ 100%	13
●	100% < R ≤ 110%	4
●	R > 110%	7

Cumprimento da meta 10 da Justiça do Trabalho por região geográfica



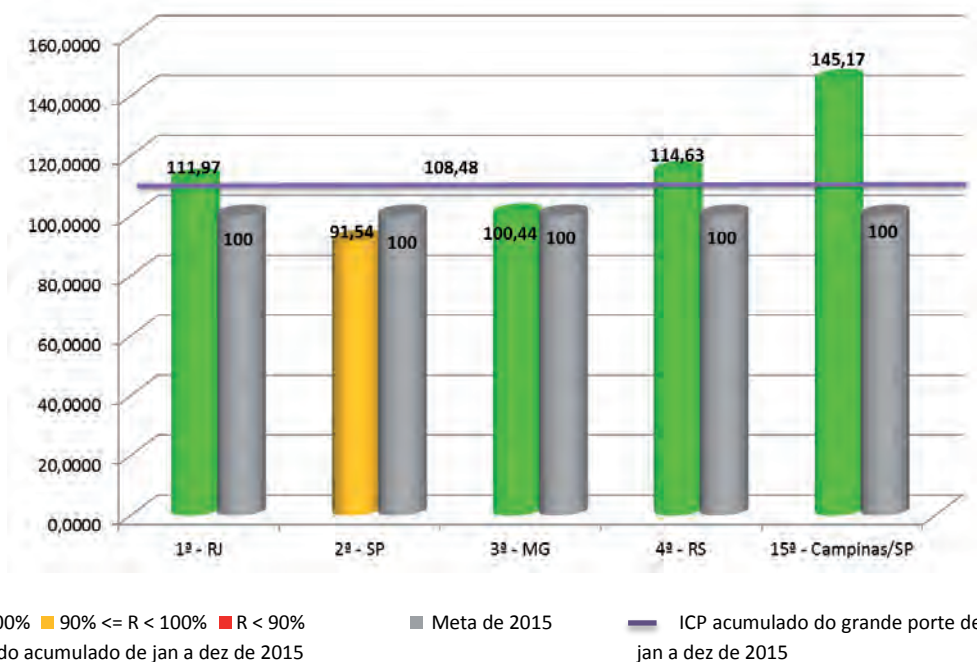
■ R >= 100% ■ 90% <= R < 100% ■ R < 90% - Resultado acumulado de jan a dez de 2015

O grande porte conquistou um ICP de 108,48%, com apenas um TRT abaixo do percentual de 100%.

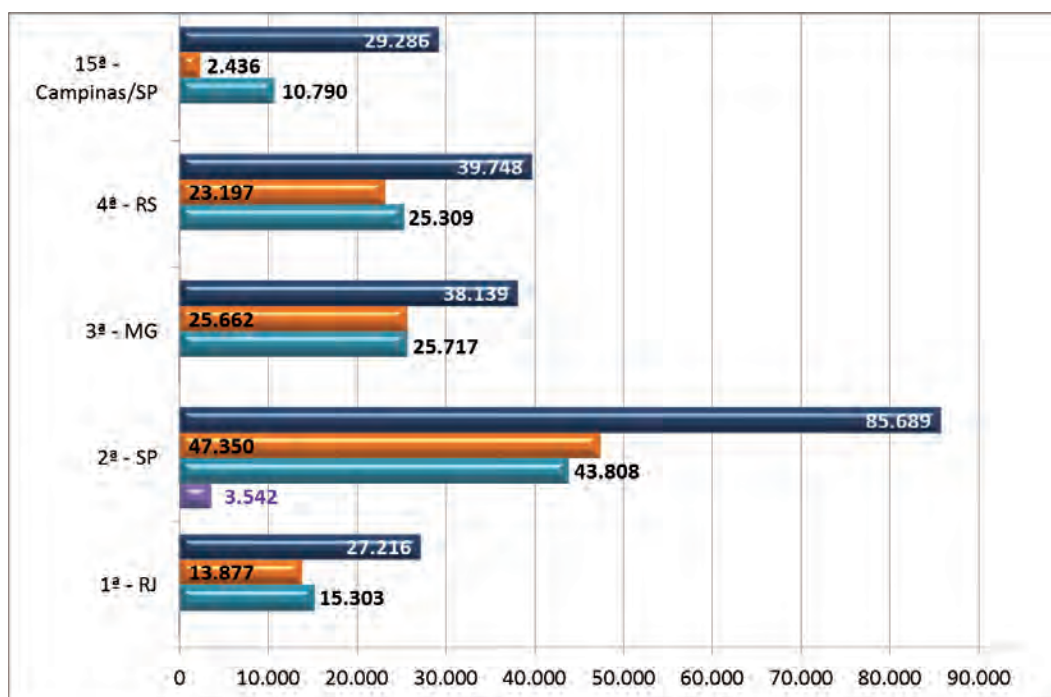
O grupo tinha um resíduo de 109.194 processos dos dez maiores litigantes em 31/12/2014. Em 2015, entraram mais 110.884 processos, gerando um total de 220.078 processos. A partir desse quantitativo, o número de processos que deveriam ser julgados para alcançar a meta do ano em comento foi estabelecido em 112.522.

Contudo, os cinco TRTs julgaram juntos 120.927 processos, 8.405 a mais que o esperado.

ICP – Resultado acumulado por TRT – Grande porte (%)



Grande porte – Acervo X Processos julgados X Processos a Julgar



- Total de processos dos 10 maiores litigantes em 31/12/2014 somado ao que foi distribuído em 2015.
- Número de processos dos 10 maiores litigantes a serem julgados para atingir a meta de 2015.
- Número de processos dos 10 maiores litigantes julgados em 2015.
- Saldo de processos dos 10 maiores litigantes a julgar para atingir a meta de 2015.

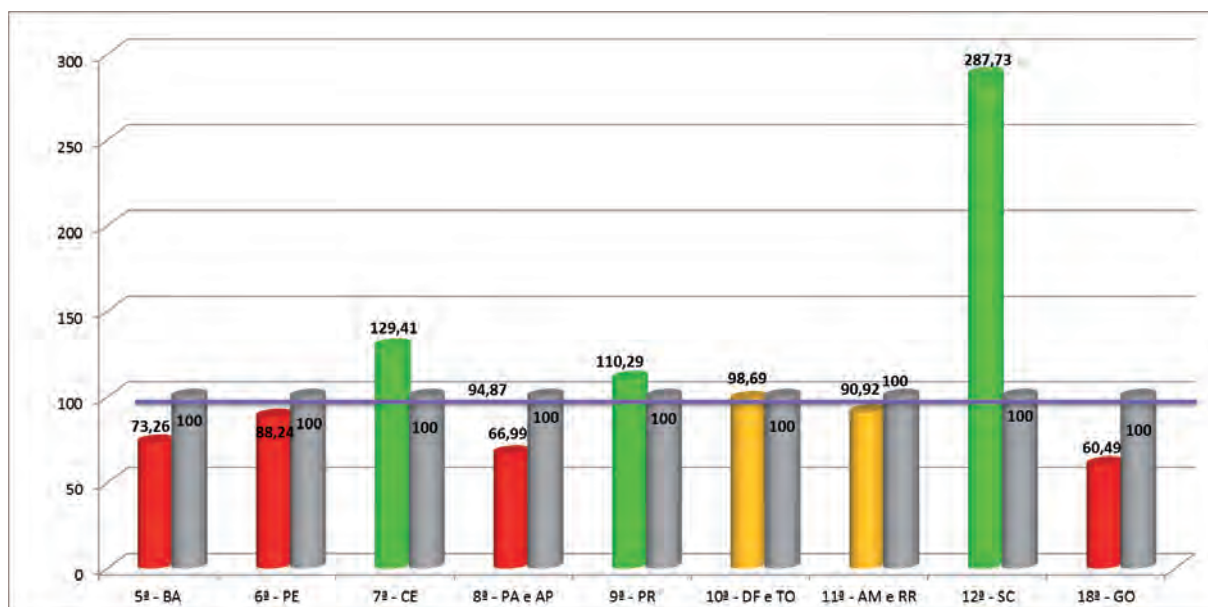
Meta 10

Já o médio porte não atingiu os 100% de cumprimento da meta 10, ficando com um ICP de 94,87% apenas.

O grupo possuía 74.110 processos dos 10 maiores litigantes pendentes de julgamento em 31/12/2014. A esses somaram-se os 83.314 processos que entraram em 2015, resultando num total de 157.424 processos. A partir desses números, a meta foi fixada no julgamento de 84.426 processos.

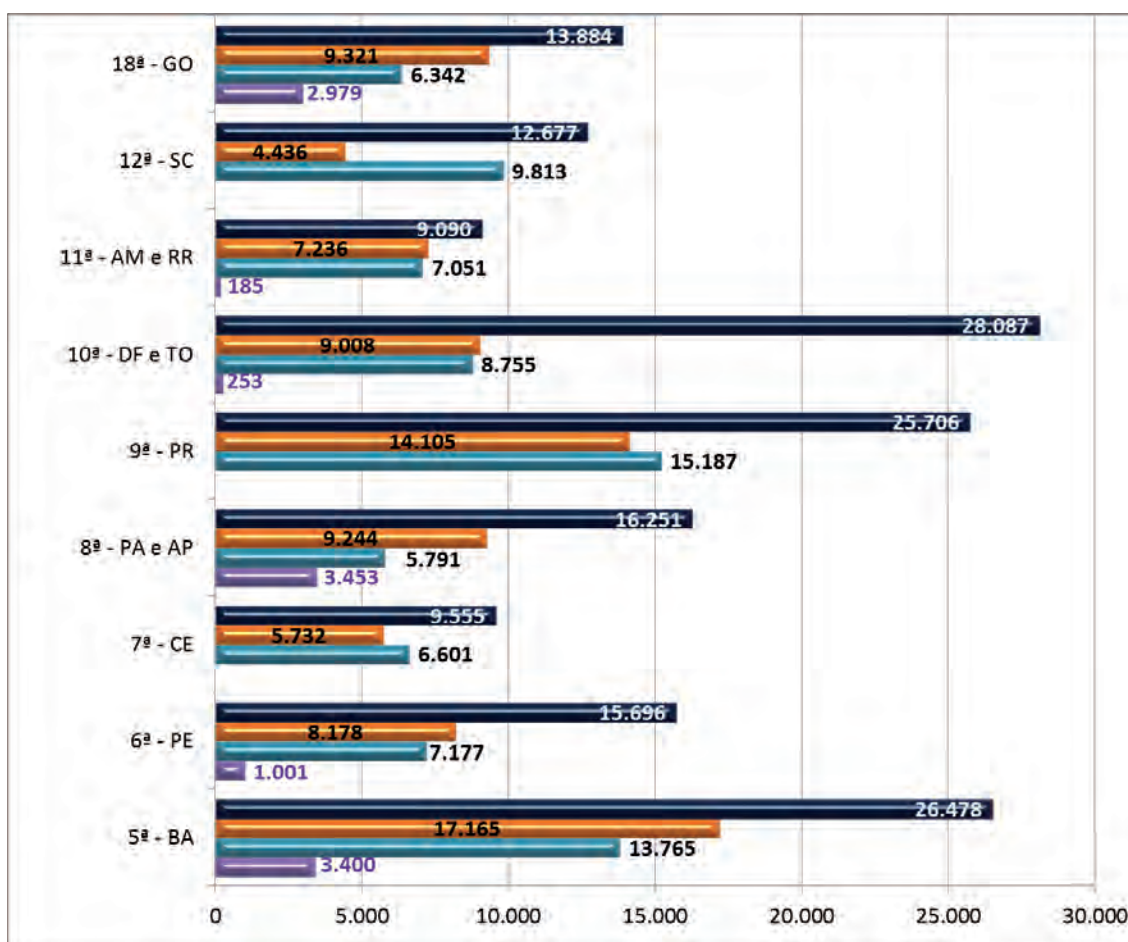
Entretanto, foram julgados 80.482 processos, ou seja, 3.944 aquém do que seria necessário.

ICP – Resultado acumulado por TRT – Médio porte (%)



■ R >= 100% ■ 90% <= R < 100% ■ R < 90% Resultado ■ Meta de 2015 — ICP acumulado do médio porte de jan a dez de 2015

Médio porte – Acervo X Processos julgados X Processos a Julgar



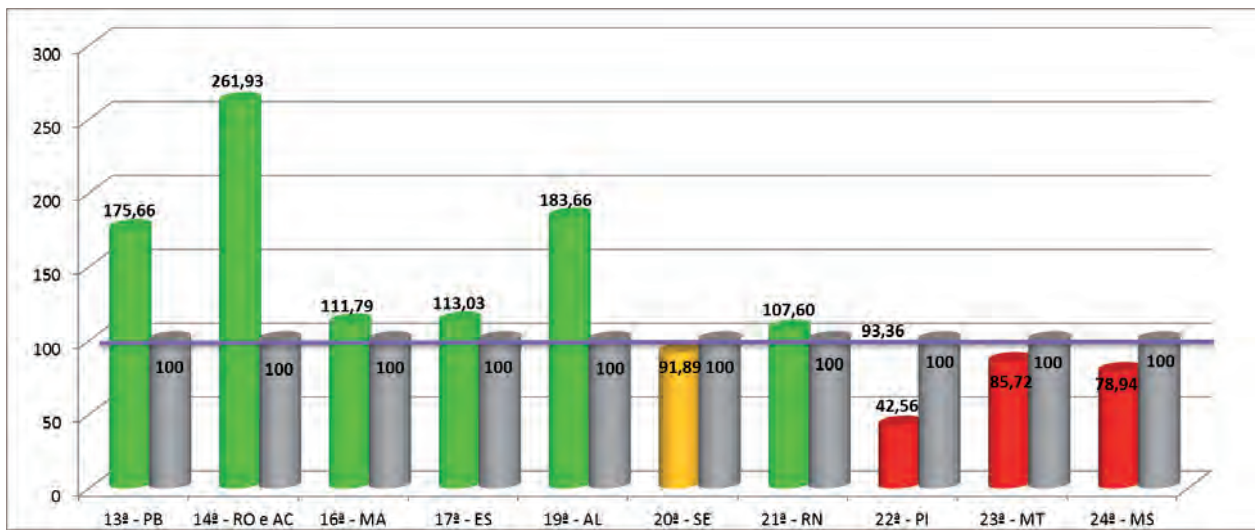
- Total de processos dos 10 maiores litigantes em 31/12/2014 somado ao que foi distribuído em 2015.
- Número de processos dos 10 maiores litigantes a serem julgados para atingir a meta de 2015.
- Número de processos dos 10 maiores litigantes julgados em 2015.
- Saldo de processos dos 10 maiores litigantes a julgar para atingir a meta de 2015.

O pequeno porte também ficou abaixo dos 100% de cumprimento da meta, com um ICP de 93,36%.

Foram identificados nos dez tribunais que compõem o grupo 28.261 processos dos dez maiores litigantes sem julgamento até 31/12/2014. Acrescentando-se a esses os 60.726 processos iniciados em 2015, chegou-se a um total de 88.987 processos.

Diante desse panorama, os TRTs aqui abarcados deveriam julgar em conjunto 61.150 processos para que a meta do porte fosse atingida. No entanto, a quantidade de julgados foi de 59.169 processos, 1.981 abaixo da expectativa.

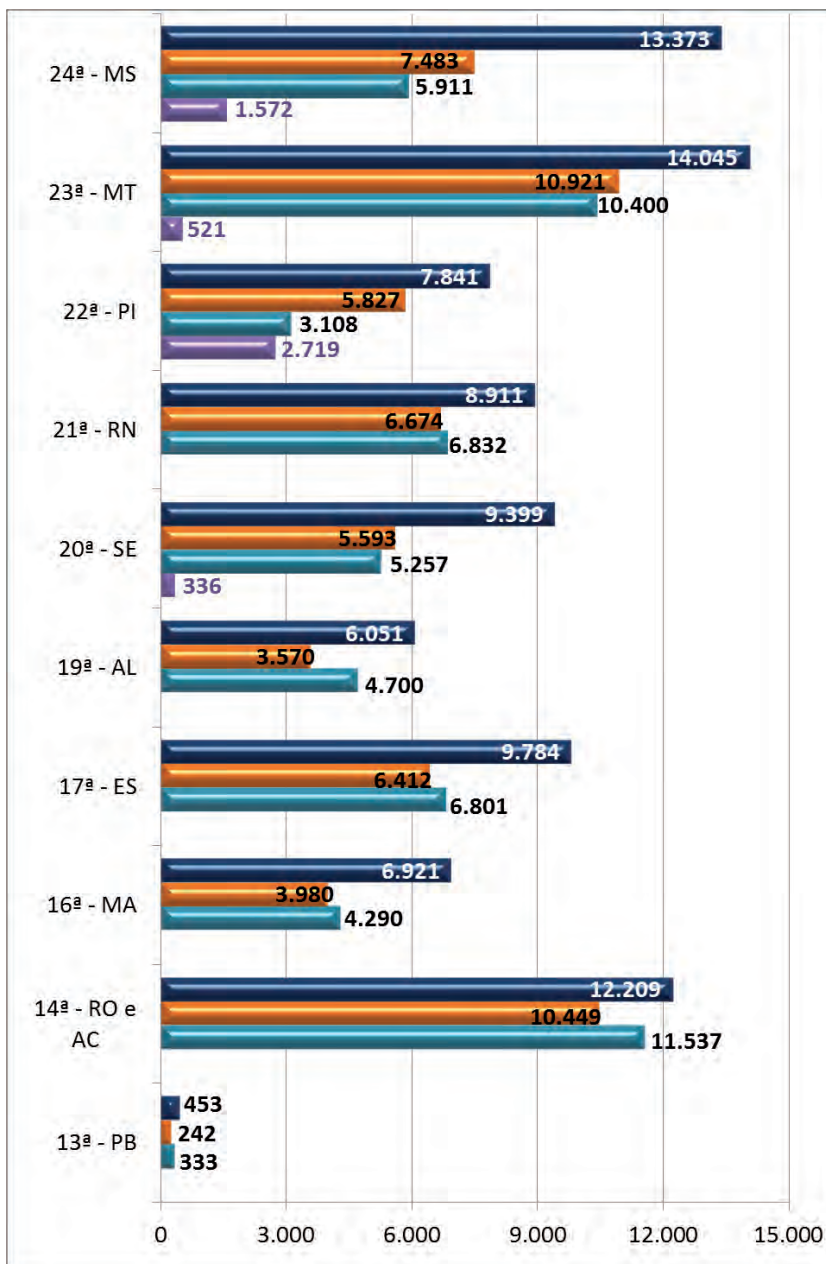
ICP – Resultado acumulado por TRT – Pequeno porte (%)



■ R >= 100% ■ 90% <= R < 100% ■ R < 90% Resultado
 ■ Meta de 2015

— ICP acumulado do pequeno porte de
 jan a dez de 2015

Pequeno porte – Acervo X Processos julgados X Processos a Julgar



- Total de processos dos 10 maiores litigantes em 31/12/2014 somado ao que foi distribuído em 2015.
- Número de processos dos 10 maiores litigantes a serem julgados para atingir a meta de 2015.
- Número de processos dos 10 maiores litigantes julgados em 2015.
- Saldo de processos dos 10 maiores litigantes a julgar para atingir a meta de 2015.

Perspectiva Processos Internos Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais

Índice de Execução (IE)

Fórmula: $IE = (\text{Execuções Baixadas} / \text{Execuções Iniciadas}) \times 100$

Meta 11*: Baixar mais processos do que as execuções iniciadas no período.

*A meta 11 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho equivale à Meta Nacional 5 do Poder Judiciário, aprovada no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário

O Índice de Execução – IE apresenta o percentual de execuções baixadas em comparação com o número total de execuções iniciadas em 2015.

Adotando-se a meta da Justiça do Trabalho em 2015 como 100%, conforme padrão da metodologia utilizada para a fixação das metas dos Tribunais Regionais do Trabalho, o segmento trabalhista do Judiciário deveria baixar 769.699 processos em 2015.

Contudo, o total de execuções concluídas chegou a 856.024, 11,22% (86.355) acima do valor previsto. Esse cálculo considerou a quantidade de execuções iniciadas e baixadas por todas as Cortes Regionais no período, gerando um índice de execução de 111,22%.

IE da Justiça do Trabalho – Resultado acumulado (jan a dez de 2015 - %)



Separando a análise por porte, verifica-se que, no somatório geral, todos os grupos conseguiram superar a meta de 2015. Entretanto, avaliando-se os tribunais individualmente, observa-se que nem todos os Regionais conseguiram concluir o quantitativo de execuções iniciadas.

Cumprimento da meta 11 da Justiça do Trabalho por região geográfica



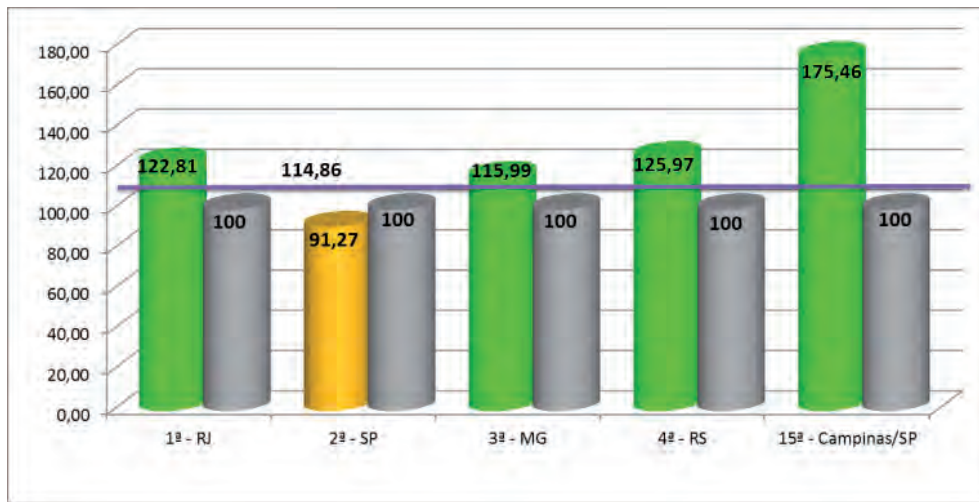
■ R > 100% ■ 90% <= R <= 100% ■ R < 90% - Resultado acumulado de jan a dez de 2015

Doze TRTs superaram a meta anual, seis obtiveram resultados até 10% inferiores ao estabelecido e seis auferiram percentuais inferiores a 90%.

Farol	Resultado acumulado de jan a dez de 2015	Quantidade de TRTs com resultados compreendidos no intervalo
●	R >= 100%	12
●	90% <= R < 100%	6
●	R < 90%	6

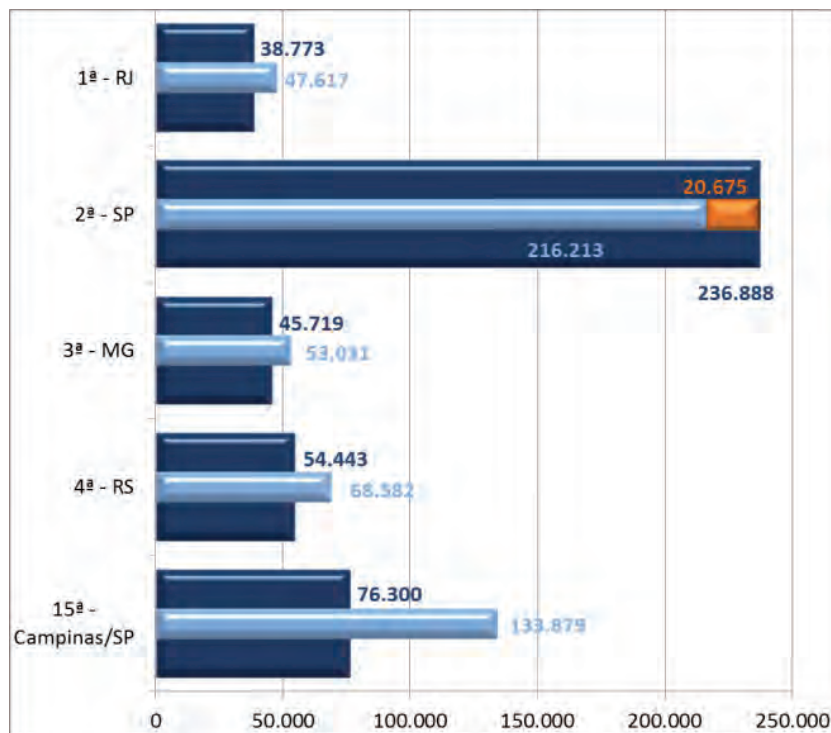
No grande porte, que superou o valor previsto em aproximadamente 15 pontos percentuais, com um IE de 114,86%, apenas um TRT permaneceu abaixo dos 100%. Foram iniciadas 452.123 execuções e baixadas 519.322, o que resultou num saldo positivo de 67.199 processos.

IE – Resultado acumulado por TRT – Grande porte (%)



■ R > 100%
 ■ 90% <= R <= 100%
 ■ R < 90% Resultado
 ■ Meta de 2015
 — IE acumulado do grande porte de jan a dez de 2015

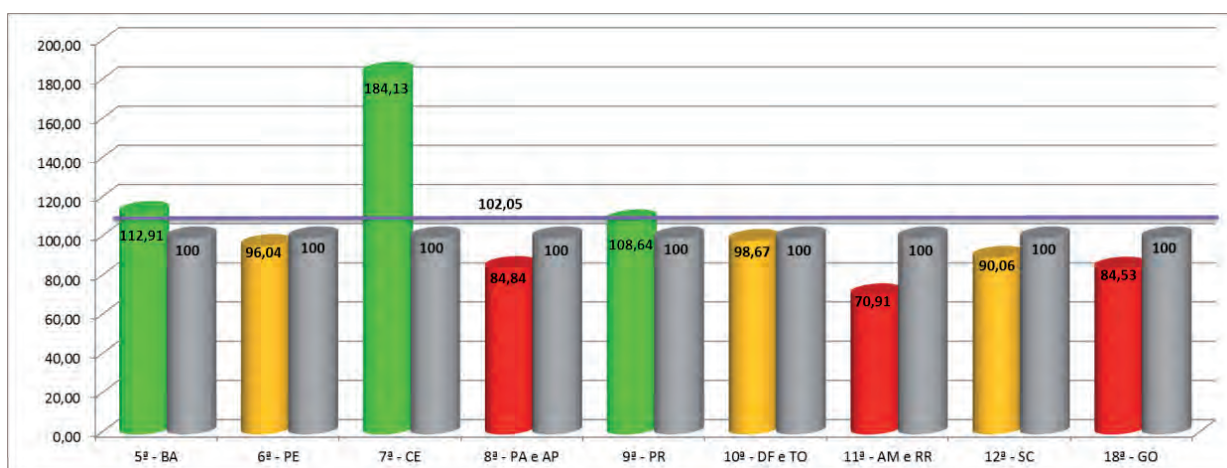
Grande porte – Execuções iniciadas X Execuções baixadas X Execuções a baixar



■ Número de processos de execução iniciados em 2015
 ■ Número de processos de execução baixados em 2015
 ■ Número de processos remanescentes para para o alcance da meta de 2015

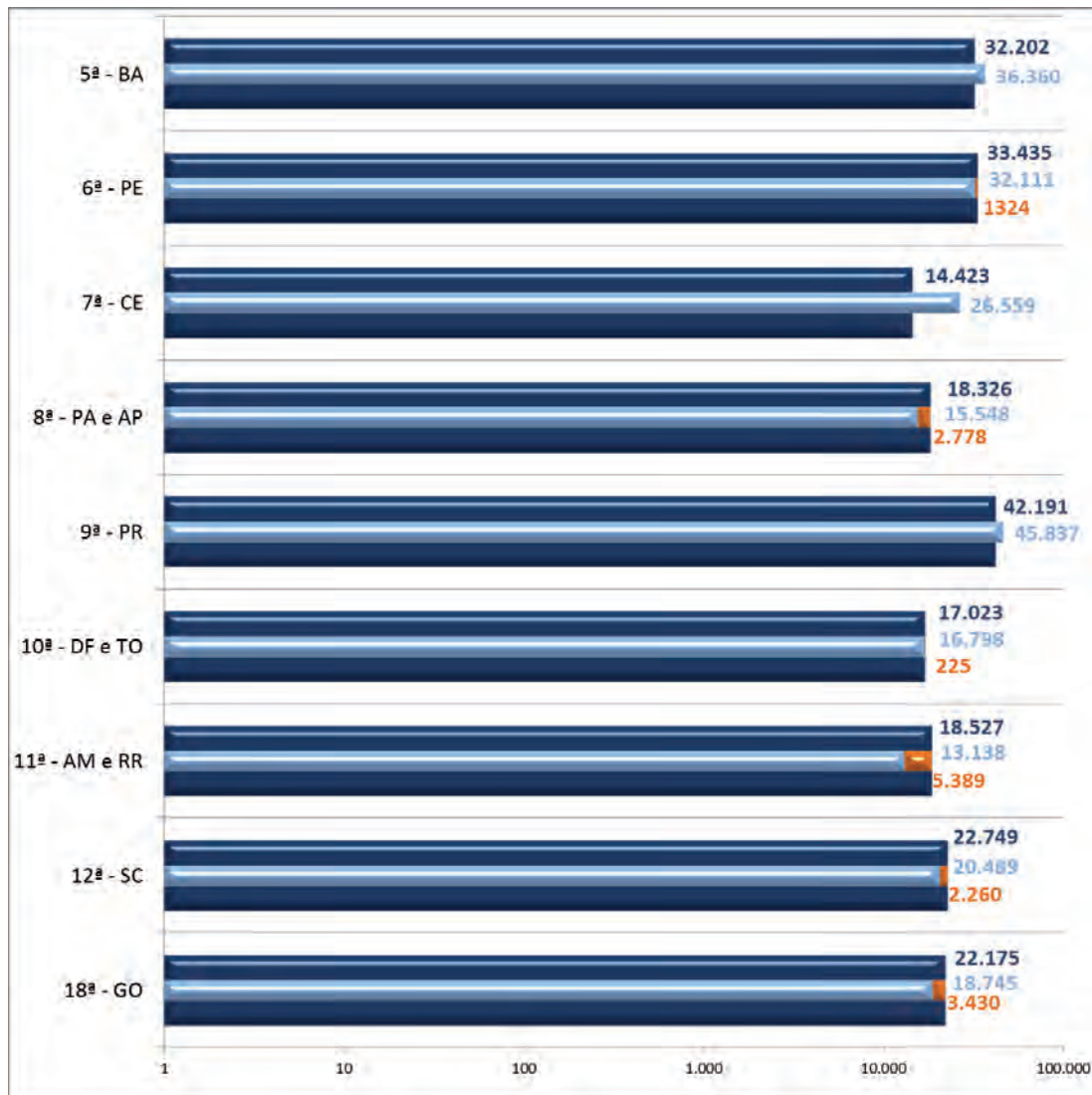
Os resultados do médio porte indicam que apenas três tribunais alcançaram a meta de baixar 100% das ações de execução iniciadas no período. Em conjunto, o grupo baixou 225.585 processos de execução, 4.534 a mais que o quantitativo iniciado em 2015 (221.051), o que gerou um IE de 102,05% para o porte.

IE – Resultado acumulado por TRT – Médio porte (%)



■ R > 100%
 ■ 90% <= R <= 100%
 ■ R < 90% Resultado
 ■ Meta de 2015
 — IE acumulado do médio porte de jan a dez de 2015

Médio porte – Execuções iniciadas X Execuções baixadas X Execuções a baixar

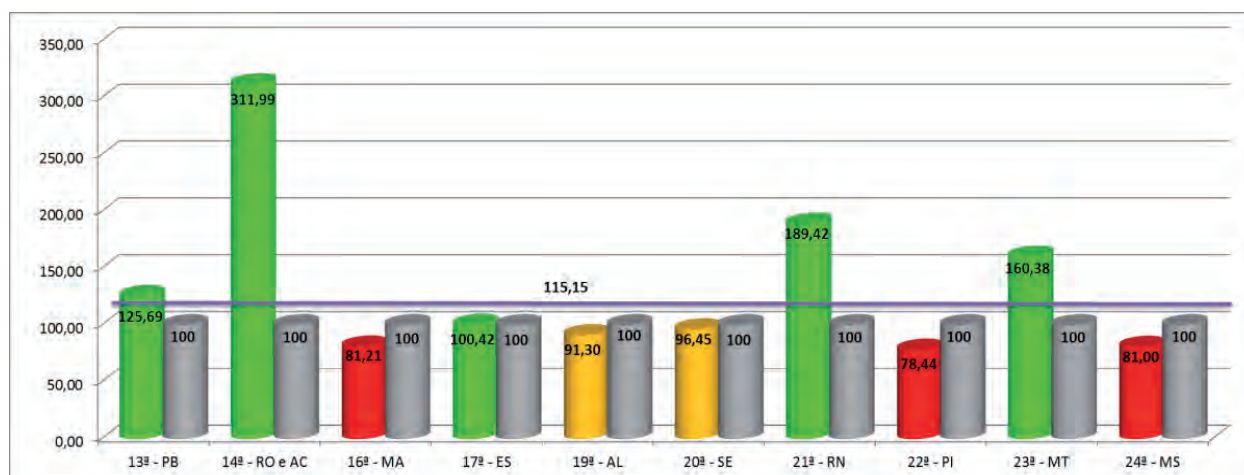


■ Número de processos de execução iniciados em 2015 ■ Número de processos de execução baixados em 2015 ■ Número de processos remanescentes para para o alcance da meta de 2015

O pequeno porte apresentou um IE de 115,15%. O montante de execuções baixadas em 2015 (111.117) foi aproximadamente 15% (14.621) superior ao que seria necessário, uma vez que iniciaram-se 96.495 ações no ano.

No entanto, apenas metade dos Tribunais Regionais do grupo superaram a meta 11.

IE – Resultado acumulado por TRT – Pequeno porte (%)



■ R > 100%
 ■ 90% <= R <= 100%
 ■ R < 90% Resultado acumulado de jan a dez de 2015
 ■ Meta de 2015
 — IE acumulado do pequeno porte de jan a dez de 2015

Pequeno porte – Execuções iniciadas X Execuções baixadas X Execuções a baixar



■ Número de processos de execução iniciados em 2015

■ Número de processos de execução baixados em 2015

■ Número de processos remanescentes para para o alcance da meta de 2015

Perspectiva Sociedade

Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania

Índice de Alcance das Metas (IAM)

Formula: $IAM = (\sum MP1) + (\sum MP2 \times 2) + (\sum MP3 \times 3)$

Variáveis:

Mp1: metas com peso 1 atribuído, as quais receberão pontuação 1, 2 ou 3, se alcançarem, respectivamente, valores de 80% a 89,99%, de 90% a 99,99% e valores iguais ou maiores que 100% da meta fixada para o período considerado, tendo seus valores multiplicados por 1.

MP2: metas com peso 2 atribuído, as quais receberão pontuação 1, 2 ou 3, se alcançarem, respectivamente, valores de 80% a 89,99%, de 90% a 99,99% e valores iguais ou maiores que 100% da meta fixada para o período considerado, tendo seus valores multiplicados por 2.

Mp3: metas com peso 3 atribuído, as quais receberão pontuação 1, 2 ou 3, se alcançarem, respectivamente, valores de 80% a 89,99%, de 90% a 99,99% e valores iguais ou maiores que 100% da meta fixada para o período considerado, tendo seus valores multiplicados por 3.

Meta 13: atingir e manter pontuação entre 62 e 78 até 2020.

Observação: tendo em vista a necessidade de considerar duas metas para o Índice de Ações Coletivas Julgadas – IACJ, uma para o 1º e outra para o 2º grau de jurisdição, a meta de 58 e 72 pontos, inicialmente estabelecida, foi recalculada para 62 e 78 pontos.

Metas com peso 1 atribuído	Metas com peso 2 atribuído	Metas com peso 3 atribuído
Meta 1 (IGovPessoas)	Meta 7 (IPA)	Meta 4 (TMDP2)
Meta 2 (IEOD)	Meta 8 (IACJ)	Meta 5 (TMDP1)
Meta 3 (iGovTI)	Meta 9 (ICONc)	Meta 6 (IPJ)
Meta 12 (iGov)	Meta 10 (ICP)	Meta 10 (IE)

O Índice de Alcance das Metas avalia o grau de cumprimento das metas da Justiça do Trabalho constantes em seu plano estratégico, atribuindo como satisfatório o percentual de pelo menos 80% da pontuação máxima (78 pontos), que seria de 62 pontos. Contudo, a análise contida neste relatório baseou-se nas pontuações mínima de 55 e máxima de 69 pontos por não estarem incluídos ainda no cálculo o iGovPessoas, o iGovTI e o iGov. Somadas as maiores pontuações desses três indicadores obter-se-ia 9 pontos.

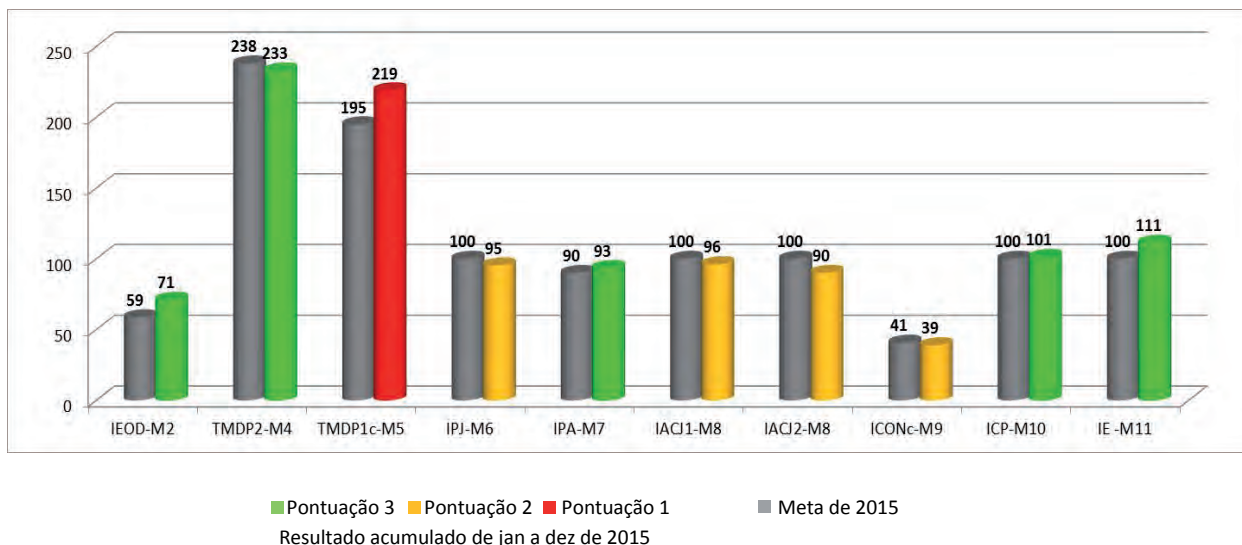
Utilizando-se a mesma forma de cálculo atribuída aos TRTs, o IAM da Justiça do Trabalho, considerando os resultados consolidados das metas, foi de 54 pontos. Como a pontuação máxima que pode ser obtida nesse indicador, dentro do patamar satisfatório, é de 69 pontos, o percentual de efetividade do Judiciário Trabalhista na execução de seu plano estratégico, em 2015, é de 78,26%.

IAM da Justiça do Trabalho – Resultado acumulado (jan a dez de 2015 - pontos)



A única meta do consolidado da Justiça do Trabalho abaixo de 90% de cumprimento foi a do indicador TMDP1c, o qual tem peso 3 na mensuração do IAM. Já os indicadores IACJ (Peso 2), ICONc (Peso 2) e IPJ (Peso 3) apresentaram cumprimento até 10% abaixo da expectativa. No que diz respeito aos indicadores IEOD (Peso 1), IPA (Peso 2), ICP (Peso 2), TMDP2 (Peso 3) e IE (Peso 3), as respectivas metas foram alcançadas.

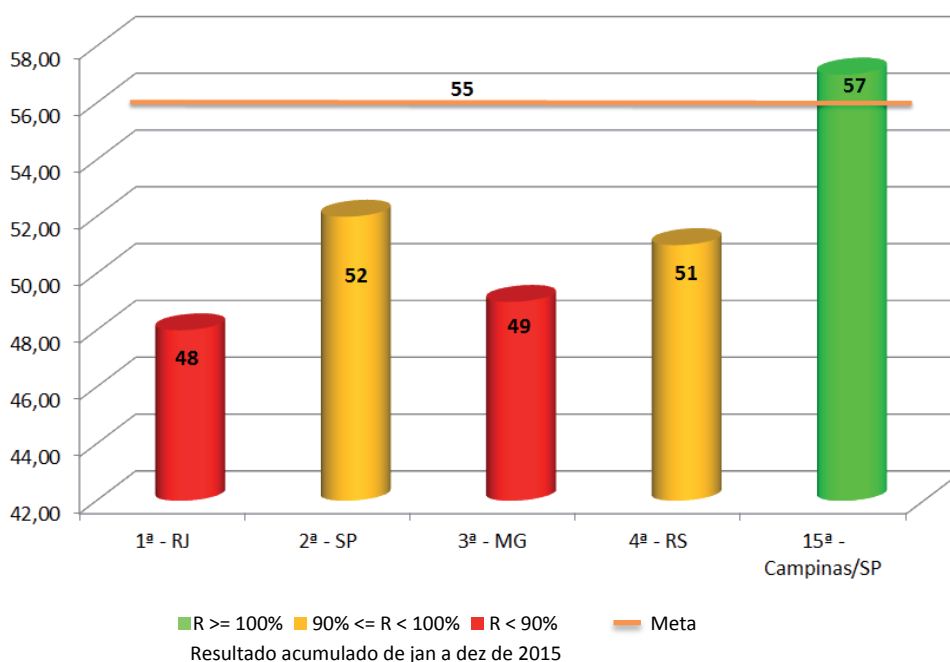
IAM – Resultados dos indicadores componentes do IAM



Dos cinco tribunais do grande porte, apenas um superou a marca de 55 pontos, ultrapassando os 80% de efetividade. Os demais ficaram abaixo do patamar satisfatório, obtendo um desempenho de 75,36% (TRT da 2ª Região), 73,91% (TRT da 4ª Região) e 71,01% (TRT da 3ª Região) e 69,57% (TRT da 1ª Região).

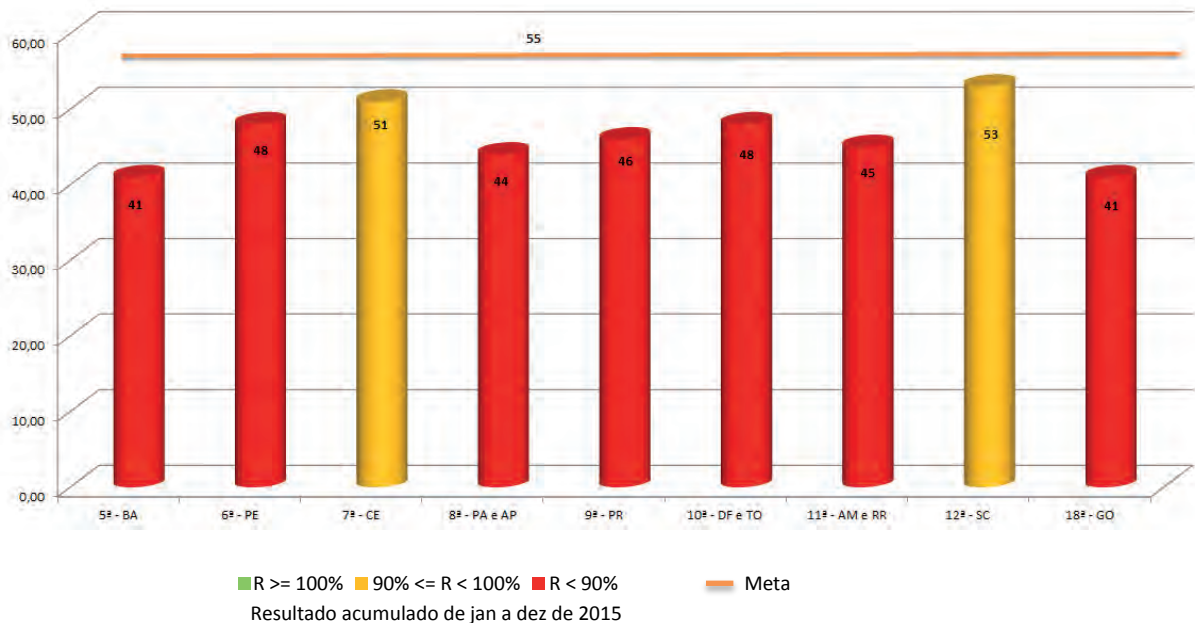
Destaca-se o TRT da 15ª Região que obteve a maior pontuação dentro do seu grupo e a quarta melhor da Justiça do Trabalho.

IAM – Resultado acumulado do grande porte (jan a dez de 2015 – em pontos)



No médio porte, os tribunais da 12ª e da 7ª Regiões tiveram desempenho, respectivamente, de 76,81% e 73,91%. Para os demais a efetividade de execução do plano ficou entre 69% e 60%.

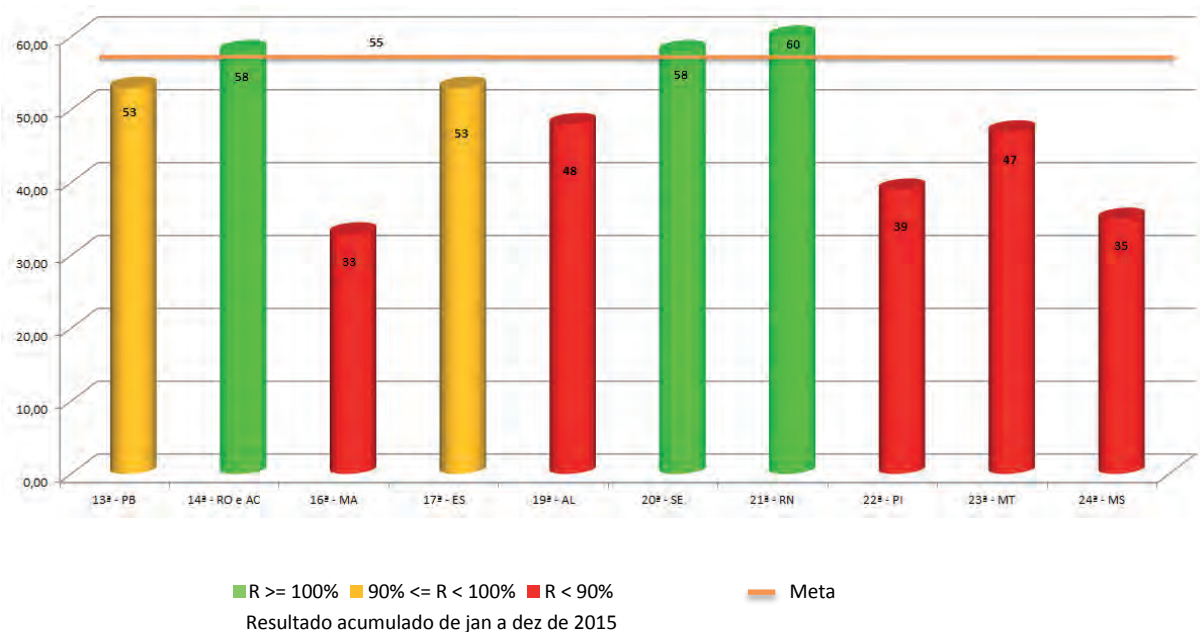
IAM – Resultado acumulado do médio porte (jan a dez de 2015 – em pontos)



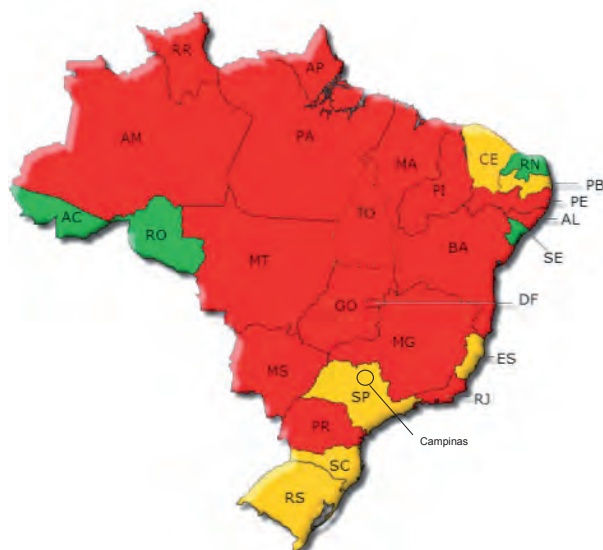
Os melhores desempenhos observados entre os vinte e quatro tribunais foram conquistados no pequeno porte. O TRT da 21ª Região obteve 60 pontos, a maior pontuação da Justiça do Trabalho, o que representa 86,95% de efetividade relativa ao alcance de suas metas. Além desse tribunal, a 20ª e a 14ª Regiões também se destacaram, ambas com 58 pontos, ou seja, 84,06% de desempenho na execução do plano.

Os TRTs da 13ª e 17ª Regiões obtiveram 53 pontos, com desempenho de 76,81%. Dos outros cinco Regionais que compõem o grupo, dois exibiram pontuação com efetividade de 69,57% (TRT da 19ª) e 68,12% (TRT da 23ª), e três ficaram abaixo de 55% de aproveitamento no plano estratégico.

IAM – Resultado acumulado do pequeno porte (jan a dez de 2015 – em pontos)



Cumprimento da meta 13 da Justiça do Trabalho por região geográfica



■ R >= 100%
 ■ 90% <= R < 100%
 ■ R < 90% - Resultado acumulado de jan a dez de 2015



Expediente

Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser
Secretário-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Karina Queiroz Mendes
Coordenadora de Gestão Estratégica

Coordenadoria de Gestão Estratégica
Produção, Projeto Gráfico e Revisão

